

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO ESTADO

**USO DE MECANISMOS DIGITAIS PÓS-PANDEMIA E SUA RELAÇÃO
COM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O CASO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Amanda Cristina Santos de Jesus

Belo Horizonte

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO ESTADO

**USO DE MECANISMOS DIGITAIS PÓS-PANDEMIA E SUA RELAÇÃO
COM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O CASO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Professora Doutora Isabele Batista Mitozo

Belo Horizonte
2026

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Tatiana e Ismael. Seus esforços para que
sua filha pudesse estudar desde a
infância serão sempre lembrados. Hoje,
sou a primeira da família a me formar
em uma universidade federal, e esta
conquista não é apenas minha, mas
nossa.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer meus pais, Tatiana e Ismael. Vocês são minha maior referência de amor e trabalho duro. Obrigada, mãe, por ter sido minha primeira professora, por sua paciência desde o "prézinho" e por torcer por mim em cada desafio. Obrigada, pai, por ser meu motorista nos horários mais impossíveis e por me ensinar que a inteligência vai muito além de um diploma. Nunca esquecerei os dias frios na garupa da bicicleta a caminho da escola, a vitória do nosso primeiro carro e, principalmente, a frase de vocês quando passei na faculdade: "Vamos dar um jeito". Com o suor de vocês, nós demos.

No âmbito familiar, deixo um agradecimento especial ao meu avô Pedro (em memória), que sempre estava presente e que sinto saudades, e aos meus tios Tamy, Thais, Osiel, Isael e Adriana, por celebrarem minhas vitórias e acreditarem em mim.

Minha trajetória acadêmica foi profundamente marcada pela professora Daniela Mourão, minha primeira orientadora no COTEC. Ela abriu as portas da pesquisa científica para mim, dando-me asas para acreditar no meu potencial e me ensinando a ter confiança.

Sair de Guaratinguetá rumo a Belo Horizonte sem conhecer ninguém foi um grande desafio. No entanto, os veteranos e amigos de Ciências do Estado da UFMG me acolheram de tal forma que hoje já me sinto meio mineira de coração.

Dentre os amigos da graduação, o Lucas Chelala merece um destaque especial pela inspiração constante, pelos conselhos e por todas as batalhas que lutamos, erramos e vencemos juntos. Aprendi muito com você.

Agradeço também às meninas da gestão Resistir e Avançar, Milena, Larissa, Hellen e Ana Luiza, pela resiliência e parceria para levar nossos trabalhos até o fim, mesmo diante de tantas dificuldades.

O ambiente universitário foi enriquecido pelos membros do CACE e do DCE, espaços fundamentais para a construção da minha consciência social. O mesmo carinho estendo aos amigos do Politeia, bem como à Laura Farias, Rebeca e Laura Brandão, que continuam sendo grandes fontes de inspiração.

No início da minha vida profissional, meu primeiro chefe na FAPEMIG, Jurcimar, foi um exemplo de liderança. Obrigada pelo voto de confiança inicial e por me ensinar, do zero, o funcionamento do mercado de trabalho.

A professora Natalia Satyro também foi essencial nessa caminhada, por enxergar meu potencial desde as primeiras aulas de Gestão Pública e pelas ricas oportunidades de aprendizado junto ao CIAPSOC.

Minha verdadeira vocação floresceu na Gerência de Apoio às Comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foi nessa Casa do Povo, vivenciando as reuniões cotidianas e acompanhando de perto a força da participação política, que me apaixonei pelo Poder Legislativo.

Trabalhar neste ambiente me deu o presente de conhecer pessoas maravilhosas. Ana Luiza e Mariana transformaram a rotina em um espaço leve, cheio de risadas e conselhos. Um agradecimento mais do que especial à Ana Carolina, minha melhor amiga, cuja generosidade diária, parceria e cumplicidade tornaram os dias mais leves e transformaram o ambiente de trabalho em um verdadeiro espaço de afeto que levarei para toda a vida.

À Luiza Reis, obrigada por ser um lugar de paz em meio aos dias mais difíceis. Sua lealdade e sua presença fizeram toda a diferença nesta caminhada, e sua forma de enxergar o mundo me inspira todos os dias. Obrigada por acreditar em mim quando nem eu conseguia e por estar sempre ao meu lado.

Minha adaptação em Belo Horizonte também foi facilitada pela Ana Amélia, pelo Dari Nilo e pelo Pedro Reis. O acolhimento de vocês fez com que uma cidade totalmente nova parecesse um lar muito antes do que eu imaginava.

Deixo um agradecimento especial à minha orientadora, professora Isabele Mitozo, que conduziu este trabalho com muita paciência e dedicação. Suas aulas despertaram meu interesse real pela democracia digital e pela participação política, e sua confiança foi fundamental para tornar essa pesquisa uma experiência incrível. Estendo este agradecimento ao professor Adamo Dias, cujas aulas sobre cidadania política trouxeram contribuições valiosas que ajudaram a pavimentar o meu interesse por esta área de estudo.

Por fim, agradeço a todos que seguraram a minha mão ao longo do caminho.
Nenhuma conquista é individual, e este trabalho é o resultado de uma caminhada construída com apoio, parceria e muito afeto.

RESUMO

Este estudo analisa o impacto da pandemia de Covid-19 na adoção e organização dos mecanismos digitais de participação política na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), identificando as transformações institucionais ocorridas no período de emergência sanitária e seus reflexos no cenário pós-pandêmico. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como análise com abordagem qualitativa. A coleta de dados englobou a análise documental de relatórios oficiais da instituição entre 2019 e 2024, além da realização de entrevistas semiestruturadas com servidores das gerências de Governo Eletrônico, Participação e Interlocução Social e assessor da Comissão de Participação Popular. Os resultados indicam que a crise sanitária não atuou como um elemento inaugurador da digitalização no Parlamento mineiro, mas funcionou como uma aceleradora de processos e de infraestruturas técnicas que já estavam em desenvolvimento prévio. No período pós-pandêmico, observou-se a consolidação de um modelo híbrido de funcionamento, no qual as dinâmicas presenciais coexistem de forma complementar com os canais eletrônicos de informação, deliberação e consulta pública. Contudo, a pesquisa conclui que o avanço tecnológico, de forma isolada, não elimina obstáculos históricos estruturais, persistindo desafios relacionados à exclusão digital, ao letramento digital e ao engajamento contínuo dos cidadãos.

Palavras-chave: Democracia digital. Parlamento aberto. Participação política. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Pós-pandemia.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of the Covid-19 pandemic on the adoption and organization of digital mechanisms for political participation in the Legislative Assembly of Minas Gerais (ALMG), identifying the institutional transformations that occurred during the sanitary emergency period and their reflex in the post-pandemic scenario. Methodologically, the research is characterized as an analysis with a qualitative approach. Data collection encompassed the document analysis of official reports from the institution between 2019 and 2024, in addition to semi-structured interviews with public servants from the Electronic Government and the Social Participation and Interlocution managements, as well as an advisor from the Social Participation Commission. The results indicate that the health crisis did not act as an inaugurating element of digitalization in the Minas Gerais Parliament, but functioned as an accelerator of processes and technical infrastructures that were already under previous development. In the post-pandemic period, the consolidation of a hybrid operational model was observed, in which face-to-face dynamics coexist in a complementary way with electronic channels for information, deliberation, and public consultation. However, the study concludes that technological advancement, in isolation, does not eliminate historical structural obstacles, with challenges related to the digital divide, digital literacy, and the continuous engagement of citizens persisting.

Keywords: Digital democracy. Open parliament. Political participation. Legislative Assembly of Minas Gerais. Post-pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Captura de tela da Aba Participação no Portal da Assembleia.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cadastros por ano no Portal da ALMG

Tabela 2: Número de reuniões transmitidas e perguntas no intervalo de 2019 a 2024

Tabela 3: Porcentagem de cidadãos que interagem uma ou mais vezes no Opine sobre Projetos de Lei

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais mecanismos digitais de participação disponibilizados pela ALMG

SUMÁRIO

1- Introdução	12
2 - Fundamentação Teórica	16
2.1.1 - Participação Política na esfera legislativa	16
2.1.2 - Parlamento Digital e o uso de mecanismos digitais nas Assembleias Legislativas brasileiras	22
2.1.3 - A ALMG, sua tradição digital e o pós-pandemia	25
3 - Metodologia e Análise	32
3.1 - Objetivos	32
3.2 - Métodos de coleta de dados	33
3.3 - Métodos de análise	34
3.4 - Análise documental	34
3.5 - Análise de conteúdo	35
4 - A transformação digital da ALMG durante e após a pandemia	36
5 - Discussão	48
6 - Conclusão	52
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	
ANEXO A - Transcrição da Entrevista da Gerência de Participação e Interlocução Social com Aline Duarte e Marcele Diniz.	60
ANEXO B - Transcrição da Entrevista da Gerência de Governo Eletrônico com Humberto Massa.	81
ANEXO C - Transcrição da Entrevista da Comissão de Participação Popular com o assessor Hideraldo Alves.	93

com Rafael Cavalcanti.

1. Introdução

A participação política é um dos elementos centrais das democracias contemporâneas e constitui importante mecanismo de aproximação entre Estado e sociedade. Embora tradicionalmente associada ao voto e à representação política, a participação cidadã passou a abranger, ao longo das últimas décadas, diferentes formas de atuação direta da população na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Esse movimento decorre tanto das transformações sociais quanto da crescente demanda por maior transparência, accountability e inclusão dos cidadãos nos processos decisórios. Nesse contexto, o Poder Legislativo assume papel estratégico ao criar espaços institucionais capazes de permitir que diferentes grupos sociais expressem demandas, contribuam para a elaboração de normas e acompanhem a atuação parlamentar.

A consolidação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) provocou mudanças significativas na forma como cidadãos se relacionam com as instituições públicas. A popularização da internet, dos dispositivos móveis e das plataformas digitais ampliou as possibilidades de acesso à informação, comunicação e participação política. Surgem, assim, conceitos como democracia digital, e-participação, e-deliberação e parlamento digital, que procuram compreender de que maneira as tecnologias podem fortalecer a relação entre representantes e representados. Segundo Gomes (2011), a democracia digital representa um conjunto de iniciativas que buscam ampliar as oportunidades de interação entre cidadãos e instituições democráticas por meio dos recursos tecnológicos. Entretanto, tais possibilidades convivem com desafios relacionados às desigualdades sociais, ao acesso à internet e às diferentes capacidades dos cidadãos de utilizar esses instrumentos de maneira efetiva.

No Brasil, o fortalecimento da democracia após a Constituição Federal de 1988 impulsionou o desenvolvimento de mecanismos voltados à participação popular em diferentes esferas governamentais. Conselhos, audiências públicas, consultas, iniciativas populares de lei, ouvidorias e fóruns técnicos passaram a integrar o cotidiano das instituições públicas, especialmente no âmbito do Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, o avanço das tecnologias digitais levou diversas casas legislativas a investir em portais eletrônicos, transmissões ao vivo, sistemas de consulta pública e plataformas de participação online, buscando ampliar a transparência e aproximar a população do processo legislativo.

Apesar desses avanços, diversos autores apontam que as democracias contemporâneas enfrentam dificuldades relacionadas à redução da confiança nas instituições políticas, ao crescimento da apatia política e à diminuição do engajamento em formas convencionais de participação. Para Marques (2008), mais do que uma crise da democracia, vivencia-se uma crise da participação política. Bourdieu (2011) destaca que a distribuição desigual do capital político faz com que determinados grupos encontrem maiores dificuldades para participar da esfera pública, enquanto Norris (2001) chama atenção para a exclusão digital como um novo fator de desigualdade nas democracias contemporâneas. Dessa forma, embora as tecnologias ampliem oportunidades de interação, sua existência não garante, por si só, uma participação política mais inclusiva.

Esse debate tornou-se ainda mais relevante a partir da pandemia de Covid-19. Em março de 2020, a rápida disseminação do vírus levou governos de diferentes países a adotarem medidas de distanciamento social e restrições à circulação de pessoas. Instituições públicas precisaram reorganizar suas rotinas de funcionamento em curto espaço de tempo para garantir a continuidade dos serviços essenciais e preservar a saúde de servidores e cidadãos. No Poder Legislativo, esse cenário representou um desafio inédito: manter a atividade parlamentar e, simultaneamente, preservar mecanismos de participação popular tradicionalmente realizados de forma presencial.

No caso brasileiro, a pandemia acelerou processos de transformação digital que já estavam em desenvolvimento em diferentes parlamentos. Sessões remotas, votações virtuais, audiências públicas online e novas formas de interação passaram a integrar o cotidiano das casas legislativas. Conforme observam Ribeiro, Castro e Abreu (2021), a crise sanitária não inaugurou a digitalização do Legislativo, mas intensificou iniciativas previamente existentes, exigindo adaptações rápidas tanto na infraestrutura tecnológica quanto na organização institucional.

Entre as Assembleias Legislativas brasileiras, destaca-se a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), reconhecida nacionalmente por sua trajetória de inovação tecnológica e por sua tradição na adoção de mecanismos de participação popular. Antes mesmo da pandemia, a instituição já desenvolvia iniciativas voltadas à democracia digital, como transmissões online das reuniões parlamentares, consultas públicas, reuniões interativas e instrumentos eletrônicos de participação disponibilizados em seu Portal institucional. Durante a pandemia, essa estrutura permitiu que as atividades legislativas fossem mantidas

sem interrupção significativa, ao mesmo tempo em que novas adaptações foram implementadas para atender às restrições impostas pelo contexto sanitário.

Nesse cenário, surge a seguinte questão: de que forma a pandemia de Covid-19 influenciou a participação política na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e quais transformações permaneceram no período pós-pandêmico?

Responder a essa questão exige compreender não apenas a criação de novos instrumentos digitais, mas também as mudanças institucionais ocorridas na organização do Parlamento, nas formas de relacionamento entre representantes e cidadãos e na própria concepção de participação política. Mais do que analisar tecnologias isoladamente, torna-se necessário compreender como elas foram incorporadas ao funcionamento da instituição e quais impactos produziram sobre os mecanismos de participação popular.

A escolha da Assembleia Legislativa de Minas Gerais justifica-se por diferentes fatores. Em primeiro lugar, trata-se de uma das casas legislativas estaduais mais avançadas do país no desenvolvimento de iniciativas de parlamento digital, tendo sido identificada por Melo (2023) como a Assembleia com maior número de Dispositivos Tecnológicos de Participação (DTPs). Além disso, sua tradição de investimentos em tecnologia da informação antecede a pandemia, permitindo analisar de forma mais precisa quais mudanças decorreram efetivamente da crise sanitária e quais representam a continuidade de processos institucionais iniciados anteriormente. Soma-se a isso a possibilidade de acesso a documentos institucionais, relatórios administrativos e entrevistas com servidores diretamente envolvidos na implementação e no aperfeiçoamento dessas ferramentas, enriquecendo a análise desenvolvida nesta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar como a pandemia de Covid-19 influenciou a adoção ou a organização dos mecanismos digitais de participação política da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, identificando as transformações ocorridas durante a crise sanitária e seus reflexos no período pós-pandêmico.

Como objetivos específicos, busca-se: identificar os mecanismos de participação popular existentes na ALMG antes da pandemia; analisar as adaptações implementadas durante o período de emergência sanitária; compreender a percepção de servidores envolvidos diretamente na gestão da participação popular e da tecnologia da informação

acerca dessas mudanças; e avaliar de que forma as transformações observadas contribuíram para o fortalecimento da democracia digital na instituição.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A fundamentação teórica foi construída a partir de autores que discutem participação política, democracia digital, parlamento digital e inovação no setor público, entre eles Gomes (2011; 2016; 2018), Marques (2008; 2012), Noveck (2018), Mitozo (2020; 2022), Ribeiro, Castro e Abreu (2021), Sampaio e Mitozo (2021) e outros pesquisadores da área. A pesquisa documental concentrou-se na análise dos relatórios institucionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, documentos normativos, informações disponibilizadas no Portal da ALMG e demais registros relacionados ao período analisado.

Complementando essas fontes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores da Gerência de Participação e Interlocação Social (GPI), da Gerência de Governo Eletrônico (GGov) e da Comissão de Participação Popular (CPP). A utilização de diferentes fontes de evidência possibilitou confrontar informações, compreender tanto a perspectiva institucional quanto a técnica e ampliar a consistência dos resultados obtidos.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico sobre participação política, pandemia de Covid-19, parlamento digital e a trajetória de transformação digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados. O quarto capítulo apresenta a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental, da observação do Portal institucional e das entrevistas realizadas com os servidores da ALMG, articulando esses resultados com a literatura especializada. Por fim, o quinto capítulo reúne as conclusões do estudo, suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2. Fundamentação teórica

2.1.1 - Participação política na esfera legislativa

A participação política consolidou-se como conceito central da teoria democrática, sendo reconhecida como elemento indispensável ao fortalecimento do regime democrático (PENNA, 2010). Desde suas origens, a participação política sofre evoluções e adaptações aos diferentes contextos sociais. Na experiência ateniense da Antiguidade, a participação política aparece como elemento estruturante da vida pública, na qual os cidadãos (mesmo que representando uma parcela de 10% da população) participavam diretamente das deliberações públicas. Posteriormente na Idade Moderna, as demandas sociais passaram a dialogar com os pensamentos filosóficos do Iluminismo, como em O Contrato Social, de Rousseau, que abre portas ao estabelecimento da representação no campo da política. Ocorreu, nesse contexto, a tentativa de retomar a ideia de democracia, ao sentir-se a ausência dos cidadãos em sistemas monárquicos. Nesse contexto, surgem as chamadas democracias modernas, ou representativas.

Entretanto, a compreensão de participação política se altera a cada corrente de estudos democráticos. Em 1960, surge a teoria liberal de Joseph Schumpeter, a qual reduzia a participação aos processos eleitorais. Schumpeter dialoga com Weber, que acreditava que os cidadãos seriam inaptos para gerir a coisa pública. Nota-se um alto teor de elitismo, visto que os representantes são colocados como pessoas de maior capacidade para tratar de interesses coletivos. Segundo Pateman (1992) e Marques (2008), durante a mesma época, intensificava-se a busca pela efetivação de direitos e da demanda de novas formas de participação, advinda de ideias já antigas de Rousseau e Stuart Mill. Era essa chamada de busca pela soberania popular e criava-se assim o modelo participativo mais amplo de democracia, que valorizava a educação política e o oferecimento de condições suficientes para a participação.

Dentro do grupo de figuras participacionistas, está Benjamin Barber, autor de Strong Democracy (2004), que acredita que a interferência cidadã mais direta no período pós-eleitoral transforma indivíduos privados em cidadãos ativos. Para ele, uma democracia fraca se assemelha ao modelo elitista, em que há a descrença na capacidade das massas, mas

uma forte se espelharia em uma democracia participativa, em que os cidadãos exercem voz ativa e capacidade de transformação coletiva.

Por fim, outra vertente que defende a ampliação da intervenção dos cidadãos na tomada de decisão pública é a chamada teoria democrática deliberativa, estabelecida a partir do pensamento de Habermas, que valorizava um processo reflexivo que pudesse estabelecer uma decisão, exigindo um grande engajamento por parte dos cidadãos, a fim de trazer maior legitimidade às decisões.

Embora haja um déficit de confiança nas instituições por parte dos cidadãos (LATINOBARÓMETRO, 2018), nota-se que a participação civil não tem reduzido, mas, sim, migrado para um ambiente não-convencional. Essa classificação pode ser observada no Projeto Political Action¹, que define como modelo convencional a política formal ou institucional, onde ocorre um relacionamento da população com o Estado, adepto de modo representativo e legítimo. Já o modelo não-convencional, mencionado por Lagos acontece com participação informal ou não institucionalizada, podendo ocorrer de forma legal ou ilegal, como em protestos e petições, ou em casos extremos, como ações violentas. Agora em tempos modernos, temos a participação analógica e digital, diversos mecanismos online são criados a fim de aumentar a participação institucionalizada.

A teoria do paradoxo da democracia, de Giddens (2006), diz respeito à contradição entre a ideia de democracia, sistema no qual todos deveriam ser ouvidos e poderiam se mobilizar socialmente, e o fato de que em muitas democracias maduras as pessoas não se sentem ouvidas, sofrendo de apatia política e até mesmo insatisfação com o sistema. As desigualdades sociais afetam ainda mais a situação de descontentamento, logo não devem ser ignoradas ao fazer uma análise sobre a participação e democracia. Gomes (2016) argumenta que as desigualdades estão sempre no horizonte para comprometer a democratização.

¹ O *Political Action Project* foi um estudo comparativo internacional desenvolvido na década de 1970 com o objetivo de analisar os diferentes padrões de participação política em democracias ocidentais. O projeto buscou compreender as distinções entre formas convencionais e não convencionais de participação, investigando comportamentos políticos relacionados ao voto, atuação institucional, protestos, petições e mobilizações sociais. A pesquisa tornou-se uma importante referência nos estudos sobre cultura política e participação cidadã. Informações adicionais disponíveis em: UNIVERSITÄT MANNHEIM. *Political Action Project*. Mannheim Centre for European Social Research (MZES). Disponível em: <https://www.mzes.uni-mannheim.de/d7/en/projects/political-action>. Acesso em: 21 maio 2026.

Portanto, para combater a exclusão e promover a inclusão, é necessário dar maior atenção a dois fatores: cultura política e capital político. A primeira compromete a participação ao impor barreiras como o déficit cultural, que impede que o indivíduo esteja preparado para discutir e decidir temas políticos, ou seja, a competência cognitiva se torna um impeditivo e resulta na exclusão. Já o segundo se trata da barreira que dificulta a legitimação do cidadão na esfera política, tenta passar a imagem que somente políticos têm competência para falar de política. Nas palavras de Pierre Bourdieu (1999): “O eleitor é encorajado a se sentir excluído e não ter voz”.

Bobbio (1986), Bordieu (1989), Giddens (2006) e muitos outros autores pensaram em como seria possível implementar o melhor dos cenários e a solução proposta foi um redesenho institucional, que só é possível através de uma relação de reciprocidade. Os representantes se responsabilizam em ser mais abertos à construção conjunta e os representados criam confiança no governo e vontade de participar politicamente. Todavia, isso é possível somente com uma mudança na cultura política por parte dos representantes, que devem assim assumir um compromisso de garantir a inclusão não somente de forma material, mas também social e cultural a fim de incentivar a participação.

É interessante a correlação entre a educação política defendida firmemente por Pateman (1992) com a propagação de capital político defendido pelos autores. Gabriel Almond e Sidney Verba publicam “The Civic Culture” em 1963 que afirma a existência de uma relação causal entre a cultura e a democracia, afinal, para estabelecer uma democracia há condições favoráveis que podem auxiliar no processo. A cultura cívica logo se torna sinônimo de empoderamento do cidadão para a intervenção nos assuntos políticos, Gomes (2011) chama isso de empowerment civil, um artifício que engloba a participação e está intrinsecamente relacionado com a saúde democrática. Com cidadãos confiantes, a legitimidade e interferência civil crescem ainda mais e a participação e deliberação se tornam mecanismos para constituir esse empoderamento.

É possível traçar um paralelo entre as teorias da democracia e os modelos de abordagem top-down e bottom-up amplamente utilizados na gestão pública. A vertente liberal aproxima-se de uma abordagem top-down, ao compreender a democracia como um processo competitivo entre elites políticas pelo voto popular. Nesse sentido, Schumpeter define o

método democrático como “aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do povo” (SCHUMPETER, 1961, p. 328). Já a abordagem bottom-up é notada nas vertentes deliberativa e participativa, as quais valorizam e consideram essencial a participação da população no processo decisório e de construção de políticas públicas, mas não quebrando totalmente com o modelo representativo na maior parte dos estudos. Segundo Lüchman (2007), o aprimoramento da democracia liberal através da complementação de pressupostos da democracia direta acarreta em um fenômeno da representação no interior da participação.

Dentre as instituições democráticas, no que diz respeito ao Poder Legislativo foram criados, ao longo de anos, vários mecanismos a fim de trazer mais participação por parte da população. Frequentemente denominado “Casa do Povo”, é um lugar de extrema importância para a democracia, pois os legisladores envolvem a população em várias fases do processo legislativo, como em etapas anteriores como a própria consulta das demandas e necessidades da população ou em etapas adiante como nas audiências públicas e de convidados, nos fóruns, visitas técnicas e posteriormente em avaliações das políticas públicas.

As comissões de participação popular são um exemplo de como o legislativo traz a participação política como pauta essencial e tenta aproximar cidadãos de longas distâncias e que muitas vezes se sentem amedrontados em adentrar espaços institucionais. Tais comissões analisam sugestões de projetos e outras ações legislativas encaminhadas à AL, por diversas entidades. Portanto, consegue cumprir um papel fundamental de cessão de poder decisório aos cidadãos.

Muitos cidadãos não se sentem atraídos em participar de forma individual da política institucional, ou sequer conseguem se identificar com a linguagem das casas legislativas, mas se organizam através de movimentos sociais, sindicatos, associações, ONGs etc. Assim, diversos grupos atuam como instrumentos de participação no processo legislativo e colocam pressão nos representantes para que se repense o processo a partir dos interesses coletivos.

Além dessa modalidade de participação, quando se trata de mandatos parlamentares, há também formas de participação vinculadas aos períodos eleitorais. Esta começa desde

campanhas, articulações territoriais e apoios via online até a votação e contínuo suporte ao mandato pós-eleitoral, criando um relacionamento entre o representante e o representado. Porém, deve-se tomar cuidado para não transformar toda interação política em um espetáculo mediático e estratégias eleitorais, pois isso desencadeia um mal-estar na sociedade (ALMEIDA, 2022).

Nota-se que não são todos os parlamentares que estão satisfeitos com a guinada democrática participativa, pois isso significa compartilhar poder e não só receber como sugestão. O elitismo de Schumpeter se manifesta até mesmo na relutância de certos parlamentares tradicionais em prestar contas sem ser em períodos de campanha. Voltamos assim para as carências da democracia em um período contemporâneo, que totalizam três principais: a cultura política, a confiança pública e o sentimento de desconexão com os representantes (COLEMAN; BLUMLER, 2009 apud ALMEIDA, 2022).

Dadas as evoluções das TICS (Tecnologias da Informação e Comunicação) e internet, as denominações de democracia e a atuação do legislativo também evoluíram. Surge a e-democracia, e-participação, e-deliberação entre muitas outras denominações. O que se sabia era que esta era uma nova maneira de participar e interferir no processo político, se informar sobre os acontecimentos e de se comunicar com as autoridades (GOMES, 2011). Logo, o parlamento se mostra maleável às mudanças, realizando reformas nas estruturas físicas das casas legislativas, em seus sistemas e em sua comunicação externa com o surgimento de websites legislativos e transmissões ao vivo, por exemplo. Cidadãos passam a poder sugerir novas leis de forma menos burocrática, podem discutir em fóruns (e-deliberação), responder consultas públicas e fazer contribuições de crowdlaw.

As formas tradicionais e institucionalizadas de participação política vêm passando por transformações significativas, acompanhadas pela ampliação da atuação cidadã em ambientes digitais. Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que a internet constitui um ambiente de comunicação que tenderia a transformar o padrão atual de baixa participação política. Assim, o caso do uso da democracia digital e de demais alternativas deve ser analisado, principalmente após períodos de crise como a pandemia de covid-19, que digitalizou forçosamente muitas atividades institucionais.

O parlamento brasileiro foi uma das instituições que teve que suspender suas atividades presenciais, devido ao estado de quarentena, todavia o Congresso Nacional fez adaptações rápidas a fim de não deixar com que a democracia fosse gravemente impactada. Politicamente todavia, criou-se lados opinativos quanto a gravidade do vírus que gerava milhões de mortes, a valorização e legitimidade dos profissionais de saúde e cumprimento ou não de medidas protetivas da pandemia. Esses fatores trouxeram prejuízos quanto aos cumprimentos dos protocolos, fé pública na atuação dos profissionais da saúde e aumento progressivo de mortes no país.

Nas palavras de Ribeiro, Castro e Abreu (2021), “Além disso, há de se reconhecer que não havia, naquele momento, um alinhamento entre o presidente da República e, em especial, o da Câmara dos Deputados, tornando-se crucial fortalecer o papel do Poder Legislativo perante as manifestações de menosprezo do chefe de Estado à gravidade da crise sanitária.” O legislativo não mediu esforços quanto a emendas parlamentares e projetos referentes à saúde e outras áreas, as atividades foram realizadas de forma remota e com a utilização de ferramentas tecnológicas.

Várias mudanças nos sistemas foram feitas, todavia o Brasil já vinha implementando aspectos de governo e parlamento digital, o que ajudou na rapidez do processo, como na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, casa legislativa com referência na tradição digital. Peixoto (2020) afirma que a rapidez do Congresso se deu devido a três fatores: a capacidade digital, a resposta política e a capacidade administrativa. Porém, fica o questionamento: Como a pandemia afetou a participação política, visto que os cidadãos não poderiam adentrar fisicamente nos espaços democráticos?

Nesse cenário, torna-se relevante compreender como a ALMG incorporou mecanismos digitais de participação após a pandemia, e como essas transformações podem fortalecer a democracia a partir da aproximação entre poder público e sociedade civil. A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de se analisar a efetividade dessas ferramentas digitais, o volume de participação alcançado, os desafios enfrentados e os avanços conquistados, contribuindo para o debate sobre inovações para a participação democrática no Brasil.

2.1.2 - Parlamento Digital e o uso de mecanismos digitais nas Assembleias Legislativas brasileiras

Como ressaltam Ribeiro *et al*, a crescente incorporação das tecnologias digitais no cotidiano social transformou também as formas de participação política, dando origem ao conceito de e-participação, em que a mediação eletrônica facilita o acesso, a transparência e a deliberação. Wilson Gomes (2018) complementa esse diagnóstico ao apontar que as novas práticas de participação digital, especialmente no âmbito institucional, podem se enquadrar em modelos como o crowdlaw, discutido por Beth Noveck, nos quais cidadãos contribuem ativamente para processos legislativos por meio de plataformas online. Assim, a participação cidadã no legislativo contemporâneo não se limita aos meios tradicionais, mas é atravessada por transformações digitais que reconfiguram o papel do cidadão frente às instituições públicas e exigem reinterpretações dos conceitos clássicos de representação e deliberação democrática (MITOZO, 2022; MENDONÇA; AMARAL, 2016).

Com o salto tecnológico da internet e sua rápida incorporação ao cotidiano, dispositivos eletrônicos como computadores e celulares passaram a influenciar significativamente a vida das pessoas e o funcionamento da política.

Tais transformações estabeleceram uma cultura digital, sobretudo quando os celulares passaram a desempenhar múltiplas funções, também conectados à internet. Dessa forma, dispositivos eletrônicos atualmente fazem parte do dia a dia de grande parte das pessoas, permeando as diversas dimensões de suas vidas, como os laços familiares, as atividades profissionais e de lazer e a participação política. Ao interferir nos diferentes aspectos da vida em sociedade, a revolução tecnológica altera também o funcionamento da democracia. (RIBEIRO; CASTRO; ABREU, 2021).

Assim, mecanismos que antes exigiam presença física ou registros em papel passaram a ser realizados por meio digital, como consultas públicas ou o acompanhamento de sessões parlamentares ao vivo. Nesse contexto, surgem conceitos como e-democracia, e-deliberação e e-participação, entre outros.

A partir de um contexto no qual as pessoas incorporaram o mundo digital em suas vidas, através do teletrabalho, telemedicina e uso de redes sociais de modo constante, o

governo e parlamento também viram a necessidade de adotar novas identidades que fazem congruência com a cultura digital instaurada. Nasce assim o governo digital e parlamento digital advindos de estudos sobre a própria democracia digital. O parlamento digital, também chamado de e-Parlamento, traz uma tentativa das casas legislativas se conectarem com a população através da internet e tecnologias digitais, de modo a levar informações, meios de participação e colaboração. (FARIA, 2012; NOVECK, 2018; OPENING PARLIAMENT, 2012)

Com o surgimento do parlamento digital, surgem também ferramentas digitais usadas como o crowdlaw, que engloba uma construção legislativa coletiva (NOVECK, 2018); as e-petições, tradicionalmente já presentes nos parlamentos, mas agora com sua digitalização e capacidade de propagação maior através de internet (BÖHLE; RIEHM, 2013 apud BERNARDES et al., 2023) e o uso de mídias sociais, que segundo Williamson (2013 apud BERNARDES; MITOZO et al., 2023) tem a finalidade de trazer maior conexão com a sociedade (COLEMAN; BLUMLER, 2009 apud SAMPAIO; MITOZO, 2020), educação política (PATEMAN, 1992 apud ALMEIDA, 2022) e promover maior transparência. Os autores não são citados por Williamson, mas sim uma correlação entre o que foi exposto no texto até o momento e os critérios do autor.

Gomes (2016) aborda a maneira como as desigualdades sociais podem afetar a participação política e a confiança pública, e isso não seria diferente com o mundo digital, a exclusão é presente e leva a desconfiança do cidadão. O termo empregado para definir essa situação é “digital divide”, e consiste na desigualdade de acesso à internet entre os cidadãos (NORRIS, 2001 apud GOMES, 2018; MARQUES, 2012). Ainda em 2005, Gomes já afirmava a necessidade de fornecer oportunidades digitais e de uso de recursos e meios para a participação política. A democracia digital vem se popularizando entre os temas levados como prioridade pelas instituições democráticas desde a pandemia de covid-19 e há esforços para sua universalização e combate às desigualdades de acesso por parte de parlamentares e governantes desde então.

Além de parlamento digital, também surge o parlamento aberto, cuja definição é apresentada a seguir de acordo com Mitozo e Bernardes:

Nesse contexto de digitalização, ações de e-Parlamento são, portanto, um caminho para um “Parlamento aberto”, que é uma instituição sujeita ao controle público, ou seja, cujas atividades podem ser facilmente monitoradas pelos cidadãos, tornando possível a eles alcançar conhecimento suficiente para se engajarem em atividades mais complexas, como debates deliberativos acerca da pauta legislativa. Segundo a Declaração de Abertura dos Parlamentos, há quatro objetivos que devem ser atingidos no processo de abertura dessas instituições: 1) promover uma cultura de abertura, pela disposição de informação; 2) tornar a informação disponível transparente; 3) facilitar o acesso à informação; 4) assegurar a comunicação eletrônica da informação parlamentar (OPENING PARLIAMENT, 2012). (MITOZO; BERNARDES, 2021)

Na aplicação prática brasileira, a Câmara dos Deputados criou o Portal e-democracia e o Senado desenvolveu o e-Cidadania. As Assembleias Legislativas utilizaram de websites institucionais, portais, reuniões interativas, uso de redes sociais e processos de digitalização.

Na pesquisa de Mitozo (2020), através da junção e análise de dados foi possível chegar a classificações que podem auxiliar na identificação de como as assembleias legislativas se saíram no período pandêmico quanto ao parlamento digital. São elas: a utilização de plenário virtual, o voto remoto, a alteração da legislação para regular as atividades, a assiduidade dos parlamentares e o nível de sofisticação de parlamentares. As AL's tiveram diferentes classificações em cada um dos parâmetros, porém é homogêneo que todas utilizaram, no período citado, de ferramentas digitais para executar o trabalho parlamentar.

Notou-se que a assiduidade dos parlamentares das AL's foi consideravelmente alta, no período da pandemia, em sessões remotas ou híbridas, seguindo o padrão das casas legislativas nacionais. Quanto ao quesito sofisticação de sistemas, nove assembleias legislativas tiveram sistemas formulados por suas equipes de tecnologia, sendo elas: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte (MITOZO, 2020).

Em uma análise de Licemar Vieira Melo (2023), identificou-se dispositivos tecnológicos de participação (DTPs) ofertados nos websites das Assembleias Legislativas, que permitiam aos cidadãos o exercício de Controles Democráticos não Eleitorais (CDNE). Foram encontrados seis níveis de e-participação: (i) Informativo (Acesso a informação); (ii)

Manifestações diversas da Cidadania (Ouvidoria); (iii) Feedback ao Estado (Opinião pública); (iv) Propositivo (Envio de sugestão legislativa); (v) Colaborativo (deliberação conjunta dos cidadãos com os representantes do Poder Legislativo); (vi) Decisório (Plebiscitos online).

Melo identificou o número total de 146 DTPs nas 26 casas legislativas, o nível informativo estava presente em todos os websites, manifestações diversas da cidadania em 25 websites, feedback ao estado em 13 websites e propositivo em 4 websites.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais teve o maior nível de e-participação, foram identificados 7 DTPs referentes a informações, manifestações diversas da cidadania, feedback ao Estado e proposições legislativas.

2.1.3 - A ALMG, sua tradição digital e o pós-pandemia

A participação popular decorre do princípio do controle social, previsto na Constituição Federal de 1988, e é considerada essencial para a consolidação de qualquer Estado democrático de Direito. Tradicionalmente expressa pelo voto, a participação também se materializa de forma direta por meio de mecanismos institucionais voltados ao envolvimento da sociedade civil nas decisões políticas. No âmbito legislativo, instrumentos como audiências públicas, consultas, plebiscitos, referendos, iniciativas populares de lei e fóruns técnicos constituem formas consagradas de atuação cidadã, conforme observado nas práticas das Casas Legislativas brasileiras (LIMA; EMEDIATO, 2021). No caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, destaca-se a atuação da Comissão de Participação Popular como canal institucional que permite a organizações sociais interferirem diretamente na pauta legislativa (MAGALHÃES; SORIANO, 2016).

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) tem se destacado pela inovação tecnológica no âmbito do Legislativo. Em comparação com outras assembleias legislativas, seus processos tecnológicos tiveram início cedo e evoluíram de forma gradual ao longo dos anos.

O primeiro computador, da marca Bull, foi instalado na Casa em 1987, iniciando um processo de modernização contínuo. Desde então, foram implementados o painel eletrônico de votação, o site institucional, a TV Assembleia, a informatização dos gabinetes com computadores, scanners e impressoras, e até experiências com palmtops. O painel eletrônico é um importante instrumento para acompanhamento das votações e presenças nos plenários, e traz assim maior transparência e accountability, valores fundamentais apresentados na Constituição Federal de 1988, no regimento interno da ALMG e nos estudos de gestão pública. A criação do site institucional entra como primeiro passo importante para o cumprimento da classificação informativa de Melo (2023).

O Diário do Legislativo e os Anais da Assembleia passaram por um processo de digitalização, permitindo maior acesso e transparência. Diversos sistemas foram desenvolvidos para otimizar o trabalho administrativo e legislativo, como o Sistema de Reuniões de Plenário (utilizado pela Gerência-Geral de Apoio ao Plenário), o Sistema de Reuniões de Comissões (Gerência-Geral de Apoio às Comissões) e o Sistema de Trabalhos da Consultoria (Gerência-Geral de Consultoria Temática). No entanto, por terem sido criados em momentos distintos e com arquiteturas diferentes, esses sistemas não se integravam adequadamente.

Em 2012, com o objetivo de integrar esses sistemas, foi criado o Sistema de Tramitação Legislativa, um *data warehouse* que centraliza digitalmente os documentos de cada setor, diminuindo problemas como extravio e lentidão no trâmite de papéis. A partir dele, servidores, parlamentares e demais funcionários passaram a ter acesso direto a projetos de lei, pareceres, espelhos de relatoria, entre outros documentos. A integração proporcionou maior celeridade aos procedimentos internos e reduziu entraves burocráticos historicamente associados à tramitação física de documentos. Para além da eficiência administrativa, a centralização digital fortaleceu a transparência institucional, ampliou a rastreabilidade dos atos legislativos e criou melhores condições para o controle interno e social.

Em 2015, foi lançado o primeiro módulo do Sistema de Informações Legislativas (Silegis), desenvolvido para unificar os diversos atos do processo legislativo em um único ambiente, independentemente do setor de origem. Esse módulo passou a incluir funcionalidades como a solicitação de notas taquigráficas e a formulação de requerimentos e projetos de lei. Um dos destaques foi o sistema de articulação legislativa, que organiza o texto legal conforme a técnica legislativa e foi disponibilizado como *software* livre, sendo

inclusive adotado pelo Senado Federal. Segundo Mitozo (2022) os sistemas operacionais da ALMG evoluíram a ponto de ultrapassar a complexidade e qualidade dos sistemas da casa legislativa mais tradicional.

Desde então, o Silegis vem sendo ampliado com novos módulos, refletindo uma abordagem mais integrada e orgânica da atividade legislativa. Durante a pandemia de COVID-19, esse sistema foi fundamental para manter o funcionamento remoto do Parlamento mineiro, ao incorporar ferramentas de reuniões e votações a distância, em conformidade com as exigências do distanciamento social.

A criação do Silegis representou mais do que mera modernização administrativa. Ao integrar atos legislativos em uma plataforma única, o sistema reduziu fragmentações burocráticas, acelerou fluxos internos e ampliou a rastreabilidade das decisões parlamentares. Sob a ótica democrática, isso fortalece a transparência institucional e facilita o acompanhamento social do processo legislativo.

De acordo com o Relatório Institucional da ALMG referente ao ano de 2020 (pandemia), desde 2017 já eram realizadas transmissões online no Portal da Assembleia de todas as sessões parlamentares em agenda.

Nota-se a importância do uso e preparo prévio de mecanismos digitais nos parlamentos, principalmente durante o período de crises. Parlamentos que já investiam no setor de T.I previamente ao vírus conseguiram assim fazer adaptações mais rápidas, com o intuito de não encerrar as atividades legislativas, quando foi instaurada quarentena. Entre os instrumentos de participação oferecidos pelo Portal da Assembleia, estão as Reuniões Interativas, o Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação e o Envie Sua Sugestão de Projeto de Lei. Esses mecanismos sinalizam a transição de um modelo representativo estritamente tradicional para formas complementares de democracia participativa digital. Ainda que não substituam o voto ou a representação parlamentar, criam canais permanentes de escuta social e legitimação das decisões legislativas.

As lives de redes sociais como Instagram e Youtube passam a ser usadas devido a sua eficiência e alcance da população, que devido a deliberações e acordos de líderes limitaram a entrada da Casa Legislativa a servidores, parlamentares, estagiários, jovens ASPROM e

funcionários terceirizados. Castells (2013) destaca que a comunicação em rede reorganiza relações de poder.

Utilizou-se de plataforma remota, em específico o Zoom, para a realização de reuniões e votações remotas em conjunto com o Silegis. A utilização de plataformas privadas evidencia tanto capacidade adaptativa quanto dependência tecnológica externa por parte das instituições públicas.

Os próprios representantes da casa legislativa emitiram opiniões sobre o uso de plataformas digitais e sobre sua adaptação a elas.

Não foram poucos os desafios impostos em 2020, como as enchentes que castigaram o Estado, a pandemia da covid-19 e a luta contra os retrocessos da reforma da previdência. Mesmo diante desse cenário, a ALMG se reinventou para apresentar respostas efetivas. Destaco a atuação no apoio aos pequenos municípios para lidar com os estragos causados pelas chuvas e também pelo coronavírus, bem como as ações em defesa da agricultura familiar e do setor cultural, um dos mais atingidos pela crise (LEMOS, MARQUINHOS, 2020).

É interessante ressaltar contudo que os trabalhos não foram realizados de maneira 100% remota.

Uma surpresa nessa lista é a ALMG, que sempre apresentou altos níveis de digitalização, mas não adotou de forma plena as sessões remotas (ocorreram sempre em caráter híbrido). Além disso, essa AL não sustentou as sessões digitais híbridas durante todo o período de pandemia, apesar do estado de calamidade pública decretado em Minas Gerais, fato que se deveu também à descrença de alguns parlamentares na pandemia, o que lhes levou a não deixar de comparecer presencialmente às sessões no Plenário. (MITOZO, 2022).

Conforme Gomes (2011), democracia digital amplia oportunidades de interação entre Estado e sociedade. Além da participação direta quanto a deliberação de projetos, a e-participação também esteve presente em quesitos de transparência e comunicação, por exemplo com o “Fale com a Assembleia”, uso do Portal para acompanhar a tramitação de projetos, conseguir formas de contato com gabinetes e setores administrativos e papel educativo quanto ao Legislativo e Poder Público. As redes sociais como Facebook,

Instagram, Youtube, Twitter (cada uma com um enfoque) cresceram e se tornaram essenciais para a divulgação dos trabalhos da AL.

Os próprios parlamentares ampliaram significativamente sua presença digital com estratégias de egocasting (a produção, seleção e reprodução de conteúdos de forma personalizada, afinada com o próprio gosto pessoal e preferências ideológicas. (ROSEN, 2008; BENNETT, 2012; SHAGRIR, 2019) e criação de conteúdos referentes a suas atuações com o intuito de ter mais engajamento e capital político para exercer um mandato digital. A expansão das redes sociais dos parlamentares alterou a mediação política tradicional. Deputados passaram a comunicar-se diretamente com eleitores, reduzindo a dependência da imprensa institucional. Contudo, esse processo também favorece a personalização da política, centralidade da imagem individual e uso estratégico de plataformas.

A Rádio e TV tiveram que passar por adaptações, mas com a criação de novos programas e a amplitude do sinal digital de TV para o interior de Minas, através do Digitaliza Brasil, foi possível alcançar um maior número de pessoas.

Apesar dos avanços observados, a digitalização legislativa não elimina obstáculos históricos à participação política. O acesso desigual à internet, diferenças de letramento digital e a baixa confiança institucional ainda limitam o alcance democrático dessas ferramentas. Assim, inovação tecnológica não significa automaticamente inclusão política plena.

No ano de 2023 criou-se a Central de Transmissão em Tempo Real (CTTR), da TV Assembleia. A central operava sistema automatizado de gravação e transmissão em alta definição com câmeras controladas remotamente pela central, capaz de gravar e transmitir com alta qualidade nos canais de comunicação da Assembleia. As imagens do serviço podem ser utilizadas pelos gabinetes e imprensa, trazendo melhorias para o acompanhamento de sessões legislativas. O arquivamento audiovisual permanente fortaleceu mecanismos de accountability institucional e fiscalização social.

“A Assembleia também deu continuidade a ações e projetos que contribuem para aproximar cada vez mais o cidadão mineiro do Poder Legislativo, como o Portal. Principal entrega realizada em 2022, o novo Portal passou por seu primeiro

grande teste no início de 2023, com a reestruturação da área política após as eleições. Foram implementadas ainda outras melhorias no canal” (ALMG, 2023).

Um novo mecanismo criado na época foi a utilização de recursos visuais interativos. Foi adicionada uma tela com informações das reuniões realizadas de forma simultânea e recebe informações dos projetos pautados e artifícios regimentais em tempo real. O departamento de tecnologia inovou ao incluir QR code que permite acesso a pareceres de projetos e ao Portal da Assembleia. Diante do crescimento do uso de redes sociais de vídeos curtos e informações rápidas, em setembro de 2024, a ALMG passou a atuar também nas plataformas TikTok e Threads. A entrada nessas plataformas revela tentativa institucional de dialogar com públicos mais jovens e adaptar-se a novos padrões de consumo informacional.

O período pós-pandêmico indica que parte das soluções emergenciais deixou de ser provisória e passou a integrar de forma permanente a estrutura institucional da Assembleia. Isso sugere a consolidação de um modelo híbrido de funcionamento, no qual práticas presenciais coexistem com mecanismos digitais de informação, deliberação e comunicação pública.

No que se refere às perspectivas futuras, a tendência é que o Parlamento digital avance para estágios mais sofisticados de interação entre Estado e sociedade. Ferramentas de inteligência artificial poderão auxiliar na organização de proposições legislativas, sistematização de emendas, atendimento automatizado ao cidadão e análise de grandes volumes de dados públicos. Também tende a crescer a utilização de plataformas de consulta pública online, aplicativos institucionais e mecanismos de participação em tempo real, ampliando as possibilidades de colaboração cidadã. No caso da ALMG, a tradição prévia de inovação tecnológica pode favorecer a incorporação dessas soluções. Contudo, tais avanços devem ser acompanhados por políticas de inclusão digital, proteção de dados pessoais, transparência algorítmica e simplificação da linguagem legislativa, para que a modernização tecnológica se converta efetivamente em aprofundamento democrático.

A análise baseia-se na observação das experiências digitais disponibilizadas na aba “Participação” do portal institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, bem como em relatórios institucionais da ALMG, bibliografia especializada e estudos sobre parlamento digital no Brasil. A experiência da ALMG demonstra que crises podem acelerar processos

institucionais já em curso. A pandemia não inaugurou a digitalização do Parlamento mineiro, mas intensificou tendências anteriores e consolidou novas rotinas administrativas e participativas. O desafio contemporâneo deixa de ser apenas digitalizar procedimentos e passa a consistir em democratizar efetivamente o acesso, a participação e a confiança pública nas instituições legislativas.

3. Metodologia

A pesquisa parte do seguinte questionamento: De que forma as ferramentas digitais de participação da ALMG impactaram a participação política no pós-pandemia? Desse modo, caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, buscando compreender os impactos das ferramentas digitais de participação cidadã desenvolvidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no contexto pós-pandemia. A coleta de dados ocorreu de forma manual e online, por meio da análise do portal institucional da ALMG, de relatórios institucionais produzidos entre os anos de 2020 e 2025, além de pesquisas internas e externas relacionadas ao tema da participação digital e da democracia eletrônica, e de entrevistas semiestruturadas com gestores.

A análise dos dados foi realizada por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com servidores da instituição, buscando compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento, à implementação, aos avanços e aos desafios das ferramentas digitais de participação cidadã implementadas pela ALMG no período pós-pandemia.

O objeto de análise da pesquisa consiste nas ferramentas digitais de participação cidadã disponibilizadas pela ALMG, bem como nos documentos institucionais e nas percepções de servidores envolvidos em sua implementação e funcionamento.

A pesquisa teve como recorte temporal o período entre 2020 e 2025, considerando os impactos da pandemia de COVID-19 na ampliação das ferramentas digitais de participação cidadã desenvolvidas pela ALMG.

3.1. Objetivos

O objetivo geral da investigação é analisar a disposição e o uso de ferramentas digitais de participação cidadã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no pós-pandemia de COVID-19, considerando sua influência no fortalecimento da democracia e na atuação do Legislativo.

Nesse sentido, os objetivos específicos são:

- Investigar os mecanismos de participação popular institucionalizados pela ALMG antes da pandemia de COVID-19.
- Identificar as inovações tecnológicas e adaptações digitais implementadas durante o período pandêmico.
- Avaliar a continuidade e aprimoramento dos instrumentos de e-participação no pós-pandemia.
- Compreender a percepção dos servidores sobre a eficácia das ferramentas digitais de participação.

3.2. Métodos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de forma manual, utilizando procedimentos online e presenciais. No âmbito online, a pesquisa é desenvolvida por meio do acesso ao portal oficial da ALMG, especialmente na aba “Participação”, onde serão analisadas as ferramentas digitais de participação cidadã disponibilizadas pela instituição, bem como suas subdivisões, funcionalidades e mecanismos de interação com a sociedade.

Também foram coletados documentos institucionais e relatórios oficiais disponibilizados no portal da ALMG, especialmente na seção “Transparência”, na aba “Balanço das Atividades”. A consulta a esses materiais permite identificar ações institucionais, mecanismos de participação digital, indicadores de atividade legislativa e iniciativas implementadas antes, durante e após a pandemia de COVID-19.

Além da coleta documental online, a pesquisa contará com coleta presencial de dados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com servidores da ALMG. Serão entrevistados um servidor vinculado à Gerência-Geral de Tecnologia da Informação (GTI), um servidor vinculado à Gerência de Participação e Interlocução Social (GPI) e um assessor da presidência da Comissão de Participação Popular, com o objetivo de compreender os processos de implementação, funcionamento e avaliação das ferramentas digitais de participação cidadã adotadas pela instituição. Os entrevistados foram selecionados em razão de sua atuação direta no desenvolvimento, gestão e acompanhamento das ferramentas digitais de participação cidadã da ALMG.

As entrevistas buscam reunir percepções institucionais acerca das transformações digitais promovidas pela ALMG no período pós-pandemia, bem como identificar desafios, avanços e impactos relacionados à participação popular no ambiente digital.

3.3. Métodos de análise

Os dados coletados ao longo da pesquisa serão analisados por meio de abordagens qualitativas, utilizando a análise documental e a análise de conteúdo das entrevistas como procedimentos metodológicos. Essas técnicas possibilitam a interpretação sistemática de documentos institucionais, discursos e informações produzidas pela ALMG, permitindo compreender os impactos das ferramentas digitais de participação cidadã no contexto pós-pandemia. A escolha desses métodos busca viabilizar uma análise aprofundada das transformações institucionais, da participação popular e da atuação legislativa no ambiente digital.

3.4. Análise documental

A pesquisa utilizará a análise documental como procedimento metodológico para examinar relatórios institucionais, registros legislativos, documentos administrativos e conteúdos disponibilizados pela ALMG. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa documental possibilita a interpretação de materiais produzidos institucionalmente, permitindo compreender processos sociais, políticos e organizacionais a partir de registros já existentes (MINAYO, 2009).

Além disso, Minayo destaca que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados e das interpretações sociais, permitindo compreender como os indivíduos percebem, experienciam e atribuem sentido às práticas institucionais. Dessa forma, a utilização de entrevistas semiestruturadas e da análise documental possibilita captar percepções, experiências e avaliações dos atores envolvidos na implementação e utilização das ferramentas digitais de participação cidadã.

Nesse sentido, a análise documental será aplicada aos materiais publicados pela ALMG durante e após a pandemia de COVID-19, buscando identificar mudanças institucionais relacionadas às ferramentas digitais de participação cidadã, bem como seus impactos na atuação legislativa e na comunicação com a sociedade. A utilização desse método permite compreender a evolução dos mecanismos digitais adotados pela instituição e sua relação com o fortalecimento da participação popular.

3.5. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo será utilizada para interpretar as informações coletadas nos documentos institucionais, no portal digital da ALMG e nas entrevistas realizadas durante a pesquisa. De acordo com Laurence Bardin, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que permite identificar significados, categorias e padrões presentes nos discursos e materiais analisados (BARDIN, 2011). Bardin também ressalta que a análise de conteúdo possibilita realizar inferências a partir das informações coletadas, organizando os dados de maneira sistemática e interpretativa.

A partir dessa metodologia, serão examinadas as percepções sobre participação digital, transparência institucional e interação entre cidadãos e Poder Legislativo, possibilitando compreender os efeitos da transformação digital da ALMG no contexto pós-pandemia. A técnica permitirá organizar e categorizar os dados obtidos, favorecendo uma interpretação qualitativa das informações coletadas ao longo da pesquisa.

4. A transformação digital da ALMG durante e após a pandemia

Antes de analisar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a participação política na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é importante apresentar os principais mecanismos de participação atualmente disponibilizados pela instituição. No Portal da ALMG, os cidadãos encontram diferentes instrumentos voltados à aproximação entre sociedade e Parlamento, como as Reuniões Interativas, o Opine em Projetos de Lei, o Envie sua Sugestão de Projeto de Lei, o Fale com a Assembleia, além das transmissões ao vivo das reuniões, acompanhamento da tramitação legislativa e demais canais de comunicação institucional. Essas ferramentas possuem diferentes finalidades, variando desde o acesso à informação até formas mais ativas de manifestação e colaboração dos cidadãos no processo legislativo.

A Figura 1 apresenta a aba "Participação" do Portal da ALMG, reunindo os principais mecanismos digitais oferecidos pela Casa. A partir desse conjunto de instrumentos, torna-se possível compreender de que forma a pandemia influenciou a participação política institucionalizada. Como será demonstrado ao longo deste capítulo, a crise sanitária não representou o surgimento dessas ferramentas, mas intensificou sua utilização e impulsionou adaptações que ampliaram sua importância para a continuidade das atividades legislativas e da interlocução entre Parlamento e sociedade.

Figura 1 - Captura de tela da Aba Participação no Portal da Assembleia.



Fonte: Portal da Assembleia.

Com o objetivo de facilitar a compreensão desses instrumentos ao longo da análise, o Quadro 1 apresenta uma breve descrição de cada mecanismo de participação digital

disponibilizado pela ALMG, destacando suas principais finalidades e formas de interação com os cidadãos.

Quadro 1 – Principais mecanismos digitais de participação disponibilizados pela ALMG

Mecanismo	Finalidade
Reuniões Interativas	Permitem o acompanhamento de audiências públicas, fóruns técnicos e outros eventos com envio de perguntas, comentários e solicitações de fala em tempo real.
Opine sobre Projetos de Lei	Possibilita que cidadãos manifestem concordância, discordância ou apresentem comentários sobre proposições legislativas em tramitação.
Proponha um Projeto de Lei	Permite que cidadãos apresentem propostas de criação, alteração ou revogação de normas, que podem subsidiar a atuação parlamentar e, quando atendidos os requisitos institucionais, dar origem à tramitação de uma proposição legislativa
Fale com a Assembleia	Recebe dúvidas, solicitações, reclamações, elogios e manifestações encaminhadas pelos cidadãos à instituição.
Consultas Públicas	Possibilitam que cidadãos manifestem opiniões, sugestões e posicionamentos sobre temas, projetos ou políticas em discussão na ALMG, contribuindo para subsidiar a tomada de decisão dos parlamentares.
Acompanhamento da tramitação legislativa	Disponibiliza informações sobre o andamento de projetos de lei, pareceres,

	votações e demais etapas do processo legislativo.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2026).

Os mecanismos apresentados no quadro exercem funções distintas dentro da participação política institucionalizada. Enquanto alguns possuem caráter predominantemente informativo e comunicacional, como o acompanhamento da tramitação legislativa e o Fale com a Assembleia, outros permitem formas mais ativas de interação entre cidadãos e representantes, possibilitando o envio de opiniões, sugestões, perguntas e até propostas legislativas. Dessa forma, o Portal da ALMG reúne instrumentos que abrangem diferentes níveis de e-participação, desde o acesso à informação até modalidades colaborativas de construção das atividades legislativas, conforme discutido por Melo (2023). A diversidade desses canais evidencia que a participação digital não se restringe a um único mecanismo, mas se materializa por meio de diferentes possibilidades de envolvimento do cidadão com o processo legislativo.

Essa percepção também foi compartilhada pelos servidores entrevistados, especialmente por aqueles diretamente envolvidos com os mecanismos de participação popular. Ao refletir sobre os impactos da pandemia, Aline Duarte, servidora da Gerência de Participação e Interlocação Social (GPI), destaca que:

"[...] como você vê, todas essas ferramentas a assembleia já tinha antes da pandemia. O que a gente fez no caso da atuação, mas a pandemia foi um grande desafio especialmente para o nosso setor, porque como eu estou te falando, todos os nossos eventos eram realizados presencialmente." (Entrevista com Aline Duarte, 2026).

A fala da entrevistada revela um aspecto importante do processo de transformação digital da ALMG: a pandemia não atuou como elemento criador da digitalização, mas como aceleradora de um processo já em andamento. Ao afirmar que as ferramentas digitais já existiam anteriormente, a servidora indica que a principal mudança não ocorreu na criação de novos instrumentos, mas na intensificação de seu uso e na necessidade de adaptação das práticas institucionais. Esse resultado converge com a literatura sobre transformação digital no setor público, que aponta situações de crise como fatores capazes de acelerar processos de inovação previamente iniciados (RIBEIRO; CASTRO; ABREU, 2021).

A restrição de acesso ao espaço físico da Assembleia representou uma ruptura significativa nas formas tradicionais de interação entre sociedade e Parlamento. Audiências públicas, fóruns técnicos, reuniões presenciais e demais eventos participativos constituíam, até então, importantes mecanismos de aproximação entre representantes e representados. Com a suspensão dessas atividades, surgiu o desafio de preservar a participação popular em um contexto marcado pelo distanciamento social e pela impossibilidade de circulação de pessoas. Nesse cenário, a continuidade da atuação institucional passou a depender da capacidade de adaptação tecnológica já existente na Casa.

A partir de uma análise do relatório institucional de 2020, desde 1º de outubro de 2019 o controle de acesso de visitantes foi implementado, cidadãos passaram a ser identificados e cadastrados, assim como outras instituições públicas. Dado o avanço do vírus, a Mesa surgiu com a Deliberação 2.733, de 13 de março de 2020, que orientava sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus. O acesso ficou restrito a deputados, servidores, estagiários, terceirizados e adolescentes trabalhadores da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom), com preferência via trabalho remoto ou escalas de trabalho. Ou seja, os cidadãos não poderiam mais adentrar ao espaço público pela vigência da deliberação que impôs o fechamento físico de canais tradicionais de participação popular como eventos institucionais e eventos de homenagens, acelerando a transição para atividades remotas.

A aceleração digital observada no parlamento mineiro durante o período pandêmico baseou-se em uma infraestrutura técnica que já vinha sendo desenvolvida nos anos anteriores à crise sanitária:

“Por esse motivo, houve crescimento significativo nos acessos e nas ferramentas de participação. Isso só foi possível porque o Parlamento mineiro já estava investindo nos meios digitais, de modo que o distanciamento social não inviabilizou o diálogo com a população e a continuidade dos trabalhos legislativos. É importante destacar que, desde 2017, todas as reuniões das comissões são transmitidas ao vivo pelo Portal. Além disso, em 2018, as reuniões interativas foram implementadas.” (MINAS GERAIS, 2020, p. 113).

O trecho evidencia que a infraestrutura digital previamente construída foi decisiva para a continuidade das atividades legislativas. De um ponto de vista de Humberto Massa, servidor da Gerência de Governo Eletrônico da ALMG:

A gente tem certificações, ISO e mais um monte de coisas que nos coloca numa posição muito confortável. Então, assim, quando chegou a pandemia, a Assembleia já era muito informatizada em geral. O que não era muito comum era ser feita a virtualização, você não estar aqui no ambiente físico da Assembleia. (Entrevista com Humberto Massa, 2026)

O crescimento dos acessos ao Portal demonstra que os cidadãos passaram a utilizar com maior frequência os canais digitais da instituição, substituindo, ao menos parcialmente, as formas presenciais de acompanhamento das atividades parlamentares.

Mesmo sendo um ano atípico, a ALMG conseguiu se adaptar sem colocar a segurança dos seus agentes públicos, por meio de reuniões e votações remotas pelo aplicativo Zoom e software Silegis². Com a pandemia e o fim das atividades presenciais, a Diretoria de TI adaptou o Silegis rapidamente. Diferentemente da ideia de inovação disruptiva, os dados sugerem que a transformação digital da ALMG ocorreu predominantemente por meio de inovações incrementais. Nesse sentido, o sistema foi integrado a plataformas de videoconferência e ganhou segurança extra, como o uso de certificados digitais para validar as decisões jurídicas. A partir dessa virada, o protocolo de Projetos de Lei, a coleta de assinaturas e as votações do Plenário migraram para o ambiente virtual. Ter essa estrutura pronta foi essencial para a resiliência da ALMG, que continuou funcionando e votando leis urgentes sem interrupções.

O Portal da Assembleia³ em suas versões *desktop* e *mobile* teve papel fundamental para que cidadãos pudessem se informar e participar ativamente do processo legislativo. Em um comparativo de 2019 a 2023, pudemos observar que durante o período da pandemia, ocorreu um pico de novos cadastros.

Tabela 1 - Cadastros por ano no Portal da ALMG

² Minas Gerais. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. SILEGIS-MG. Belo Horizonte, 2026. Disponível em: <https://silegis.almg.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

³ Minas Gerais. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Portal da ALMG. Belo Horizonte, 2026. Disponível em: almg.gov.br. Acesso em: 26 jun. 2026.

Ano	Novos cadastros	Total de cadastros
2019	23.875	110.069
2020	84.925	194.942
2021	33 .017	227 .971
2022	22.764	255.763
2023	38.756	294.519

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se que no ano de 2020, ocorreu um pico de novos cadastros ocasionado pela necessidade da população em se manter conectada aos acontecimentos, especialmente os relacionados à própria pandemia. Essa era uma ação necessária para utilizar ferramentas como as reuniões interativas, consultas públicas e Opine sobre Projetos de Lei, localizadas na aba “Participação” do site da instituição, a fim de evitar a utilização indevida e mal-intencionada.

Ainda fazendo essa análise dos 5 anos, é interessante analisar o papel das reuniões interativas. Hideraldo Alves, assessor da Comissão de Participação Popular destaca como a ferramenta institucional surpreendeu os parlamentares e assessores:

[...] Começou-se a possibilidade, durante uma audiência pública, a participação popular, abrir a Participação Popular a perguntas. E isso foi um tremendo sucesso. As audiências públicas que nós participamos, da Comissão de Participação Popular, na época, bateu recordes de participação. [...] Depois nós fizemos uma outra audiência das multas ambientais absurdas que estão no estado e a participação estourou. Eu não lembro a quantidade, mas bateu o recorde de novo. Inclusive o deputado, durante a audiência, teve que pedir desculpa por não poder falar de todo mundo. (Entrevista com Hideraldo Alves, 2026).

Analisando os dados quantitativos relativos às reuniões, também pode-se notar um aumento significativo de participação política durante e após o período pandêmico.

Tabela 2 - Número de reuniões transmitidas e perguntas no intervalo de 2019 a 2024

Ano	Número de reuniões transmitidas	Número de perguntas
2019	296	981
2020	132	3.798
2021	206	3 .141
2022	Não encontrado	1.823
2023	Não encontrado	1.676
2024	Não encontrado	1.039

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo Aline Duarte, as reuniões interativas surgiram em 2018 por iniciativa da Gerência-Geral de Apoio às Comissões e a partir de 2022 tornaram-se responsabilidade da Gerência-Geral de Participação e Interlocação Social (GPI), devido a expertise em interlocação com a sociedade civil.

Os eventos institucionais da ALMG, como ciclos de debates, fóruns técnicos e seminários legislativos, funcionam como espaços coletivos para formular e avaliar políticas públicas junto à sociedade. A grande característica desses mecanismos é a construção conjunta: desde o início, uma comissão organizadora heterogênea, formada por membros do poder público e da sociedade civil, define toda a estrutura do evento nas chamadas reuniões preparatórias. É nesse espaço inicial que se decidem as datas, as regras, os temas e quem serão os palestrantes convidados.

Esse modelo histórico de construção coletiva, no entanto, enfrentou um ponto de virada com a necessidade do distanciamento social. A dinâmica das reuniões preparatórias, que antes exigia o deslocamento e a reunião física de dezenas de representantes de entidades na sede do Parlamento, precisou ser redesenhada para o ambiente virtual. Essa mudança profunda no ponto de partida dos eventos institucionais é destacada pela servidora Aline Duarte, da GPI, ao relatar como a tecnologia reorganizou essa rotina:

“A gente incorporou muitas dessas inovações no nosso trabalho rotineiro, porque, como eu te falei, a Assembleia não é Belo Horizonte, né? A Assembleia é Minas Gerais. E as pessoas de diferentes municípios, municípios distantes, têm muita dificuldade de vir até a sede da Assembleia para participar de um evento ou de uma reunião. Hoje, mesmo após a pandemia, a gente faz as reuniões preparatórias de eventos, por exemplo, de forma híbrida, dando a possibilidade da pessoa participar tanto presencialmente quanto online.” (Entrevista com Aline Duarte, 2026).

A entrevistada relatou que a gerência teve que ter uma atenção especial para que o processo não afastasse pessoas que enfrentam desigualdades socioeconômicas, por não possuir letramento digital. Mesmo com o sucesso da realização das reuniões preparatórias de modo online, o modelo híbrido foi escolhido para respeitar a diversidade de públicos e acessibilidade. Porém, a possibilidade de participar do planejamento dos eventos institucionais sem precisar se deslocar por quilômetros de distância diversas vezes mudou o perfil dos participantes.

“Nas reuniões preparatórias, igual eu falei, a adesão tem sido maior online, mudou o perfil. A gente tinha essa sala aqui lotada de gente, hoje sou eu sozinha aqui e todo mundo online. [...] Aqui a pessoa coloca, aí o outro fala, opina, aí o outro acrescenta, ou o outro rejeita. No presencial, a gente tem uma questão muito importante, que é o debate, a troca de razões, que nas ferramentas atuais que a gente tem, a gente não tem muito. Isso eu estou te falando até por esse estudo que eu fiz, no Opine, por exemplo, as participações são isoladas. A maioria dos participantes entra, deixa um voto e um comentário, e nunca mais entra ali.” (Entrevista com Aline Duarte, 2026).

Nota-se que a participação alcança mais pessoas, mas o tipo de participação muda quando há a transição do presencial para virtual, torna-se mais isolada e pontual. Não acontecem as negociações e debates paralelos, mas sim um ritmo mais acelerado de construção coletiva. Uma das ferramentas que todos os entrevistados apontam um déficit de utilização até mesmo anteriormente a pandemia é a ferramenta institucional Opine sobre Projetos de Lei. Com dados disponibilizados pela GPI, é possível observar no período de 21 de maio de 2024 a 15 de julho de 2025 o padrão de uso por parte da população:

Tabela 3 - Porcentagem de cidadãos que interagem uma ou mais vezes no Opine sobre Projetos de Lei

Número de cidadãos	Número de cidadãos (em %)	Número de comentários
5798	80,96%	1
946	13,21%	2
218	3,04%	3
90	1,26%	4
32	0,45%	5
21	0,29%	6
11	0,15%	7
9	0,13%	8
8	0,11%	9
7	0,10%	10
4	0,06%	11
2	0,03%	12
1	0,01%	13

Fonte: Elaborada pela autora através de dados disponibilizados pela GPI.

Nota-se que a interação de cidadãos deixando um primeiro comentário na plataforma é 80,96% e depois decai para 13,21% a quantidade de pessoas que faz um segundo comentário, ou seja, a primeira interação, muitas vezes é a última. Os servidores notaram que a maioria das participações via Opine é em projetos de lei de temas relevantes, quando há um engajamento político para utilizar a ferramenta. Foi perguntado se havia algum retorno sobre a tramitação do projeto votado pelo cidadão e a informação retornada foi que imediatamente não, mas que os cidadãos podem acessar o Portal e verificar a situação da tramitação dos projetos de seu interesse. Um recurso que foi criado antes da pandemia, foi a viabilidade de

seguir um projeto de lei de interesse e receber atualizações sobre ele via e-mail, esse recurso está tanto na página do projeto, quanto na página do Opine.

Um avanço construído em 2025 e relatado pela GGov foi a possibilidade de gabinetes parlamentares responderem com um perfil próprio, as perguntas feitas no Opine pelos cidadãos em projetos de lei de seu interesse. Criando assim um vínculo mais forte entre representantes e representados.

Por outro lado, em leis aprovadas que advieram de eventos institucionais coletivos, a GPI informou que é enviado um e-mail para os cidadãos que participaram do processo, para fortalecer a democracia e senso de pertencimento. Assim, as pessoas sentem que sua participação é importante e válida no processo legislativo.

Uma ferramenta bastante utilizada é a consulta pública, no Portal constam dois tipos, consulta temática e consulta sobre projeto de lei em tramitação⁴. As temáticas são temas de grande relevância ou etapas de eventos constitucionais como seminários legislativos, fóruns técnicos e audiências públicas do ciclo orçamentário. A categoria de projetos de lei em tramitação engloba projetos que necessitam de consulta pública por exigência legal, são eles: criação ou alteração de unidades de conservação ambiental e criação de data comemorativa.

A ferramenta criada em 2009 é vista como uma complementação das interiorizações da Casa legislativa, ampliando-se a participação em todas as regiões de Minas Gerais. As interiorizações são essenciais para que a democracia seja de fato participativa, principalmente em um estado tão extenso com 853 municípios. Atualmente, a consulta pública utiliza o mesmo mecanismo que o Opine sobre Projetos de Lei. Quando a consulta pública é temática de evento ou de unidade de conservação ambiental, cria-se uma página própria, a fim de disponibilizar mais informações técnicas sobre o tema e embasar as votações dos cidadãos, servindo assim também como aparato de informação e conhecimento. Na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, são recolhidas sugestões de aprimoramento. As sugestões recolhidas do processo participativo transformam-se em Propostas de Ação Legislativa (PLEs), estas podem resultar em emendas ao projeto do PPA e/ou à Lei Orçamentária Anual (LOA), além de requerimentos a serem enviados pela Assembleia com pedidos de

⁴ Minas Gerais. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Consulta pública. Belo Horizonte, 2026. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/participacao/consulta-publica/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

informações ou providências a outros órgãos e entidades. Como assessor da Comissão de Participação Popular, Hideraldo acompanha de perto o processo de revisão do PPAG.

A revisão do PPAG, na parte dela, tem um valor que no último ano foi 25 milhões, que abre-se para a participação popular nesse orçamento. E é feito por, e tem uma consulta pública que ela é realizada em setembro, outubro e que se abre a possibilidade da participação popular no orçamento público e também é um sucesso. Tem muita participação dessas propostas e são inúmeras propostas que aparecem. Ano passado foram 560, ano retrasado foram mais de 900 propostas para o orçamento público em todas as áreas. (Entrevista com Hideraldo Alves, 2026).

Como mencionado por Hideraldo, o uso da consulta pública resulta em diversas melhorias para o Estado, há uma alta porcentagem de participação no processo. A interação com os gabinetes também é uma forma de accountability e busca por retorno.

Na entrevista com a Gerência de Governo Eletrônico, Rafael Cavalcanti, explicou uma transformação essencial para a fluidez do Portal:

“Essa que foi a grande mudança que eu acho que teve pós-pandemia. Foi que a gente conseguiu enxergar todas essas ferramentas de participação, em vez de ser cada uma uma implementação individual, uma coisa separada, ver que tudo ali podia meio que coexistir como uma estrutura quase que única.” (Entrevista com Rafael Cavalcanti, 2026).

De uma visão operacional do pós-pandemia, foram feitas adaptações para que as interfaces não ficassem desconexas em cada ferramenta, ocasionando em um processo de aprendizagem novo a cada ferramenta usada. O termo usado por Rafael foi painéis de interatividade, mecanismos com regras similares, ordenados de forma cronológica e atrelados a diferentes formas de participação. Com a facilitação do uso do Portal, há avanços consideráveis na democratização do site. Segundo ele, o processo foi construído de forma conjunta com vários setores da Casa como a Gerência de Comunicação em Mídias Digitais (GCMD), que ficou responsável pela prototipação, criação de layouts e testes de usabilidade com criação de personas para verificar se as ferramentas estão intuitivas o suficiente para

vários tipos de público. Após a aplicação das mudanças, o setor de comunicação foi acionado para criar uma estratégia de divulgação das mudanças realizadas.

Uma mudança feita em 2026, foi a integração da participação presencial digitalizada. Os cidadãos que estão acompanhando os trabalhos legislativos agora conseguem acessar um QR Code para fazer perguntas, se inscrever para falar e receber atualizações a respeito da reunião. Embora aparentemente simples, recursos como a incorporação de QR Codes aos documentos legislativos representam uma tentativa de reduzir barreiras de acesso à informação pública. A possibilidade de acessar pareceres, projetos e informações complementares por meio de dispositivos móveis contribui para aproximar o cidadão do processo legislativo e reduzir obstáculos relacionados à linguagem técnica e à navegação institucional.

Apesar dessa otimização na experiência do usuário, a análise dos resultados práticos exige um olhar mais amplo. A análise dos relatórios institucionais, das entrevistas realizadas e dos mecanismos disponíveis no Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais permite identificar que a transformação digital observada durante e após a pandemia não representou uma ruptura com práticas anteriores, mas a intensificação de um processo já existente. Os dados demonstram que a ALMG possuía infraestrutura tecnológica consolidada antes de 2020, o que possibilitou a continuidade das atividades legislativas e participativas durante o período de distanciamento social. Ao mesmo tempo, as entrevistas evidenciam que os mecanismos digitais ampliaram as possibilidades de participação cidadã, especialmente em um estado territorialmente extenso como Minas Gerais, embora persistam desafios relacionados à inclusão digital, ao alcance das ferramentas e ao engajamento da população.

Como alertam Gomes (2016) e Norris (2001), fatores como desigualdade de acesso à internet e diferentes níveis de letramento digital continuam condicionando a efetiva inclusão dos cidadãos nos processos participativos. Assim, a experiência da pandemia evidencia tanto o potencial quanto os limites da digitalização como estratégia de fortalecimento democrático.

5. Discussão

Os resultados encontrados indicam que a pandemia não representou o início da transformação digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas atuou como aceleradora de processos institucionais já em curso. A existência prévia de infraestrutura tecnológica, mecanismos digitais de participação e experiências acumuladas de inovação permitiu que a instituição mantivesse suas atividades e ampliasse determinados canais de interação com a sociedade durante o período de crise sanitária.

"Parlamentos precisaram se reinventar, ganhando protagonismo em muitos países e acelerando tendências que já estavam em curso para a digitalização de uma série de processos e interfaces." (MENDONÇA, 2021, p. 17)

O que ficou claro na ALMG é que a aceleração de transformações foi um processo contínuo e brando para os servidores, parlamentares e cidadãos, justamente devido a uma pré-preparação. Relacionando com o conceito de educação política trazido por Pateman (1992), nota-se que a aplicação de textos contextuais em páginas de consultas públicas referentes à criação e alteração de unidades de conservação ambiental, reflete uma preocupação da ALMG com a construção da cultura política dos cidadãos mineiros. Marques (2010b) apud ALMEIDA, 2022, pontua que a prestação de informação política com qualidade e que tenha como objetivo criar um ambiente informacional favorável é uma forma de agregar uma participação mais instruída dos cidadãos.

Na pesquisa de Melo (2023) do canal de Feedback do Estado, nível 3 de e-participação, há duas categorias de dispositivos tecnológicos de participação identificadas: consultas públicas e audiências públicas. Ao relacionar essa classificação com a realidade da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, observa-se que as reuniões interativas desempenham função semelhante às audiências públicas digitais, permitindo que os cidadãos encaminhem manifestações, questionamentos e opiniões diretamente aos representantes.

As reuniões interativas apresentaram elevados níveis de participação através do envio de perguntas e mensagens para a Mesa dos eventos institucionais, conforme relatado pelo entrevistado Hideraldo. Há uma proximidade de tema com o paradoxo da democracia trazido por Giddens (2006), que julga que em democracias maduras, muitas vezes os cidadãos não

conseguem ser ouvidos, logo ao terem suas questões respondidas e lidas em voz alta pelos seus representantes, as chances de insatisfação e apatia política consequentemente diminuem. Esse resultado reforça a importância de mecanismos que ultrapassam a simples disponibilização de informações e efetivamente criam espaços de interlocução entre representantes e representados. Licemar Melo relata que em sua pesquisa, somente três AL's da totalidade de 26 portais legislativos, cumpriram os critérios de participação online em audiência pública: ALMG, ALESP e ALEP. Esse dado demonstra que a ALMG ocupa uma posição de destaque no cenário nacional quanto à oferta de instrumentos digitais de participação, corroborando os resultados encontrados nesta pesquisa sobre sua tradição em inovação tecnológica e fortalecimento dos canais de participação cidadã.

Sobre a utilização do recurso de consultas públicas, que na ALMG também se encaixam na ferramenta Opine sobre Projetos de Lei, Almeida (2022) destacou que a ALMG em especial apresentou um recurso não observado em outros portais, a possibilidade de se posicionar de forma favorável ou contrária, frente ao comentário de outros usuários. Nota-se que com tal mecanismo, as interações entre os próprios usuários são incentivadas, o que fortalece o sentimento de cidadania. A autora concluiu, como mencionado anteriormente no texto, que a ALMG é a assembleia legislativa com mais DTP's ativos, solidificando-se como casa legislativa estadual com mais formas de participação via internet.

Os mecanismos estão operantes e com as mudanças implementadas pela GGov em conjunto com outras gerências da ALMG, para que as interfaces ficassem mais intuitivas, fáceis e informativas de se usar, amplia-se o acesso à informação visto como ação de e-participação. Os resultados encontrados também reforçam a aproximação da ALMG aos princípios do Parlamento Aberto. A disponibilização de transmissões ao vivo, consultas públicas, reuniões interativas e mecanismos de envio de sugestões legislativas amplia a transparência institucional e cria oportunidades de interlocução entre representantes e representados. Ainda que a participação efetiva permaneça desigual, a existência desses canais representa um avanço em relação a modelos mais fechados de funcionamento legislativo.

Todavia, algo a se destacar é que mesmo na casa legislativa com mais DTP's no cenário pós-pandemia, ainda há um déficit de participação, principalmente em ferramentas de atividade pontual, como no Opine, no qual observa-se queda de 80,96% para 13,21% entre o

primeiro e o segundo nível de interação . Com uma falta de retorno e acompanhamento observado pelos cidadãos que faziam parte do primeiro grupo de usuários e sem resultados notados que impactaram diretamente nas ações dos parlamentares, ocorre o sentimento de desconexão com os representantes, uma das três fraquezas de democracias contemporâneas. (COLEMAN; BLUMLER, 2009 apud ALMEIDA, 2022).

Diante dos dados, Aline Duarte apontou em sua entrevista que o motivo da falta de participação da sociedade com as ferramentas digitais seria o déficit democrático existente no Brasil:

[...] Então, é um problema da democracia no Brasil. A gente ficou pensando, está ligado às ferramentas ou é um déficit democrático? E a gente chega à conclusão que no presencial a gente já tem uma certa dificuldade de mobilização de povo, sabe? Embora a Assembleia ofereça todas essas ferramentas, tanto presenciais quanto online, Há um déficit de participação do público, uma dificuldade de mobilização de público para os nossos eventos, mas a gente tem se esforçado cada vez mais para aprimorar as estratégias de mobilização de público e trazer cada vez mais participantes para os nossos eventos. [...]” (Entrevista com Aline Duarte, 2026)

Marques (2008) dialoga com a ideia ao avaliar que atualmente o que se vive não se enquadra como uma crise da democracia, pois houve ruptura com regimes autoritários, mas sim a crise da participação. Em uma sociedade altamente conectada e com fluxo expressivo de informações, a participação não se origina somente da apatia política ou falta de interesse das pessoas, mas também pelas desigualdades para aquisição de capital político como tempo livre, dedicação, poder econômico, alto grau de instrução etc (BOURDIEU, 2011). Existem barreiras invisíveis que não podem ser esquecidas em uma análise que envolve indivíduos com diferentes realidades. A própria exclusão digital é um fator a se considerar quando o assunto é participação digital, segundo o IBGE, mais de 20 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet, causando o cenário de “digital divide”. (CNN 2025; MARQUES, 2012; NORRIS, 2001)

A implementação de avanços é importante, mas não deve ocorrer de forma abrupta, por isso, o GPI decidiu continuar a construção de eventos coletivos de forma híbrida, a fim de respeitar as condições e perfis de cada cidadão, principalmente pessoas em situação de

vulnerabilidade. Nesse sentido, a ALMG busca mitigar os efeitos da exclusão digital , defendido por Marques (2008), provendo informações políticas, diferentes canais com efetiva intervenção dos cidadãos e estímulo ao envolvimento no processo legislativo.

Um dos principais legados observados no período pós-pandêmico foi a consolidação de um modelo híbrido de participação. Em vez de substituir os mecanismos presenciais, a ALMG passou a combinar modalidades físicas e digitais, ampliando as possibilidades de acesso dos cidadãos. Essa estratégia demonstra reconhecimento institucional de que diferentes públicos possuem diferentes capacidades de participação, exigindo múltiplos canais de interação.

Outro aspecto relevante identificado nas entrevistas da GTI refere-se à mudança na forma como a própria Assembleia passou a compreender suas soluções digitais. Conforme relatado por um dos servidores entrevistados, houve um movimento para deixar de enxergar as ferramentas como iniciativas isoladas e passar a tratá-las como partes de um mesmo ambiente digital. Essa mudança demonstra um amadurecimento institucional, uma vez que os sistemas passaram a ser pensados de forma integrada, considerando a experiência do usuário e a circulação das informações entre diferentes setores da Casa.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa indicam que a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais confirma a importância das tecnologias digitais para a manutenção e ampliação dos canais de participação. A pandemia evidenciou o potencial dessas ferramentas ao permitir a continuidade das atividades legislativas e da interação com a população em um momento de fortes restrições presenciais. Entretanto, os dados também mostram que a existência de plataformas digitais, por si só, não garante maior participação política, conforme defendido pela literatura clássica de participação política no Brasil. Permanecem desafios relacionados à exclusão digital, às desigualdades sociais e ao próprio interesse dos cidadãos em participar dos processos institucionais. Assim, o fortalecimento da democracia digital depende não apenas do desenvolvimento tecnológico, mas também da criação de condições que favoreçam o acesso, o engajamento e a construção de confiança entre sociedade e instituições públicas.

6. Conclusão

Esta pesquisa buscou compreender de que forma a pandemia de Covid-19 influenciou a participação política na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, analisando os mecanismos digitais implementados e seus reflexos no período pós-pandêmico, tanto sob uma perspectiva institucional quanto a partir da percepção dos servidores envolvidos diretamente nesses processos.

Foram investigados os instrumentos de participação popular institucionalizados pela ALMG antes da pandemia, permitindo comparar quais canais já existiam e quais transformações decorreram da crise sanitária. A análise evidenciou que ferramentas como o Opine em Projetos de Lei, as Reuniões Interativas e as Consultas Públicas já integravam as possibilidades de atuação cidadã oferecidas pela Assembleia. Entretanto, durante e após a pandemia, esses instrumentos passaram por sucessivos aperfeiçoamentos, conduzidos principalmente pelas equipes responsáveis pela tecnologia e pela participação popular. Também foram examinadas as modalidades presenciais e híbridas, identificando diferenças quanto ao perfil dos participantes, à dinâmica dos eventos e às percepções dos servidores. Um exemplo disso foi a mudança observada por uma das entrevistadas nas reuniões preparatórias, que passaram de presenciais para híbridas, ampliando o alcance das atividades sem eliminar a importância do contato presencial.

As entrevistas realizadas com servidores da área tecnológica revelaram que a participação digital não depende apenas dos recursos visíveis aos cidadãos, como formulários, consultas públicas ou transmissões ao vivo. Para que esses instrumentos funcionem adequadamente, existe uma estrutura composta por sistemas integrados, equipes de manutenção, atualizações permanentes e estratégias de organização da informação. Dessa forma, verificou-se que a expansão dos canais digitais está diretamente relacionada à capacidade institucional de mantê-los, integrá-los e aperfeiçoá-los continuamente.

As inovações consolidadas no período pós-pandêmico decorreram de uma lógica de aperfeiçoamento permanente. Conforme evidenciado nas entrevistas, a Gerência de Tecnologia da Informação passou a compreender os diferentes sistemas da Assembleia como partes integrantes de um mesmo ecossistema digital, abandonando gradualmente a lógica de desenvolvimento de soluções isoladas. A articulação entre setores, a reorganização dos sistemas, as melhorias de layout, usabilidade e acessibilidade e a incorporação de recursos

como QR Codes em reuniões demonstram que a inovação deixou de estar associada apenas à criação de novas tecnologias, passando a envolver também a integração entre plataformas e a preocupação com a experiência do usuário.

Os relatos dos servidores da Gerência de Tecnologia da Informação também contribuíram para compreender de forma mais aprofundada os instrumentos disponíveis na aba de Participação do Portal da ALMG. A partir dessas informações, tornou-se possível relacionar os recursos existentes aos níveis de e-participação propostos por Licemar Vieira Melo (2023) e compreender, de maneira mais consistente, por que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi identificada como a casa legislativa estadual com o maior número de Dispositivos Tecnológicos de Participação (DTPs) do país. Assim, este estudo não apenas confirmou resultados já apresentados na literatura, mas também contribuiu para explicar como esses recursos são planejados, integrados e continuamente aperfeiçoados no cotidiano institucional.

Em conjunto, os achados indicam que, no período pós-pandêmico, consolidou-se um modelo híbrido de participação, no qual mecanismos presenciais e digitais passaram a coexistir de forma complementar. As entrevistas revelaram diferentes percepções sobre esse movimento, mas um aspecto apareceu de maneira recorrente em todos os setores analisados: a pandemia não iniciou a transformação digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas acelerou uma trajetória de modernização que já vinha sendo construída ao longo de décadas.

A tradição digital da ALMG teve papel decisivo para sua capacidade de adaptação durante a crise sanitária. A existência prévia de infraestrutura tecnológica, sistemas informatizados e canais digitais de interação permitiu que a instituição mantivesse suas atividades legislativas e o diálogo com a sociedade mesmo diante das restrições impostas pela pandemia. As evidências reunidas reforçam, portanto, que a transformação digital deve ser compreendida como um processo institucional contínuo, e não como uma resposta exclusivamente emergencial ao contexto pandêmico.

Entretanto, este trabalho também evidencia que a tecnologia, isoladamente, não é suficiente para ampliar a participação política. Apesar dos avanços observados, permanecem desafios relacionados à exclusão digital, às desigualdades de acesso às tecnologias, ao letramento digital e à própria cultura de participação da sociedade. O fortalecimento da

democracia depende não apenas da disponibilização de recursos tecnológicos, mas também da construção de condições capazes de estimular o engajamento cidadão, ampliar a confiança nas instituições públicas e reduzir barreiras históricas à inclusão política.

Como limitação, este estudo concentrou-se na experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, não permitindo generalizações para todas as assembleias legislativas brasileiras. Além disso, as entrevistas contemplaram servidores de setores diretamente envolvidos com a participação e a tecnologia, refletindo suas percepções institucionais sobre o fenômeno investigado.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras investiguem a percepção dos próprios cidadãos acerca da utilização dos mecanismos digitais disponibilizados pela ALMG, bem como realizem estudos comparativos entre diferentes assembleias legislativas estaduais. Também há a possibilidade de obter mais informações através dos servidores, que se mostraram dispostos a colaborar novamente com a pesquisa e com outros setores ainda não investigados como a Gerência de Comunicação em Mídias Digitais . A ampliação desse campo de investigação poderá contribuir para compreender de forma mais abrangente os impactos da transformação digital sobre a participação política e o fortalecimento da democracia no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valéria Cristina Castanho de. **Participação política online nos parlamentos: realidade e possibilidades das plataformas digitais, com um estudo de caso do Senado Federal do Brasil**. 2022. 364 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho / Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Braga / Brasília, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/597674>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **A Comissão Popular**. Belo Horizonte, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBER, Benjamin R. **Strong democracy: participatory politics for a new age**. Berkeley: University of California Press, 2004.

BARROS, Antonio; BERNARDES, Cristiane Brum; FARIA, Cristiano Ferri; BUSANELLO, Elizabete. **Mandatos digitais: do egocasting aos gabinetes digitais — o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros**.

BENNETT, W. Lance. **The personalization of politics: Political communication and the changing conceptual foundations of electoral politics**. Annals of the American Academy of Political and Social Science.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CNN BRASIL. **Mais de 20 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à internet, diz IBGE**. 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006.

GOMES, Wilson. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco de Paula Jamil Almeida (org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma 'cartografia' do campo. In: SILVA, Sivaldo P.; BRAGATTO, Rachel C.; SAMPAIO, R. C. (org.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016.

GOMES, Wilson; SILVEIRA, Sergio Amadeu da. A democracia no mundo digital: história, problemas e temas. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc SP, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LAGOS, Marta. **El descontento ciudadano y la crisis de la democracia en América Latina**. Santiago: Latinobarómetro, 2018.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2018. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org>.

LIMA, Eduardo Martins de; EMEDIATO, Renata Gomes. **A participação popular no processo legislativo**.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.

MAGALHÃES, Maria Regina Álvares; SORIANO, Paulo César Quintal Scofield. **A ALMG no ciclo de políticas públicas e o site Políticas Públicas ao seu alcance**.

MAGALHÃES, Regina. **Alcances das práticas participativas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): por um diálogo entre sociedade e legislativo**. Revista Três Pontos, Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG, 2016.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Democracia digital e participação política: estudos sobre internet e política**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e desenho institucional: uma análise crítica das teorias democráticas contemporâneas**. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 2, p. 457-489, 2008.

MELO, Licemar Vieira. **De panfletos eletrônicos a canais efetivos: uma análise dos dispositivos tecnológicos de participação nos websites das Assembleias Legislativas dos 26 estados brasileiros na perspectiva dos Controles Democráticos Não Eleitorais**. 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. **Deliberação online em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2014.

MILL, John Stuart. **Considerations on representative government**. London: Parker, Son and Bourn, 1861.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Relatório institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: 2021**. Belo Horizonte: ALMG, 2022.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Relatório institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: 2022**. Belo Horizonte: ALMG, 2023.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Relatório institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: 2023**. Belo Horizonte: ALMG, 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Relatório institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: 2024**. Belo Horizonte: ALMG, 2025.

MITOZO, Isabele Batista. **E-participação e mecanismos digitais legislativos no Brasil**. In: BERNARDES, Cristiane Brum; MITOZO, Isabele; BRAGA, Sérgio; SILVA, Sivaldo Pereira da (org.). *Parlamento digital: conceitos e práticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

MITOZO, Isabele. **A utilização de sistemas de deliberação remota pelo Poder Legislativo brasileiro: um estudo do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas Estaduais**.

MITOZO, Isabele. **A utilização de sistemas deliberativos remotos pelas assembleias legislativas brasileiras durante a pandemia de COVID-19: características e prospectos.**

NOVECK, Beth. **Crowdlaw**. In: BERNARDES, Cristiane B.; MITOZO, Isabele; BRAGA, Sérgio; SILVA, Sivaldo P. *Parlamento digital: conceitos e práticas*.

NORRIS, Pippa. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OPENING PARLIAMENT. **Declaration on parliamentary openness**. Washington, D.C.: National Democratic Institute; Sunlight Foundation, 2012. Disponível em: <https://www.openingparliament.org>.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEIXOTO, Tiago. **Parlamentos em tempos de pandemia: resposta institucional e inovação digital**. 2020.

PENNA, João Paulo. **Participação política e democracia contemporânea**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 4, 2010.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes.

RAWLS, John. **Liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

RIBEIRO, Guilherme Wagner; CASTRO, Marcelo Fonseca Ribeiro de; ABREU, Ana Silvia Belo de. **Parlamento digital e pandemia: das inovações incrementais às disruptivas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais**.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes.

ROSEN, Jay. **The people formerly known as the audience**. PressThink, 2008. Disponível em: <http://archive.pressthink.org>.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MITOZO, Isabele Batista. **Democracia digital e o processo de abertura dos parlamentos**. In: MOREIRA, Bernardo Motta; BERNARDES JÚNIOR, José Alcione (org.). *A elaboração legislativa em perspectiva crítica*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHAGRIR, Liran. **Personalized political communication in digital media**. Journal of Political Marketing, 2019.

SOTO, Francisco; WEL, Yanina. **Participação digital na discussão constitucional: diálogos cidadãos chilenos (2015)**. In: BERNARDES, Cristiane Brum; MITOZO, Isabele; BRAGA, Sérgio; SILVA, Sivaldo Pereira da (org.). *Parlamento digital: conceitos e práticas*.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1999.

ANEXO A - Transcrição da Entrevista da Gerência de Participação e Interlocução Social com Aline Duarte e Marcele Diniz.

Pesquisadora

Qual que é o seu nome?

Entrevistada

Aline Duarte.

Pesquisadora

Faz quanto tempo que você trabalha aqui?

Entrevistada AD

Dez anos.

Pesquisadora

Dez anos?

Entrevistada AD

É, desde 2016.

Pesquisadora

Então, você acompanhou bastante essa mudança desde antes da pandemia até ali no período pandêmico e no pós pandemia, né?

Entrevistada AD

Sim.

Pesquisadora

Como a GPI avalia essa participação cidadã offline e por meio das plataformas digitais da Assembleia. Offline e por meio das ferramentas digitais também, após a pandemia do Covid.

Entrevistada AD

Você está falando em termos o que? Avalie com que critérios? No caso, qualitativo, qualitativo?

Pesquisadora

Avalia os avanços, assim, quais foram as principais mudanças?

Entrevistada AD

Pois é, porque vamos introduzir o assunto, começar. As ferramentas, a maior parte das ferramentas digitais de participação que a gente tem institucionais e que hoje a GPI faz a gestão das ferramentas digitais de participação aqui na casa da sociedade em atividades do legislativo, Essas ferramentas são anteriores à pandemia.

Pesquisadora

Sim.

Entrevistada AD

Então a gente tem a consulta pública, que é uma ferramenta que a Assembleia tem desde 2009, em que existe a consulta pública a respeito de temas relevantes e de projetos em tramitação. As consultas públicas de temas relevantes normalmente são ligadas à atividade do nosso setor principal, que é a realização de eventos institucionais de participação da sociedade nas atividades do legislativo. Então, sempre que tem um evento sobre um tema relevante para o legislativo, que a gente organiza, a gente realiza, além do evento presencial, essa consulta pública online, e a consulta pública nos eventos é muito importante, porque os eventos que a gente tem, ou são aqui na casa ciclo de debates, totalmente realizados aqui na sede da assembleia, ou então são fóruns técnicos e seminários legislativos que são eventos propositivos que a gente chama, em que a sociedade apresenta propostas a respeito de um tema relevante. Então é para colher a proposta da sociedade a respeito de um tema relevante. E nesses eventos propositivos a gente tem as interiorizações, só que a gente tem um limite sempre de interiorizações a fazer em cada um desses eventos propositivos. Então normalmente são no máximo umas seis interiorizações, sete quando a gente inclui Belo Horizonte, que não é interiorização. Então normalmente a gente faz seis interiorizações nesses eventos de cola de proposta.

Então por que a consulta pública, a gente sempre utiliza desde 2009 associada aos novos eventos? Justamente porque a Assembleia não é Belo Horizonte, ela é Minas Gerais. Minas Gerais tem 853 municípios. Então a consulta pública é muito importante para ampliar a participação para todos os municípios e todas as regiões do estado. Então essa ferramenta da consulta pública, ela existe na Assembleia desde 2009. E tem as temáticas que eu falei, são essas associadas a ciclos de debates, fóruns técnicos e seminários legislativos, para ampliar a participação da sociedade para outras cidades que não sejam a capital, onde normalmente são realizados os eventos. E tem sobre projetos em tramitação. Hoje em dia, a consulta pública, a gente que faz a gestão da consulta pública também sobre projetos em tramitação. E normalmente essas consultas públicas são realizadas até por determinação legal de projetos de unidades de conservação ambiental. Então, sempre que vai ser criada uma unidade de conservação ambiental, A legislação estabelece que é obrigatório se fazer uma consulta pública, então a gente utiliza a ferramenta da consulta pública, para a criação de data comemorativa, que também é uma determinação legal, que tem essa consulta pública, então normalmente as consultas públicas que a gente faz a gestão são de datas comemorativas e menos de unidade de conservação ambiental, tem menos projetos nesse sentido. os de data comemorativa tem mais, então a gente opera mais essas de data comemorativa. Hoje em dia,

a consulta pública de projetos em tramitação, ela utiliza a mesma ferramenta que o Opine sobre projetos de lei.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistada AD

Então, o que a gente faz quando a gente inicia um processo de consulta pública mesmo, é dar uma maior publicidade, Porque todos os projetos, eles ficam no Opine sobre projetos de lei, que é uma das ferramentas que a gente tem, depois eu vou te falar a data dela. O Opine foi criado em 2014, aqui na Casa. Então todos os projetos em tramitação na Casa, eles ficam no Opine sobre projetos de lei, lá no portal tem a aba participação e tem lá o Opine sobre projetos de lei. Então ao longo de todo o ano a população pode opinar sobre qualquer projeto em tramitação na casa. É um painel, você já chegou a consultar essas ferramentas que eu estou falando?

Pesquisadora

Sim, no portal.

Entrevistada AD

No portal. Então é um painel com voto contra e a favor, as pessoas podem fazer algum comentário, outras pessoas podem responder a comentários, curtir comentários. Então, essa ferramenta existe desde 2014, então todos os projetos ficam lá no Opine. Quando a gente vai fazer a consulta pública de um projeto, vamos supor, de data comemorativa, de criação de data comemorativa, o que a gente faz é dar uma publicidade maior para aquele projeto que está lá no Opine, entendeu? Então a gente faz peças de comunicação, de.. Não é o nosso setor que faz, né? É a parte de comunicação aqui da Casa, mas a gente faz essa gestão, inclusive entre os setores. Então a gente divulga nas redes sociais da assembleia para dar um maior destaque para aquele projeto no Opine, para que as pessoas possam... A gente faz um mailing com as entidades que a gente tem de relacionamento. que podem ter interesse naquela temática em discussão e divulga para que o gabinete faça a divulgação para possíveis interessados, o gabinete autor do requerimento de criação daquele projeto. Então, a consulta pública, hoje em dia, ela acontece por meio do Opine, de projetos em tramitação. As de Evento, elas têm uma formatação própria, e de unidade de conservação também. A gente ia fazer uma agora, acabou caindo, o projeto foi retirado de pauta, então a gente não fez, mas aí a gente cria uma página própria quando a consulta pública é temática, de tema relevante, não sobre algum projeto, só de projeto em tramitação. Quando a consulta pública é temática de evento, ou não. Aí eu fiz uma confusão. Quando a consulta pública é temática de evento ou de unidade de conservação ambiental, a gente cria uma página própria.

Pesquisadora

Para isso, não tem mais visibilidade, não é?

Entrevistada AD

Porque, nesses casos, a gente fornece para o participante conteúdos que possam ajudá-lo a se inteirar sobre o assunto, e fazer uma votação mais embasada. Então, por exemplo, na Unidade de Conservação Ambiental, a página que a gente estava preparando oferecia para ele os estudos que embasaram o projeto de lei de criação da Unidade de Conservação Ambiental, porque todo projeto assim tem um estudo, né? Então a gente disponibilizava na página o estudo, caso os participantes quisessem se acessar antes de dar o seu voto a favor ou contra a criação da unidade de preservação ambiental ou antes de opinar por meio de comentário.

Pesquisadora

Essa decisão de fazer página separada para esses temas mais relevantes é uma decisão recente ou uma decisão que é desde o começo?

Entrevistada AD

Sempre em evento foi feito dessa forma. Então em eventos, se você consultar qualquer consulta pública de evento, os eventos, por exemplo, eles tem estes temáticos. Eu fiz agora, por exemplo, um de Direito do Consumidor.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistada AD

Então tinha vários estes temáticos, o Sistema de Defesa do Consumidor em Minas Gerais, consumidores hipervulneráveis, segurança no consumo e publicidade. Em serviços públicos, direitos do consumidor, nos serviços públicos e nos setores regulados. Então são vários eixos temáticos, e aí o que a gente faz em evento? A gente faz também, ou a gente aproveita textos que são feitos pela consultoria temática da Casa de aprofundamento sobre cada um desses eixos temáticos, justamente para embasar a participação, dar alguns dados, alguma informação a respeito dos temas para embasar e para estimular a participação. Então, às vezes a gente pega textos que são feitos pela Consultoria Temática da Casa a respeito dos temas, outras vezes a gente faz textos provocativos mesmo, com perguntas que estimulem a participação.

Pesquisadora

Os textos também estavam desde o início do sua opinião. Opine aqui, sobre as políticas.

Entrevistada AD

Na consulta pública de eventos, o Opine é essa ferramenta, ela é de 2014 e sobre projetos em tramitação, ele tem esse formato padrão, só no caso de unidade de conservação ambiental que a gente faz essa página própria. E isso não sempre existiu, não. A ferramenta do Opine, ela teve outros formatos já, e ela está é isso que eu ia te falar. Ela foi criada em 2014, sob a nossa gestão, ela está desde 2024. Então é muito recente a nossa gestão sobre o Opine, como eu te falei, de unidade de conservação ambiental, consulta pública, de unidade de conservação ambiental, a gente ia fazer a primeira agora.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistada AD

Com essa página montada com subsídios para participação.

Pesquisadora

Quem fazia gestão antes? GTI?

Entrevistada AD

Do Opine? É. Não sei. Quem fazia gestão aqui na casa do Opine não. Agora, a consulta pública de evento, a temática de evento, a gente utiliza desde 2009 com essa página própria. A gente sempre, nas nossas páginas de consulta pública de evento, que a gente faz desde 2009

Pesquisadora

Pode falar, eu estou ouvindo.

Entrevistada AD

Elas sempre são páginas próprias. Elas não utilizam o Opine, são feitas desde 2009 e a gente cria desde 2009 páginas próprias, contextualizando cada um dos temas que estão ali na consulta pública para a coleta de propostas e sugestões da população. Então a gente tem a consulta pública, que eu te falei, desde 2009 que a gente utiliza. O Opine, que foi criado em 2014 e desde 2024 está sob a nossa gestão. E a gente tem as reuniões interativas de comissão que também surgiram anteriores à pandemia, em 2018. O que são as reuniões interativas? É a participação, é uma ferramenta que permite a participação online de cidadãos nas audiências de comissão. audiências, debates públicos, que as condições realizam também, e nos eventos institucionais que a gente realiza, que são o nosso foco de atuação. Então, por meio dessa ferramenta, os cidadãos podem participar remotamente, tanto das audiências, debates públicos, quanto de eventos institucionais. No caso dos eventos, essa divulgação da ferramenta é feita ao longo da própria divulgação do evento, dos eventos profissionais. No caso das comissões, você tem lá na agenda, então todas as audiências públicas que tem participem no portal da assembleia, na agenda, a pessoa pode clicar e tem acesso a essa ferramenta. Lá ela assiste a reunião e ela pode opinar, mandar comentários, perguntas à mesa, direcionados à mesa e interagir ali, os participantes podem interagir entre eles. A gente faz a interlocução com os participantes e a mediação da interação deles online. Então as reuniões interativas elas são de 2018 e estão sob a nossa gestão desde 2022, tem 4 anos.

Pesquisadora

E o quantitativo assim?

Entrevistada AD

Das reuniões interativas surgiram no âmbito das comissões, na gerência de comissões aqui da casa. Como a gente tem essa expertise em interlocução com a sociedade, que a nossa gerência é coisa de eventos institucionais, que envolvem os movimentos sociais, essa interlocução com a sociedade, a gente passou a fazer também a gestão das ferramentas digitais aqui da casa. Então, em 2022, a gente passou a fazer a gestão dessa interlocução com a sociedade por meio da ferramenta da Reunião Interativa, que foi criada lá nas comissões em 2018. Então acho que eu dei uma introdução inicial. Então como você vê, todas essas ferramentas a assembleia já tinha antes da pandemia. O que a gente fez no caso da atuação, mas a pandemia foi um grande desafio especialmente para o nosso setor, porque como eu estou te falando, todos os nossos eventos eles eram realizados presencialmente. Os nossos eventos têm um diferencial que eles são de construção coletiva, então os temas a serem debatidos, a programação, o que vai ser discutido, as regras do evento, tudo isso é feito em conjunto com justamente os interessados naquela temática em discussão. Então a gente faz reuniões preparatórias com entidades, movimentos sociais, para montar todo o escopo do evento. A programação, quem vão ser os palestrantes, quais vão ser as regras para a apresentação de propostas. Então, tudo isso a gente definia em reuniões preparatórias em conjunto com a sociedade e os movimentos sociais, os movimentos sociais, os órgãos públicos, relacionados àquela temática, todos os atores importantes para aquela discussão. Então, quando veio a pandemia, pra gente foi um susto muito grande e a gente precisou se adequar, sim, a esse novo momento. Eu lembro que quando eu entrei aqui, você perguntou, em 2016, o meu gerente fez uma pesquisa Perguntando o que a gente achava dessas possibilidades de participação online, todos os servidores responderam, mas a gente não teve, antes da pandemia, a gente não tinha essa experiência com a realização de eventos online. E durante a pandemia, a gente adquiriu já uma experiência muito grande. Não posso falar muito grande não, mas a gente tem alguma experiência na realização de eventos online. Então já realizamos, no período pandêmico, a gente realizou tanto o ciclo de debates, que são eventos mais simples, com palestras e participação do público, para aprofundamento a respeito de algum tema relevante. Então a gente realizou totalmente online esse ciclo de debates. E nesse caso é mais simples, porque a gente tem a participação de palestrantes por meio do Zoom, igual a gente está falando e as pessoas podem opinar por meio tanto do portal da ALMG, a gente emitia inclusive certificado para participação online, as pessoas se cadastravam lá, estavam assistindo ao evento, elas faziam cadastro no portal da ALMG e recebi essa certificação, mesmo o evento acontecendo online.

Pesquisadora

E todas as reuniões preparatórias ocorreram online também?

Entrevistada AD

Então, isso que eu ia te falar. Então a gente começou assim, timidamente com a realização desses eventos online e as reuniões preparatórias também. A gente adquiriu por meio do Zoom, A gente fazia as reuniões com entidades interessadas, os movimentos, os órgãos públicos online para a preparação desses eventos. A definição do escopo da programação, como eu falei, a escolha dos palestrantes.

Pesquisadora

Aí no pós-pandemia, vocês voltaram com os eventos reunidos?

Entrevistada AD

Só um minuto, mas espera aí que eu ia te falar. No caso de eventos propositivos, a gente tinha toda uma técnica própria, que agora a gente até está adotando outras metodologias, mas a gente utilizava muito uma metodologia com o documento base inicial, que era feito por essa comissão organizadora. Então eles chegavam a produzir, às vezes, um documento base de propostas inicial, aí depois a gente compartilhava esse esse documento em encontros regionais com participantes em geral, e aí eles faziam destaques, que a gente chama. Eles tinham a possibilidade de fazer destaque de alteração da proposta, de supressão da proposta. Normalmente a gente já trabalhou com destaque de aglutinação também, mas com o tempo a gente foi abandonando o destaque de aglutinação. e apresentação de novas propostas. Eles tinham a possibilidade também de apresentar novas propostas. Então a gente tinha essa metodologia que no online a gente achava que ia ser bem desafiadora as pessoas trabalharem com documento e fazer esses destaques, mas ainda assim a gente experimentou na época da pandemia utilizar essa metodologia que a gente faz em eventos propositivos, porque eu estou falando, diferenciando o evento propositivo de um ciclo de debates, que eu te falei que é um evento mais simples, de palestras para aprofundar sobre um tema e depois perguntas do público. Isso é mais fácil de se operar no online. Nos eventos propositivos tem essa questão do documento, deles fazerem alterações no documento e a gente apresenta essas alterações, as alterações que estão sendo feitas ao vivo para eles. Sempre no presencial foi assim, a gente faz uma projeção e vai fazendo as modificações no documento com eles ao vivo. Então a gente não sabia como que ia funcionar no online, mas a gente aplicou no Parlamento Jovem, no período da pandemia, eu não sei de precisar o ano, e foi muito organizado, funcionou muito bem. A gente compartilhou né, porque o Zoom tem a possibilidade de compartilhar o documento com eles na tela. Até comentei com a minha gerente que no caso de jovens foi até muito bom assim, porque eles ficam mais focados no trabalho, não tem aquele zum zum zum da sala de aula, que é o que acontecia nos eventos, mas que faz parte também das negociações ali em relação às articulações. em relação as propostas. Mas no Zoom pelo menos a aparência que deu foi que ficou um pouco mais organizado o processo, sem êximos, zum, zum, zum, não sei se eles conversavam nos bastidores. Pois é, não impediu a

Pesquisadora

Como simulante do Politeia, posso falar com certeza.

Entrevistada AD

Então eles faziam, não impediam as articulações, mas ficou um trabalho aparentemente para a gente organizado, focado. Então funcionou muito bem esse trabalho deles com documento e fazendo destaque de alteração, de supressão e de aglutinação. Então a gente fez um parlamento jovem totalmente online por meio do Zoom.

Pesquisadora

Interessante.

Entrevistada AD

Com essa possibilidade de destacar a proposta do documento, inclusive, e a contribuição, e funcionou muito bem. Então fizemos eventos na época. Então os nossos eventos precisaram ser sim adaptados. No período da pandemia, as comissões também né, fizeram audiências com convidados totalmente online por meio do Zoom. Foi um desafio pra gente hoje a gente Ah, pois é, aí você perguntou do pós, né? Pandemia. A gente incorporou muitas dessas inovações no nosso trabalho rotineiro, porque, como eu te falei, a Assembleia não é Belo Horizonte, né? A Assembleia é Minas Gerais. E as pessoas de diferentes municípios, municípios distantes, tem muita dificuldade de vir até a sede da Assembleia para participar de um evento ou de uma reunião. Hoje, mesmo após a pandemia, a gente faz as reuniões preparatórias de eventos, por exemplo, de forma híbrida, dando a possibilidade da pessoa participar tanto presencialmente quanto online. Eu sempre falo que quando se oferece a participação no online, as pessoas têm aderido bastante à possibilidade do online, porque ela dá o conforto da pessoa não ter que sair, de casa ou do local de trabalho dela, hoje muitas instituições tem inclusive o trabalho híbrido, mesmo no poder público. Então, a pessoa de casa ou do trabalho dela participa dessas reuniões e no nosso caso que é mais importante, como eu já ressaltai várias vezes, é possibilitar a participação de pessoas do interior, do estado, de cidades distantes, E realmente seria inviável ficar vindo na capital para realizar reuniões de preparação do evento, por exemplo. Então a gente manteve as reuniões preparatórias híbridas, os eventos voltaram a ser preferencialmente presenciais.

Pesquisadora

E a gente 100% presenciais ou híbridas também?

Entrevistada AD

A gente aproveita a possibilidade caso um palestrante seja muito importante, por exemplo, e não tenha condição de vir presencialmente, por questão de agenda ou por questão de doença, por exemplo, às vezes a pessoa tem um transtorno ali próximo ao evento e não consegue se deslocar, a gente tem essa.. A gente utiliza dessa possibilidade do online em alguns momentos para palestrantes quando há alguma impossibilidade da participação presencial. Só pode mudar um pouquinho para a gente esperar?

Pesquisadora

Sim, claro.

Entrevistada AD

Então, o que a gente manteve foi essa possibilidade de participação dos palestrantes, por exemplo, por meio remoto. O uso das reuniões interativas, porque em relação às reuniões interativas, antigamente, nos eventos, a gente só distribuía os formulários para as pessoas fazerem perguntas, por exemplo, no presencial. Hoje a gente utiliza as reuniões interativas em eventos. Então quem está remotamente também pode fazer comentários, perguntas ao longo do evento por meio da ferramenta das reuniões interativas. Tem esse diferencial também. Os

nossos eventos, de alguma forma, a gente fez as reuniões preparatórias híbridas que a gente mantém e as pessoas têm optado muito pela participação online, como eu falei, pela comodidade e por baixo custo, não tem custo de deslocamento, no caso das pessoas que moram em cidades distantes. Então, nas reuniões preparatórias, e a gente tem também, o que eu ia falar é que nossos eventos, de certa forma, sempre tiveram a possibilidade da participação online. Como eu te falei, eles sempre utilizaram a consulta pública como complemento das interiorizações e da realização do evento na sede da Assembleia para ter uma ampliação da participação em todo o estado. Então, nossos eventos eles sempre tiveram alguma participação online por meio da consulta pública.

Pesquisadora

Ok. Você falou um pouquinho das reuniões preparatórias, como que as pessoas têm gostado bastante dessa modalidade. Então, eu queria perguntar para você se às vezes tem outras ferramentas digitais de participação que apresentaram maior adesão. engajamento popular nesse período pós-pandemia agora. Assim, outras ferramentas que, quantitativamente, vocês notaram que teve maior adesão. No pós-pandemia.

Entrevistada AD

Como eu te falei, pois é. Ah tá. Nas reuniões preparatórias, igual eu falei, a adesão tem sido maior online, mudou o perfil. A gente tinha essa sala aqui lotada de gente, hoje sou eu sozinha aqui e todo mundo online. Eu acabei de fazer, e não é só preparatórias não. Tem as reuniões que o nosso processo de evento, ele é extenso, sabe? Ele é longo. Eu acabei de realizar, por exemplo, as reuniões do Comitê de Representação, que é um comitê que a gente forma no evento para acompanhar os desdobramentos do evento. Então o que foi feito, ele vai sugerir encaminhamentos para cada uma das propostas do evento e vai acompanhar o que foi feito com cada uma dessas propostas. Então eu acabei de realizar as reuniões do Comitê de Representação do Fórum Técnico de Direito do Consumidor, todas online, entendeu? E eu estava aqui sozinha também, lembrei por isso e todo mundo participando online. Acho que teve um

Pesquisadora

O convite é presencial também?

Entrevistada AD

A gente oferece as duas possibilidades respeitando o perfil, porque inclusive, eu lembro que uma coisa que a gente preocupava, a gente tem um evento aqui que a gente realiza todo ano, que é o Dia Internacional da Mulher. É um evento por ocasião do Dia Internacional da Mulher para debater temas relacionados aos direitos e às políticas públicas voltadas para as mulheres. Eu lembro que quando a gente começou, na pandemia, quando a gente fez a preparação e esse evento online, a gente tinha uma questão que eu estava à frente desse evento à época, a gente temia que tinha lideranças do movimento feminista, por exemplo, que participavam há anos com a gente aqui nessa sala e que tinham dificuldade, praticamente não participaram, quando a gente começou a introduzir essa participação online por dificuldade com a tecnologia. Eu lembro a Janete, gente, eu não estou conseguindo participar, e ela ficava

às vezes tentando e pelejando a reunião inteira, mas por dificuldade, então tem uma questão geracional, é importante e a gente, aqui a gente tem muito essa preocupação, a gente lida com diferentes tipos de público, diferentes faixas etárias, condição social, letramento, então escolaridade, então a gente tem toda uma preocupação de que as pessoas de fato consigam participar. No início, você perguntou por que a gente oferece as duas? É exatamente por isso, para respeitar o participante e o perfil de cada um, as condições de cada um, a gente pode lidar com o público vulnerável, que não tem condição.

Pesquisadora

Ficam bem integrados quem está aqui no presencial, quem está no digital?

Entrevistada AD

Ficam, porque ali a gente projeta a reunião que está acontecendo no Zoom. E quem está aqui fica comigo aqui na sala e tem microfone, eles conversam com quem está lá então a gente oferece sempre os dois.

Pesquisadora

É interessante você trazer essa questão dos diferentes tipos de público que vocês trabalham aqui, porque até mesmo uma das perguntas que eu separei para essa entrevista foi: existem dificuldades relacionadas à baixa participação? ou acesso digital por determinados grupos sociais? Então você meio que já respondeu porque essa coisa geracional, né?

Entrevistada AD

Tem a questão geracional, por exemplo, pode ter a questão da vulnerabilidade social, que impacta no uso da tecnologia, né? A própria exclusão digital, então tudo isso tem que ser pensado e é por isso que a gente sempre oferece as duas possibilidades e procura viabilizar na medida do possível, a participação de todos, seja presencial ou online. Então a gente continua oferecendo as duas possibilidades. Você falou termos quantitativos?

Pesquisadora

Termos quantitativos.

Entrevistada AD

Então, a gente fez um amplo estudo, no geral, eu vou começar a falar então, porque isso é uma questão bem complicada aqui pra gente. Como eu estava até antes de você chegar, eu estava pensando o que falar ontem com a nossa gerência, refletindo sobre o nosso trabalho mesmo. O que a gente percebe, assim, no geral do nosso trabalho em eventos, inclusive presenciais, é um déficit de participação. Muitas vezes. Você sente? Não, a gente ressurte de um déficit de participação desde que eu entrei aqui, tem 10 anos. Então, que é um problema da democracia no Brasil. A gente ficou pensando, está ligado às ferramentas ou é um déficit democrático? E a gente chega à conclusão que no presencial a gente já tem uma certa dificuldade de mobilização de povo, sabe? Embora a Assembleia ofereça todas essas ferramentas, tanto presenciais quanto online, Há um déficit de participação do público, uma dificuldade de mobilização de público para os nossos eventos, mas a gente tem se esforçado

cada vez mais para aprimorar as estratégias de mobilização de público e trazer cada vez mais participantes para os nossos eventos.

Pesquisadora

Como é a mobilização assim, posta nas redes sociais da assembleia?

Entrevistada AD

A gente faz ampla divulgação, tem uma página só do evento, no portal da Assembleia, a gente faz matérias no portal da Assembleia, tem divulgação na TV Assembleia, nas redes sociais da Assembleia, tem a comunicação dirigida, a gente tem um mailing aqui com, eu tenho até aqui o número nesse estudo, com milhares de instituições de relacionamento da assembleia e a gente faz para todo evento, discussão de tema relevante ou consulta pública, a gente faz, como eu te falei, esse recorte de público, de possíveis interessados e manda peças de comunicação dirigidas para esses públicos, por e-mail ou por whatsapp. Então a nossa comunicação é bem... Ela é muito bem feita, a gente tem um setor de comunicação que é muito bem estruturado, embora não atinja o povo, por isso que a gente fala de um problema, um déficit democrático mesmo, de cidadania né, e de participação. O nosso banco de dados é enorme, enorme.

Pesquisadora

Mas vocês assim, sentem que depois que fez essa transição mais digital, isso impactou positivamente a democracia participativa aqui da casa?

Entrevistada AD

Olha, eu falo aqui, o que eu falo e resalto sempre é que a gente tem que a assembleia como instituição, ela precisa oferecer todas as possibilidades, ela precisa abrir as portas para a participação. Então o que a gente tem consciência é que a gente está oferecendo todas as possibilidades, tanto de participação online, Quanto presencial. Você fala assim, ampliou com o uso dessas ferramentas a participação?

Pesquisadora

É, a democracia participativa assim, sabe? Se fortaleceu, a democracia participativa aqui da Assembleia. Você falou que tem um déficit democrático né, mas

Entrevistada AD

É, no geral, no Brasil.

Pesquisadora

Mas desde então, especificamente da Assembleia, desde que começou a adotar esse tipo de ferramenta digital? Você sente que isso fortaleceu?

Entrevistada AD

Aí o que eu ia te falar, antes de eu chegar numa conclusão, tá? Que eu estou pensando aqui alto com você. A gente fez um longo estudo ano passado, porque a gente faz a moderação da

participação nessas ferramentas digitais também. Nosso setor é responsável por moderar os comentários. Então ano passado a gente fez um longo trabalho para criação de De protocolos de moderação de conteúdo, que é uma coisa muito delicada, vem sendo amplamente discutida aí no Brasil também, nas ferramentas digitais de participação aqui. Como eu te falei, esse trabalho de moderação, ele é recente da nossa parte, ele começou em 2022, nas reuniões interativas, e em 2024 no Opine. Então a gente fez um longo estudo voltado para a criação de protocolos de moderação, mas aí eu fiz uma análise quantitativa também das participações tanto no Opine quanto em reunião interativa. Eu tenho os dados aqui e eu posso te passar. Perfeito! E o que a gente percebe é que também nessas ferramentas a gente tem baixa participação. O que a gente recente é que, porque é um meio fácil da pessoa participar, ele não é completo, muitas vezes, vamos falar assim, porque eu falo muito que essas ferramentas também, elas não propiciam, às vezes as pessoas acham que estão participando da mesma forma, mas não é da mesma forma. Porque o nosso trabalho, por exemplo, que é organização de eventos e discussão de temas relevantes, ele propicia a articulação dos atores, a interação dos diferentes atores envolvidos naquela temática, o que nas ferramentas, o que a gente observa de diferença entre a participação presencial e a das ferramentas, nas ferramentas a participação é mais pontual e isolada. Entendeu? Não existe esse debate, a troca de razões Conversas paralelas, isso, a troca de razões, a troca de argumentos, Que acontece no presencial, ela é diferente na consulta pública, por exemplo, de evento. A pessoa coloca uma sugestão, uma proposta para aquela política pública, vamos supor, e vai embora.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistada AD

Aqui a pessoa coloca, aí o outro fala, opina, aí o outro acrescenta, ou o outro rejeita. No presencial, a gente tem uma questão muito importante, que é o debate, a troca de razões, que nas ferramentas atuais que a gente tem, a gente não tem muito. Isso eu estou te falando até por esse estudo que eu fiz, no Opine, por exemplo, as participações são isoladas. A maioria dos participantes entra, deixa um voto e um comentário, e nunca mais entra ali. Então são interações, você está entendendo o que eu estou falando? Diferente da interação presencial.

Pesquisadora

Individualista mais.

Entrevistada AD

Individualistas, pontuais, isoladas. No Opine, nas reuniões interativas, em muitas reuniões, fica o moderador com zero pessoas, mas a gente Se

Pesquisadora

Você fica aqui sozinha na sala também, só fica tudo online, também nas reuniões que vocês fazem?

Entrevistada AD

Pois é, então, nas reuniões interativas, em muitas reuniões, Você tem zero participantes.

Pesquisadora

Vocês tem algum tipo de estratégia?

Entrevistada AD

Online. Aí eu até coloco lá, por exemplo, na observação, o auditório estava cheio, pelo menos não teve online, mas teve no presencial.

Pesquisadora

Ah, no online.

Entrevistada AD

É, no online às vezes a gente faz moderação de zero pessoas, que a gente tem que estar lá à disposição caso alguém entre até o final da reunião. Mas muitas vezes a gente não tem. Eu ia te dar os números aqui da participação, a gente fez um estudo com outro foco, né, que eu te falei. O foco nesse estudo era a moderação de conteúdo, mas aí a gente tem alguns números. A gente analisou o período de 21 de maio de 2024 a 15 de julho de 2025 e aqui a gente tem Os dados da participação têm alguns de moderação também, mas é.

Pesquisadora

Eu posso tirar fotos desse documento aqui?

Entrevistada AD

Pode, pode. Acho que é que eu sei, não é pequenininho, não é? Então a gente tem aqui.

Entrevistada AD

Operação, tá vendo? Aqui são mais dados do OPINE. Então, no OPINE, inclusive o volume de postagens é maior, tá vendo? 9840, porque são vários todos os projetos de lei que ficam em tramitação, né? Então, as pessoas opinam em diferentes projetos de lei, e inclusive os dados da consulta pública entram aqui também, porque, como eu te falei, a consulta pública que eu uso o OPINE é consulta de projeto em tramitação. Então aqui tem dados da ferramenta no geral, incluindo as consultas públicas de projeto de lei.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistada AD

Entendeu? Então aqui a gente tem 9.840 postagens usuários, olha o número de usuários, 7.162. em 302 proposições, está vendo? Nas reuniões interativas eu fiz uma média aqui, deu 4 participantes por reunião dessa aqui. Se você fizer a média, cadê? Dividir o número de usuários pelo número de reuniões, você vai ter uma média de 4 por reunião. Por isso que eu te falo que é pouco, entendeu? É baixo o número de Diante da Possibilidade, a gente tem um estado inteiro aí para participar. Muitas pessoas que não podem vir aqui na Assembleia, como

eu falei, e que poderiam estar participando. Agora, é igual eu penso muito isso também, a gente trabalha, a Assembleia trabalha muito com lideranças.

Pesquisadora

Sim.

Entrevistada AD

Presidentes de entidades, associações, de movimentos, então cada um às vezes representa um grupo maior, né? E essas lideranças vêm em nome de várias outras pessoas, então isso nos acalenta o coração também, porque, quer dizer, se eu tive 73 pessoas, não são 73 pessoas, são 73 representantes de uma série de outras pessoas, que estão ali representadas. Então, se você dividir aqui, dá 4 por reunião e número de postagens, Eu não lembro, quer ver? 1750.

Pesquisadora

Esses dados são todos de 2025, dessa mesma data que você me falou, né?

Entrevistada AD

É dessa data, todos são. 1750, eu fiz essa conta ali só para a gente ter uma meta, 1750, que são número de postagens dividido por 158 reuniões, dá uma média de 11 postagens por reunião dessa que dura 4 horas.

Pesquisadora

É baixo?

Entrevistada AD

É baixa a participação. Tanto a interação quanto a participação é bem baixa. Se você dividir perguntas aqui, comentários também, se eu somar aqui e dividir, vamos ver, 500 e 1.500 e, é o número de postagens, que foi o que eu dividi. É isso aí. Então é baixa. A participação é baixa nas reuniões interativas, a gente considera. No opine, Eu estava te mostrando. 9840 postagens. Em quantas proposições? 302. É umas 32 postagens por projeto de lei. Se pegar número de usuários, 7100 isso a gente não está considerando os com zero, igual eu te falei. Porque tem muitos com zero e reunião também. 7162. Número de usuários por proposição, dividido por 302, olha lá, 23 participantes por proposição dessa. Se você pensar no estado inteiro e que proposições afetam a vida de centenas de pessoas, É por isso que a gente fala desse déficit de participação democrática.

Pesquisadora

Vocês analisam que, tipo assim, as pessoas que participam, por exemplo, das reuniões interativas?

Entrevistada AD

Olha aqui, no opinho, proposições com até 10 comentários, 75% tiveram no máximo 10 comentários.

Pesquisadora

Mas pessoas que participam, que participaram, elas sentem um retorno, tipo assim, elas conseguem ver esse retorno.

Entrevistada AD

A gente mede esse retorno, eu tenho dados ali depois para te passar. Porque a primeira coisa, quando a gente assumiu a gestão dessas ferramentas e até fui eu que sugeri, eu falei assim: a gente precisa ver se as perguntas e comentários são lidos pelos deputados. Então a gente fica até o final da reunião justamente para ver, para medir esse retorno. Se pelo menos ler a pergunta que a pessoa faz na ferramenta online, o deputado vai ler.

Pesquisadora

E aí?

Entrevistada AD

Aí eu tenho que procurar o relatório lá, que eu não li, mas eu posso procurar com você ali pra te passar esse dado. Porque a gente faz relatórios anuais. Quantas foram lidas? Porque é isso que você falou. Se não há retorno, você também contribui para o déficit participação.

Pesquisadora

Sim, os cidadãos param de participar.

Entrevistada AD

E isso, a gente tem feito um trabalho aqui de convencimento interno, junto aos parlamentares. Eu lembro que uma época que eu estava prestando assessoria lá nas comissões, a gente fazia muito esse trabalho de que é importante atender aquelas perguntas, comentários que estão sendo feitos pela ferramenta, porque senão descibiliza. a própria ferramenta. Com certeza. Então a gente mede e a gente tem preocupação com isso.

Pesquisadora

Na opinião sobre o projeto de lei, os cidadãos, você sente que eles têm esse retorno?

Entrevistada AD

Eu tenho que olhar lá, não vou falar o que eu sinto não, eu vou te dar números. Tá bom. Porque aqui a gente tem uma escala de moderação. Tanto do opine quanto das reuniões interativas, a minha impressão pode, eu modero alguns comentários, mas a gente tem 14 servidores que fazem moderação de reunião interativa e do opine, então preciso te dar dados mais fiéis. Isso aqui mostra o perfil de participação, olha para você ver, 5798, o número de comentários 1, está vendo, quando eu te falo que a participação é isolada?

Pesquisadora

Verdade.

Entrevistada AD

80% participam uma vez, 13, duas, tal, tal, tal, e assim sucessivamente, tá vendo? Esse aqui ó, é um herói, participou 81 vezes, tá vendo? Mas a maior parte das contribuições, elas são contribuições isoladas, não são reiteradas, vamos falar assim.

Pesquisadora

Esse é das reuniões interativas, né? Essa tabela aqui.

Entrevistada AD

Deixa eu ver, a 7.162 é do Opine.

Pesquisadora

Ah, é do Opine.

Entrevistada AD

Então você vê que as participações.. Aqui, pronto. Então, a gente estava comentando sobre o impacto da falta de retorno justamente nesse déficit democrático que a gente estava e da cidadania. É uma das hipóteses e já foi levantado, inclusive, estudos. O Ricardo Fabrino fez um estudo mostrando que os participantes não tinham retorno do que foi feito em relação às propostas que eles apresentaram, por exemplo, em eventos institucionais. No entanto, no caso dos eventos institucionais, a gente vem buscando meios deles terem esse retorno. Então, por exemplo, a gente já implantou, já criou esse comitê de representação, por exemplo, que ele indica o que vai ser feito com cada uma das propostas, faz um relatório de evento institucional, indica o que vai ser feito com cada uma das propostas, e ele tem esse papel de acompanhar os desdobramentos do evento, para que ele acompanhe, a gente publica na página o relatório de evento institucional com as propostas, os encaminhamentos sugeridos pelo comitê. Depois a gente publica um boletim de monitoramento com os desdobramentos sugeridos e o que aconteceu em relação a cada um dos desdobramentos. Vamos supor que o desdobramento seja a criação, o envio de um requerimento para a Secretaria de Educação. A gente coloca lá se o requerimento foi recebido, se ele foi respondido. Então, no boletim de monitoramento, a gente buscou, a gente tem buscado nos eventos aprimorar esse retorno em relação ao que foi feito para cada uma das propostas que a sociedade sugeriu. Mas nada é garantido, nada é vinculativo, nem em evento, nem no opine. Os parlamentares, eles têm, a gente faz, os eventos e as ferramentas, eles têm esse objetivo de escuta.

Entrevistada Marcele Diniz

Esse retorno pode vir também, suponhamos, casos de um.. Da aprovação de uma lei que foi estimulada ali como desdobramento do evento, alguma coisa, aí quando isso acontece, a gente tem esse e-mail dos participantes, aí envia, informando que foi aprovada a lei como desdobramento daquilo, para que não fique essa sensação de "ai, já participei e não aconteceu nada". Isso em evento.

Pesquisadora

Ah, em evento, entendo.

Entrevistada MD

Mas quando é uma legislação, algo que está vinculado ao desdobramento daquele evento, porque essa lei surgiu a partir de propostas do evento, aí a gente dá esse retorno também.

Pesquisadora

Seria possível às vezes, no futuro, no futuro aqui da Assembleia, fazer esse tipo de retorno via e-mail, que vocês falaram, por exemplo, da aprovação e tudo mais, até mesmo, por exemplo, saiu do primeiro turno, foi para o segundo turno, Ou então, foi aprovada em comissão e está indo para tal. Talvez com os projetos mesmo sem ser vinculados a eventos, é uma coisa que você já tem pensado assim?

Entrevistada MD

Sim! Pensado não.

Entrevistada AD

Assim, a tramitação de projetos, qualquer cidadão consultando para o portal faço mesmo. Então assim, ele opinou sobre um projeto. Se ele quiser acessar em que ponto está a tramitação ou se foi transformado em norma jurídica, ele consegue consultar facilmente pelo portal, mas não tem nenhuma comunicação dirigida, olha, esse projeto se opinou, foi aprovado ou não foi aprovado, não tem nenhuma comunicação além do Acompanha Projetos em Tramitação lá, que é o meio formal lá do portal de acompanhamento.

Pesquisadora

Falou para mim mais cedo que os encontros aqui, às vezes fica você moderando duas pessoas que às vezes não se dão tão bem com tecnologia, né? Aqui presencialmente e o restante online.

Entrevistada AD

Vencido majoritariamente online.

Pesquisadora

E que às vezes algumas trocas presenciais, elas eram muito ricas antes de adotar esse tipo de estratégia digital, né?

Entrevistada AD

Não, mas aí é só fazer uma correção. Nas reuniões, o debate pelo Zoom, ainda tem outra troca. Onde a participação é mais isolada e pontual, é no opine nas reuniões interativas. Nas ferramentas e na consulta pública. Que a pessoa joga lá o comentário e vai embora. Nas reuniões, não percebo prejuízo no debate.

Pesquisadora

Ah, não tem prejuízo, não?

Entrevistada MD

Nenhum. Muito pelo contrário.

Entrevistada AD

Porque as reuniões simulam, não faz. É tanta diferença uma reunião online ou presencial.

Entrevistada AD

As pessoas conversam da mesma forma, interagem da mesma forma, não percebo.

Entrevistada MD

Pelo contrário, a gente entende que foi um ganho em termos numéricos mesmo, pela possibilidade de se atingir todo o estado. A reunião preparatória de eventos, você vai ter aí ao longo de alguns meses, 4, 5, 8 dependendo do tamanho do evento. É impossível, é inviável para alguém lá de Montes Claros, lá de Uberlândia, estar aqui, por mais que pudesse ter interesse, existe um custo, existe uma disponibilidade de tempo absurda para a pessoa se deslocar e estar aqui. Ao fato que hoje, com esse modelo híbrido, o Estado inteiro, você tem representantes, e aí a gente entende que nesse aspecto foi um ganho esse formato híbrido. E não prejudicou em nada essa participação ativa, né?

Entrevistada AD

É não, nem em reunião a gente não vê déficit.

Pesquisadora

Nessas reuniões o número de pessoas está assim constante ou aumentou desde a implementação?

Entrevistada AD

Eu não vejo diferença não.

Pesquisadora

Só mudou o meio, né?

Entrevistada AD

As lotadas, essa sala lotada lá, outra.

Entrevistada MD

É porque a questão não se reduz ao uso ou não de uma ferramenta tecnológica. Ontem eu ainda estava conversando é que existem pautas que vão engajar mais naturalmente. E aí você vai conseguir lotar isso aqui, endividamento. Não cabia de gente.

Entrevistada AD

Isso de Minas Gerais era uma pauta polêmica e lotou.

Palestrante 3

Não cabia.

Entrevistada AD

Mulheres sempre lotam, a gente tem uma relação. Como é anual, ele tem um acúmulo de interação de entidades.

Entrevistada MD

A gente entende que essa questão do número, não dá para a gente lidar [inaudível], presencial ou serviço, entendeu? Sim. Existem outros fatores que vão ser determinantes nisso.

Pesquisadora

Perfeito. Tem algo mais que vocês queiram destacar nesse processo, desenvolvimento mesmo pós pandemia, que às vezes a gente não conversou aqui, alguma coisa está faltando, você acha que seria interessante comentar? Só para a gente poder finalizar, que eu acho que já tomei bastante tempo de vocês.

Entrevistada AD

Uma coisa que já não citou, que eu falei até com a Marcele, que hoje em dia, mesmo no presencial, a gente tem o QR Code e a gente já tinha isso na TV também. O telespectador tem o QR Code na TV, por meio do qual ele pode participar fazendo perguntas ou comentários à mesa. E a pessoa que está no auditório hoje em dia, ao invés do formulário, tem a possibilidade do QR Code também para ela fazer a sua pergunta à mesa. Mas aí usa tudo também, a gente usa o microfone, eu expliquei muito para ela que a gente respeita muito os diferentes perfis de participantes. Então às vezes uma pessoa pode não se sentir à vontade de ir no microfone, mas ela pode sentir à vontade de escrever no formulário, mas ela não sente à vontade de acessar o QR Code, porque ela não tem tanto Costume com a tecnologia, então assim, a gente oferece todas essas.

Entrevistada MD

A assembleia tem ampliado o acesso por ferramentas digitais e tudo, mas sem torná-las obrigatórias ou único mecanismo de participação, porque é isso, a gente está num estado diverso que a gente tem noções de uso de tecnologia, acesso à tecnologia que são muito diversas.

Entrevistada AD

Mas pra gente que trabalha com metodologia participativa né, eu acho que a pandemia foi um curso muito bom. Foi, também acho. Porque eu acho, como eu falei, essa discussão já vinha antes e a assembleia já se preocupava com isso, você vê muito antes, em 2009 ela já tinha consulta pública. Então assim, a gente precisava avançar em alguns aspectos e só a pandemia permitiu esse avanço, por exemplo, nas reuniões preparatórias online. A gente falou, para uma preparação de eventos, será que a pessoa precisa vir aqui de Montes Claros? Então assim, a gente acredita que foi muito positivo, como a Marcele falou, e que amplia a participação. De fato, ela oferece a possibilidade de ampliar a participação. Mas o déficit democrático existe tanto no online quanto no presencial.

Entrevistada MD

É a crise da democracia, da ferramenta, né?

Entrevistada AD

Mas a gente entende, pra gente foi muito bom. Hoje a gente tem muito mais experiência nisso, não temos toda a segurança, mas temos muito mais experiência nisso do que anteriormente e vamos continuar utilizando. É assim.

Entrevistada MD

É, e o que a gente faz?

Entrevistada AD

Essa possibilidade, é um recurso como a gente está falando, não é o único, mas é uma possibilidade que a gente tem, é mais uma ferramenta que a gente tem para incentivar a participação.

Pesquisadora

Muito obrigada, foi muito..

Entrevistada MD

Você esclareceu tudo, Amanda?

Pesquisadora

Sim, sim.

Entrevistada MD

É de que curso?

Pesquisadora

Eu sou de Ciência do Estado. Mas eu faço uma formação complementar em gestão pública. Aí foi como eu conheci a professora Isabele Mitus, que é lá do Departamento de Ciência Política, aí ela já trabalha aqui um pouco com a assembleia, já escreveu alguns livros na assembleia, então né, eu dei a ideia para ela da gente fazer essas entrevistas, ela achou uma ótima ideia, porque ela falou que os servidores são muito bacanas e tudo mais, muito receptivos, então eu falei assim "ah, que ótimo". Aí, né, muito obrigada, foi muito produtiva, eu acho.

Entrevistada AD

Sobre o retorno das participações? Acho que seria interessante você ver.

Pesquisadora

Esses dados todos eu posso colocar na pesquisa, né?

Entrevistada AD

Pode. Eu só pedi para ela não colocar os da moderação. Então aqui só os números da participação, mesmo que moderação é um tema que a gente ainda está trabalhando, está avançando, não é o tema do seu trabalho, se fosse, né? A gente podia. É só um.

Pesquisadora

Mas a parte do Opine

Entrevistada AD

Tudo o resto você pode por, o perfil desse que eu falei, das participações, o quantitativo. O quantitativo. Agora, lembrando aquilo que eu falei, as que tem zero participação, nesse caso não estão aqui. É verdade, porque isso tem bastante, é o que eu falei com ela.

Pesquisadora

Eu vou até falar com a minha professora, como fazer isso.

Entrevistada AD

Se quiser depois fazer o levantamento na assembleia dessas reuniões, A gente só analisou as que tiveram participação, porque o nosso foco era a moderação de conteúdo.

Pesquisadora

Vocês não tem o levantamento contando as que não as que tem zero.

Entrevistada AD

Se tiver único a participação, aí a gente analisou porque houve moderação. Só quando existe a necessidade de moderar a gente A gente só analisou quando houve participação, as em que não houve participação, a gente analisou. Eu vou pegar lá para você o relatório do setor.

ANEXO B - Transcrição da Entrevista da Gerência de Governo Eletrônico com Humberto Massa.

Entrevistado Humberto Massa

Aqui é a gerência de governo eletrônico que faz parte da gerência geral de TI.

Pesquisadora

Sim.

Entrevistado HM

Na verdade, agora é.. Agora é Diretoria de TI, mas.. Enfim, ainda não sei muito bem como é que funciona a mudança do último mês. A gente está.. A gente presta serviços para o restante da casa. Na área de TI, na área de tecnologia. Então, essa parte de tecnologia foi, foi.. ela é centrada no desenvolvimento aqui. A gente via de regra, a gente não faz contratos externos para desenvolvimento de produtos de TI. Os produtos são quase todos desenvolvidos dentro da Casa. Deixa eu só abrir um portfólio aqui. Cadê você? Então assim, em relação, cadê você? Sanitário, processo, promoção da cidadania. Aqui na GGOV, a gente trabalha com os seguintes projetos, os seguintes guarda-chuvas, tá? De um lado nós temos o apoio parlamentar e do outro lado nós temos o portal da Assembleia. O apoio parlamentar é centrado no sistema, que ele chama de SISAP, que em todos os gabinetes tem esse sistema instalado, no qual é feita a interlocução pessoal, vamos dizer assim, pelo parlamentar. Eu costumo dar o caso, o exemplo de sempre: seu filho estuda numa escola pública, só foi. Você chega em casa reclamando que a professora não tem giz. Aí você vem a Belo Horizonte, vai com audiência com o deputado na escola pública de Ituiutaba do Norte, está sem giz, está muito descuidado, não sei o que mais, não sei o que mais. O deputado vai tomar as providências, olhar o orçamento, se está precisando de emenda, se tem que, vai officiar a Secretaria de Educação, saber porque que está acontecendo isso, isso, que aconteceu um problema, a escola foi inundada, aí gastou dinheiro com o conserto da escola. É exatamente aquela, a menor interlocução que tem, né? Tem um problema que afeta uma série de pessoas ali, normalmente, quer dizer, teoricamente pelo menos não deveria ser um problema individual, um problema que afeta uma comunidade. E vai ser resolvido através disso. E o SISAP dá ao deputado o acompanhamento desse problema. Então o deputado, por exemplo, na hora que ele está recebendo a pessoa, ele vai lá e fala: eu vou officiar a Secretaria de Educação, pede ao assessor dele que eu faço. Então isso vai ser entrado no sistema, foi officiado, recebeu a resposta, a resposta é tal. "Ah não, então deixa eu ligar para o fulano onde ele está do lado Porque ele está com esse e essa questão. Tem que ter paciência mais um pouquinho, ou então não, já saiu a verba, que daqui a pouco eles estão comprando um negócio lá, etc. Por aí que funciona a interlocução, assim, vou dizer, no varejo, né? Além disso, agora a gente tem os sistemas de, como é que chama? De interação com o cidadão

dentro do portal. o "Fale Conosco", né? Quero fazer uma denúncia para a Assembleia, que eu acho que é da alçada da Assembleia fiscalizar. Tem o.. E tem o de participação, que acaba gerando a participação do gabinete dentro daquele processo. Olha você vai participar do debate, está rolando aí um projeto de lei para diminuir a isenção de impostos de uma categoria que tem alguma isenção. Não, isso está errado, não pode, para lá, isso é ilegal por esse motivo, por aquilo e todo esse debate que é feito também pelos deputados dentro do plenário, a sociedade é convidada a participar, tem no portal, está isso aqui em discussão, o que você vai fazer e tal. Agora, como o seu foco é a questão da pandemia, isso aí não foram questões só do pós-pandemia, nós são sistemas que já vem sendo evoluídos desde antes, né? E que no pós-pandemia, durante a pandemia, obviamente, foi ampliada a necessidade dele né, dessa interlocução via eletrônica, e eles permaneceram depois da pandemia e continuam sendo ampliados. Tem coisas.. Tem inclusive uma parte, um módulo de participação aqui dos deputados dos gabinetes que ainda não está no ar. Está entrando agora esse mesmo negócio que a gente acha.

Pesquisadora

Esse mês entra?

Entrevistado HM

Alguma coisa assim. Está pendente a autorização, o sistema está até pronto, mas está pendente a autorização da casa para entrar no ar.

Pesquisadora

Vocês têm autorização para poder falar o que é, mais ou menos?

Entrevistado HM

É nesse sentido aí, é na questão de diálogo do gabinete em relação a matérias em tramitação.

Pesquisadora

Interessante.

Entrevistado HM

Então, dentro desse debate que é aberto online, o gabinete vai ter uma interface especial para poder interagir com o cidadão que está ali também debatendo um assunto que é do interesse dele, que é da área de formação dele, alguma coisa.

Pesquisadora

Eu posso fazer a primeira pergunta? A primeira pergunta é quais foram as principais mudanças tecnológicas implementadas pela Assembleia relacionadas à participação cidadã durante e após a pandemia? Eu sei que aqui a Casa tem um histórico tecnológico muito evoluído desde o começo,

Entrevistado HM

Eu tinha que as principais mudanças eram só a ampliação do que é feito online.

Pesquisadora

Mas tem como especificar um pouco mais? Como que foi essa ampliação? Em quais mecanismos específicos, quais ferramentas?

Entrevistado HM

Acho que essa é uma pergunta que vou ter que consultar mais coisas e te responder por escrito quem eu acho. Porque eu não tenho uma linha do tempo muito precisa de como que essas coisas foram evoluídas. Na verdade, como eu estou estava te falando, não tem nada de novo assim, né? Ah, nós temos uma interface no sistema que já funcionava, mas basicamente esse sistema do debate lá da coisa, ele é, provavelmente ele foi introduzido depois da pandemia.

Pesquisadora

Um debate?

Entrevistado HM

Ele chama participação, desculpas, políticas públicas não, isso é outra coisa, mas que nós temos aqui também. Participação digital.

Pesquisadora

Participação digital.

Entrevistado HM

Ele basicamente é aquele no qual você, como cidadão, vai lá e vota e/ou faz comentários a respeito de uma..

Pesquisadora

Ah o opine...

Entrevistado HM

Exatamente.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Isso que pra gente, porque do lado da GPI eles enxergam pelo nome o que é, né? Aqui a gente tem os módulos e tal, e aí é dividido de acordo com a infraestrutura de TI que atende a isso. Essa infraestrutura quer a participação digital. Tem políticas públicas também que é o acompanhamento orçamentário. Aí você tem um site com um mapa que te mostra quanto que foi orçado, quanto que foi realizado para cada local e tal.

Pesquisadora

Que tipo de avanço desses mecanismos, O que você falou ali durante a pandemia, que foram feitos, que vocês julgaram como algo que era interessante manter mesmo depois, sabe?

Entrevistado HM

Olha, da parte da TI, tudo que foi feito durante a pandemia, para apoiar isso aí, foi mantido.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Entendeu? Não teve nada que foi assim.. O que aconteceu é que a gente voltou para um esquema de trabalho presencial. A assembleia voltou quase inteira de uma vez só para o trabalho presencial e essa praticamente foi a única diferença.

Pesquisadora

Entendi.

Os gabinetes estavam funcionando virtualmente, mas estavam, a TI estava funcionando virtualmente, mas estavam, todos os setores da casa estavam funcionando. Então, tinha uma infraestrutura para você trabalhar de casa, etc. Mas a.. Não teve nenhuma outra.. Nada foi desperdiçado do que foi feito durante a pandemia.

Pesquisadora

Entendi. E esse processo de adaptação aqui na Casa, das plataformas digitais, da participação já existentes, né? Como que foi feita essa adaptação? Com os próprios servidores mesmo, ou então até mesmo com essa interação com a população? É, como que vocês lidaram com essa adaptação aqui?

Entrevistado HM

Olha, a adaptação do ponto de vista dos servidores, ela foi muito tranquila. Eu não sei se o pessoal da GPI chegou a comunicar isso com você. A TI da casa, é uma TI das, se não for a mais estabelecida de todas as assembleias, é uma das mais.

Pesquisadora

Sim, até mais que o Senado teve um..

Entrevistado HM

A gente tem certificações, ISO e mais um monte de coisas que nos coloca numa posição muito confortável. Então, assim, quando chegou a pandemia, a assembleia já era muito informatizada em geral. O que não era muito comum era ser feita a virtualização, você não estar aqui no ambiente físico da assembleia. Mas o atendimento, o atendimento virtual, já tinha.. Não tinha o Opinem daquele jeito que ele é hoje, mas já tinha um predecessor dele no portal. O portal já existia com a grande maioria das informações que tinha lá, inclusive a legislação mineira, a tramitação de projetos, etc. Não é uma interlocução, é mais uma locução

da casa. Mas sim. O que foi feito foi aperfeiçoar às vezes alguma coisa ou outra ser levada a nível que pudesse ser utilizado tranquilamente, virtualmente, mas já acontecia muito já, exatamente porque a Assembleia tem essa intenção com todo o Estado de Minas, que é geograficamente muito vasto, né? Então já vinha com essa modernização.

Pesquisadora

Na conversa anterior que eu tive com o pessoal da GPI, foi mencionado que uma coisa que não existia ainda, que começaram a fazer ali durante a pandemia, foi justamente essas reuniões preparatórias de forma virtual, porque antes elas eram todas presenciais.

Entrevistado HM

Eram presenciais.

Pesquisadora

E aí como que foi essa adaptação das reuniões preparatórias para vocês aqui no GTI?

Entrevistado HM

Pois é, aí esse é um trabalho que não foi dessa área que você está aqui. governo eletrônico. Tem um sistema da casa que foi feito para a tramitação dessa preparação de reuniões.

Pesquisadora

Sim. Mas vocês estavam envolvidos também nesse processo, né?

Entrevistado HM

É, só como observadores.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Entendeu? Tem um outro setor da TI que está envolvido nesse processo, né?

Pesquisadora

Ah, entendi.

Entrevistado HM

Então, tem um sistema de preparação de reuniões, mas que é um sistema que a gente chama de sistemas administrativos da casa. Então, ele é um sistema interno que é dos 70 Agora, inclusive, esse setor se dividiu até em dois, mas é um sistema que lida com isso.

Pesquisadora

Qual que é o setor?

Entrevistado HM

Chamava-se GSis e agora, que é de sistemas de informação, e agora são dois setores: sistemas administrativos e sistemas Eu tenho, vou ter que colar.

Pesquisadora

Tranquilo.

Entrevistado HM

O que eu consigo achar para você.

Pesquisadora

Enquanto você está procurando, você sabe me dizer quais foram esses principais desafios técnicos enfrentados pela equipe no desenvolvimento e manutenção das ferramentas digitais?

Entrevistado HM

Olha, a gente já tinha infraestrutura digital quando veio a pandemia. Então, o maior desafio foi manter a capacidade, E a disponibilidade sempre, sempre conferidas, né? E tal, mas isso tudo já eram processos que faziam parte. Porque a gente tem o ISO vinte mil desde dois mil e dez, oito, nove, dez, alguma coisa assim.

Pesquisadora

Tem o quê?

Entrevistado HM

O ISO vinte mil, a certificação.

Pesquisadora

Ah, o ISO vinte mil?

Entrevistado HM

É. É desde dois mil e dez ou doze, talvez, na pior das hipóteses. Então o que acontece? A gente já tinha o processo, quando precisou de aumento na capacidade, foi seguir o processo e aumentar a capacidade e não teve A gente não sentiu nenhum aqui na TI, no desenvolvimento, voo no suporte, nenhum lugar foi sentido assim. Veio a pandemia, precisou fazer tal ajuste enorme, não foi uma escada, uma rampa, entendeu? Entendi. Onde precisava de um aumento de alguma capacidade, a gente ia lá e fazia aquele aumento de acordo com o processo que a gente já tem. Precisava de um aumento, igual você falou, do sistema de reuniões preparatórias. Tem um sistema para entrar o projeto, o projeto é tocado, o efeito

Pesquisadora

Teve a utilização de sistemas já desenvolvidos.

Entrevistado HM

Isso, e a infraestrutura é compartilhada entre todos esses, a gente não tem um sistema isolado dos outros, a infraestrutura é compartilhada.

Pesquisadora

De um ponto de vista mais quantitativo mesmo, houve aumento na utilização das plataformas de participação nesse período?

Entrevistado HM

Certamente.

Pesquisadora

Pós-pandemia, porque na pandemia teve, com certeza, né?

Entrevistado HM

E houve aumento pós-pandemia também. Porque aí todo mundo O que acontece é que durante a pandemia as pessoas tiveram contato com as ferramentas, né? E depois da pandemia, muitas vezes você aumenta essa utilização. Agora, em números para saber quanto? Eu não sei se a gente tem essa informação para te dar.

Pesquisadora

Eu ia perguntar se vocês elaboraram algum tipo de relatório, algum documento mais técnico sobre esse quantitativo mesmo? É porque, deixa eu só explicar.

Entrevistado HM

Eu não vi, mas eu não sou, você chegou aqui, os gerentes estão de férias nessa semana, então eu não vi. Pode ter, mas eu não vi.

Pesquisadora

Só para explicar um pouquinho, por que eu estou perguntando isso? O modo da minha pesquisa, mesmo sendo guiado pelas entrevistas e tudo mais, vai ser bastante, de uma certa forma bem quantitativa também, porque eu vou demonstrar através de gráficos, através, sabe, de diagramas, como que vai ser, sabe?

Entrevistado HM

Se você já está com o meu WhatsApp, eu vou te pedir para, na semana que vem, me mandar um WhatsApp me lembrando, que eu procuro esses documentos e passo para você se ouvir. E ou te falo, olha, eu não tenho

Pesquisadora

Mas se puder me falar assim também, se eu posso usar os dados da pesquisa ou não, Porque, de certa forma, vai ser uma pesquisa pública. Quando você publica o TCC, fica público, né? Então, o que eu tenho autorização para usar, o que eu não tenho, entendeu?

Entrevistado HM

Não, sem problema.

Pesquisadora

Perfeito. Existem mecanismos de monitoramento ou avaliação do uso das ferramentas digitais pelos cidadãos? Como que eles funcionam?

Entrevistado HM

Olha, a gente tem.. Isso não é monitorado que eu saiba a nível estratégico. Por exemplo, a GPI, que eu saiba, não tem uma ferramenta de monitoramento desse uso. A gente tem as ferramentas de monitoramento técnicas para decidir carga, né? E eu não sei também, por isso que eu te falei que eu vou ter que olhar, porque eu não sei se elas geram algum artefato, né? Um relatório semestral ou alguma coisa assim. Que existe a utilização é monitorada, ela é monitorada, até porque o pessoal da infraestrutura, eles precisam da capacidade para poder continuar. Precisa do monitoramento do quanto está usando para poder dimensionar a capacidade de toda a infraestrutura de TI da Assembleia. Mas eu não tenho certeza se existe um relatório sobre isso. Você vai ter que me cobrar também junto com as outras coisas.

Pesquisadora

E limitações tecnológicas, quais limitações ainda dificultam o aprimoramento da participação cidadã digital?

Entrevistado HM

Até pouco tempo atrás, por exemplo, você falou de a gente estava falando sobre degraus, um degrau que teve é que a gente tem certificado, por exemplo, o portal, para uso de pessoas com deficiências visuais, auditivas, talvez, etc. Então, a acessibilidade, que é uma certificação diferente, necessária também para o nosso som final aqui. Então, além dessa mudançazinha da acessibilidade, por exemplo, o que eu vejo é sempre muito difícil responder. As suas perguntas são muito difíceis para a gente, DT, porque não foi um processo que foi em saltos mesmo. A gente simplesmente pegou o processo contínuo que já funcionava e ele foi sendo aplicado para atender as necessidades tanto da pandemia quanto do pós pandemia que, igual eu hoje te falei, eu não tenho imediatamente como te falar, mas eu te digo que essa utilização é aumentada, essa capacidade é Ela sempre exige mais e mais todo ano, quanto eu não sei te falar agora, mas eu posso..

Pesquisadora

Você não precisa falar assim quanto agora, sim, mas ali das ferramentas da participação, dessa sessão de participação digital, o opine, a parte de tramitação, toda essa parte ali dentro da aba, né? O que vocês notaram que mais cresceu de uso, assim, engajamento das pessoas? As que mais tiveram demanda aqui para poder, sabe?

Entrevistado HM

Pois é, porque aí é que tá. A gente dá a plataforma, mas não é a gente que engaja com o conteúdo. Aí já é lá na GPI.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Entendeu?

Pesquisadora

Vocês estruturam a plataforma?

Entrevistado HM

Exatamente. E eles usam. É como se a gente fosse o Facebook, eu te entrego o Facebook. Você usa, você faz a propaganda, a outra pessoa vai e usa e tal. Eu só tô te, eu só faço alterações, por exemplo, você precisa de uma alteração mecânica, né? Na mecânica da coisa, aí a gente fala daqui.

Pesquisadora

Perfeito! Essa analogia que você fez, né? Precisa de uma alteração mecânica da coisa, quais alterações assim que você notou que mais foram pedidas, sabe? Durante esse período? Quais alterações que vocês mais tiveram que fazer aqui?

Entrevistado HM

Nossa, é sempre ajuste? Não é.. A partir do momento que foi disponibilizado, não tem uma coisa que foi uma alteração. "Ah, isso aqui está muito grande, isso aqui está menor, eu preciso que você seja mais rápido, ou não está atendendo porque está vindo a mais e tal" Mas isso sempre parte do lado da GPI.

Pesquisadora

Entendi. Sempre da GPI?

Entrevistado HM

É, são eles que estão providenciando o conteúdo lá.

Pesquisadora

Perfeito. E perspectivas futuras para a Assembleia? Quais são as perspectivas em relação a esse desenvolvimento, modernização das ferramentas?

Entrevistado HM

A minha resposta deve ser chatíssima para você, porque o nosso sistema aqui é contínuo.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Ele não tem esse jeito Ah, tem as ferramentas de LLMs, de IA, que estão em voga e tem planos para se introduzir ou Mas ainda está incipiente. Talvez para o futuro, se não houver

um estouro de uma bolha desse assunto das LLM e das IA, talvez seja o que tenha de assunto assim, que vai ser moda.

Pesquisadora

Mas alguns gabinetes já usam, né? Aqui na Casa, algumas gerências já usam também a IA?

Entrevistado HM

Sim, a gente usa, mas não faz parte da nossa tubulação, do nosso encanamento, sabe?

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado HM

Os projetos, os prospectos do projeto, não tem nenhum projeto fechado ainda, que eu me lembre, com essa cena, mas as tentativas que nós estamos tendo de verificação, além do uso da IA, que por exemplo, é igual para quando se eu for escrever uma carta e utilizar para me ajudar na redação, ou se eu for desenvolver um programa e utilizar como auxílio no desenvolvimento ali, mas por exemplo, como tubulação. Ah, eu quero responder à pergunta do cidadão. Qual legislação que me fala que eu não posso pisar na faixa amarela da rua, né? Seria uma IA da assembleia para responder uma pergunta sobre legislação ou sobre tramitação?

Pesquisadora

Ah, isso é uma coisa que já estão pensando, talvez?

Entrevistado HM

E são coisas que nós temos pensado, mas que não estão solidificadas de jeito nenhum ainda. Entendi. Mas sim, elas estão no radar, E provavelmente o que está no radar de diferentão do que a gente tem hoje e desse processo é a questão. É uma adoção mais, eu diria que mais conservadora do que na grande maioria das instituições que você vai ver. Tem chatbot para tudo no banco, no Magazine Luiza, etc, etc. A gente está um passinho atrás, porque a gente tem um monte de questões que a gente levanta até do custo dessas coisas, do custo social, tudo mais, que a gente tem que estar sempre de olho.

Pesquisadora

Essa questão mais social, que você me falou mesmo, na hora de vocês Você participou do desenvolvimento das ferramentas atuais, dessa aba da participação, assim, para poder me falar um pouco mais, como que foi pensado? O desenvolvimento dessa ferramenta numa visão social?

Entrevistado HM

Na verdade é assim, o que a gente faz aqui é executar mais ou menos o que já vem pedido, né? O que foi pedido foi o Opine, por exemplo, um chat no qual as pessoas pudessem dar opinião sobre uma coisa que tivesse rolando naquele momento, né? Não é nossa alçada muito

pensar nesse tipo de problema, a não ser quando ele chega aqui esbarrando em alguma coisa. Por exemplo, nós somos a TI, em geral, ela é a gestora dos dados pessoais das pessoas que interagem com a assembleia. Então, quando... Quando você entra na página da assembleia, você vai lá e coloca seu nome, seu CPF, seu telefone, tudo, dados pessoais segundo a LGPD. Então nós temos que ser, quando o deputado atende um cidadão também e anota as coisas, esses dados, eles estão protegidos pela LGPD. Nós tivemos que fazer adaptações dos sistemas que permitissem aos gestores controlar se está correto esses dados da LGPD, coibir a exportação em massa de dados, por exemplo. Então existem vários mecanismos aí para a gente poder atender o que a LGPD pede, manda na verdade. Nós somos o Estado a gente tem que.. Só que a gente só obedece a lei. Então da mesma maneira, então quando alguém nos pede uma alteração qualquer no SISAP, por exemplo, eu quero pegar e exportar todos os endereços das pessoas com a planilha aqui para eu poder levar para a minha casa. Olha, segundo a LGPD, a gente não pode, o gestor não pode fazer isso. Ele tem que ter um mecanismo de saber quem exportou, onde que está, onde estão esses dados, etc, etc. Por aí.

Pesquisadora

Entendi. Vocês têm aqui em mente o desenvolvimento de alguma ferramenta no futuro que dê um maior retorno para a população, assim, sobre a participação dela digital mesmo? Por exemplo, ela deu uma opinião, no opine aqui de um projeto que tem tramitação, aí esse projeto ele vai passando por fases, daqui a pouco está em uma comissão, outra tem outra, foi aprovado, foi rejeitado. Foi retirado de pauta, ou às vezes foi arquivado e ninguém, né? Então tem alguma alguma previsão de desenvolvimento de algum dispositivo que faça esse retorno maior para a população, para eles até se incentivarem a usar mais esses mecanismos digitais?

Entrevistado HM

Não que eu saiba, mas você pode me cobrar isso junto com as outras coisas também. O que pode haver e estar escondido de mim, tá?

Pesquisadora

Justo.

Entrevistado HM

O meu a minha.. A minha área aqui é a do SISAP, o sistema dos gabinetes e tem uma parte do portal na qual eu participo, por causa do Financiamento. Então você tem vários outros aspectos. Só dentro desses dois guarda-chuva, você tem vários aspectos dos quais eu não estou necessariamente o tempo todo por dentro. Isso que você falou, eu acho que ainda não tem, não sei se é uma demanda da da população e da Casa? Não sei. Terei que perguntar para te responder, entendeu?

Pesquisadora

Quem fica aqui mais por dentro dentro dessa parte da participação, dessa aba específica da participação é o Rafael?

Entrevistado HM

É o Rafael.

Pesquisadora

Entendi. Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar desse processo de desenvolvimento da casa, de ferramentas, ou também essa parte do SISAP que você trabalha bastante que tem relação com o cidadão, de alguma forma?

Entrevistado HM

Não, eu acho que a gente encerrou o que precisava sobre esse assunto.

Pesquisadora

Tá certo. Muito obrigada, viu?

Entrevistado HM

De nada.

Pesquisadora

Você me fala seu e-mail?

Entrevistado HM

É humberto.massa. Humberto com a H, massa com dois S's. Ponto massa? Isso.@almg.gov.br. Tá? Aí você me manda um e-mail.

Pesquisadora

Obrigada. Quando terminar o TCC, eu devo enviar um e-mail para os entrevistados.

Entrevistado HM

Muito obrigado. Obrigada.

Pesquisadora

Perfeito.

ANEXO C - Transcrição da Entrevista da Comissão de Participação Popular com o assessor Hideraldo Alves.

Pesquisadora

Bom, a gente está aqui com o Hideraldo, ele trabalha aqui na Comissão de Participação Popular com o Presidente Ricardo e a gente vai fazer algumas perguntinhas sobre a Comissão de Participação Popular. Hideraldo, como que a Comissão de Participação Popular percebe esses impactos das ferramentas digitais da relação entre a sociedade, a comunidade e o Poder Legislativo?

Entrevistado H

Bom, Obrigada, eu chamarei de participação popular. Tem a presencial e tem a digital. Você quer saber da digital? Sim. A digital, ela tem algumas perguntas no opine aí, a favor, contra, muito baixa a participação. Não é uma coisa, sempre foi antes da pandemia e depois da pandemia. Sempre foi a favor e contra alguma proposição da comissão, sempre foi muito baixa naquele opine. Bom, a partir, foi agora, 2023, 2024, não lembro direito a data, começou-se a possibilidade, durante uma audiência pública, a participação popular Abrir a Participação Popular a perguntas. E isso foi um tremendo sucesso. As audiências públicas que nós participamos, da Comissão de Participação Popular, na época, bateu recordes de participação. Eu me lembro da participação de uma reunião dos cartórios, dos oficiais interinos dos cartórios, o pessoal da técnica falou com a gente que tinha sido a maior participação popular, maior número de perguntas enviadas à comissão, à audiência. Então as perguntas eram ou às vezes era para o deputado que estava presidindo, o deputado Ricardo Campos, às vezes era para os convidados. Depois nós fizemos uma outra audiência das multas ambientais absurdas que estão no estado e a participação estourou. Eu não lembro a quantidade, mas bateu o recorde de novo. Inclusive o deputado, durante a audiência, teve que pedir desculpa por não poder falar de todo mundo. Todas as perguntas e que prometeu entregar as perguntas para as pessoas que, encaminhar as perguntas para as pessoas que estavam destinatárias, que estavam à mesa, os convidados, de tanto que foi uma participação muito rica, eu diria, muito rica. Então essa é a situação atual da participação popular nas reuniões da nossa comissão, nas audiências públicas, da nossa comissão. Essa é a situação atual.

Pesquisadora

Perfeito. E você notou algumas mudanças significativas na participação após a ampliação desses mecanismos no pós-pandemia?

Entrevistado H

Com certeza. Como eu falei na primeira pergunta, houve um aumento e principalmente qualidade do aumento. É bom frisar que a Assembleia tem um filtro nas perguntas. Tem perguntas que são agressivas, tal, mas as perguntas que chegaram a nós, com muito nexos com o que se estava discutindo, perguntas apropriadas, respondidas às vezes na hora, às vezes

depois, porque não tem como responder a todo mundo. Mas eu noto um interesse cada vez maior de participar nesse instrumento de, durante as audiências públicas, a abertura da participação popular foi um sucesso aqui na Assembleia.

Pesquisadora

Sobre esses outros instrumentos que você falou que às vezes não tem uma participação tão alta. Como você acha que eles poderiam ser mais integrados com a Comissão de Participação Popular ou até mesmo os outros setores aqui da casa que poderiam ser mais utilizados pela população?

Entrevistado H

A Assembleia tem um site, tem a TV Assembleia, tem a Rádio Assembleia. É dessa maneira que ela comunica a sua agenda, os acontecimentos que virão. A agenda é pública, está no site da internet, quem quiser consultar e querer participar é só dessa maneira muito interessante. E a Assembleia procura caminhos para Participação Popular, também em outros aspectos com relação à Comissão de Participação Popular. Anualmente, o orçamento público, ele é votado na Assembleia. É.. tem a LDO, que é nessa época que é votada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, o PPAG, e tem a LOA, que é a Lei do Orçamento Anual. Então são os três passos, 3 leis que a Assembleia tem que votar por ano para que o orçamento aconteça no outro ano. A revisão do PPAG, na parte dela, tem um valor que no último ano foi 25 milhões, que abre-se para a participação popular nesse orçamento. E é feito por, e tem uma consulta pública que ela é realizada em setembro, outubro e que se abre a possibilidade da participação popular no orçamento público e também é um sucesso. Tem muita participação dessas propostas e são inúmeras propostas que aparecem. Ano passado foram 560, ano retrasado foram mais de 900 propostas para o orçamento público em todas as áreas.

Pesquisadora

Como elas chegam até vocês?

Entrevistado H

Ela chega, ela abre-se a possibilidade de consulta pública no site da Assembleia, a pessoa cadastra lá a sua proposta e ela é discutida, discutida uma a uma, é discutida com: Os deputados da Comissão, com a consultoria temática da Assembleia e com a Secretaria de Governo envolvida. Então, existe o lado técnico analisado pela consultoria temática da da proposta, pela Consultoria Temática da Assembleia, analisa tecnicamente a proposta. E as que passarem são apresentadas à secretaria envolvida. Por exemplo, se for da área da cultura, a Secretaria de Cultura, se for da de agricultura, agricultura. E é conversado durante umas reuniões presenciais sobre aquela proposta feita via participação popular digital. E se é possível a execução, se não é possível a execução. E a proposta vai, quando aceita, quando a secretaria envolvida aceita a proposta e fala que tem ações e programas nesse sentido, a proposta anda. Naturalmente que quem é que se aceita a proposta, dá muito mais que 25 milhões. Então há uma análise técnica com todos os envolvidos para se chegar a aos 25 milhões, baixar, olhar, e priorizar de acordo com o que o governo pode, o que a comissão de

participação, os deputados permitem. Permitem não, analisam e junto com as secretarias é aprovado e alguns saem. Nem todos os 560 foram aprovados. Foram aprovados cerca de 250. Então 300 saíram. Mas é isso mais ou menos o que acontece. Então isso em termos de participação popular no orçamento aberto pela nossa Assembleia Legislativa. Com relação às ações da Comissão, sobre as pessoas opinarem, a participação nunca cresceu, muito pouca. O que tem que ser feito? Eu acho que tem que ter uma comunicação com a sociedade. Opine, vá no site, mostra as etapas para a pessoa opinar, não sei. Isso é por parte da Assembleia, a parte de comunicação da Assembleia tem que desenvolver a minha opinião mais. Essa parte de opinião fazer. Com relação à participação digital nas audiências públicas e na revisão do PPAG, a participação na sociedade aparece e aparece bem.

Pesquisadora

Você associa essa grande participação tanto no PPAG e nas reuniões interativas com uma grande, com um grande retorno que a sociedade sente vindo da casa legislativa? Sentem que são tendo um retorno?

Entrevistado H

Bom, as discussões de uma audiência pública, elas têm tem os encaminhamentos, né? Ao final da audiência pública, tem os encaminhamentos. Os resultados de cada um dos temas envolvidos, cada, são próprios de cada tema, né? Os resultados, respostas do governo, aos requerimentos, aos pedidos de providência, aos pedidos de informação. Então nós, Nós somos do Legislativo, então não somos do Executivo. O que nós podemos é legislar, fiscalizar e cobrar. Então nós cobramos, cobramos nessa situação, em função também das participação popular, via digital, que existe nas reuniões de audiência pública e também na na revisão do PPAG. Eles procuram saber o que aconteceu com a proposta deles. Eles ligam pra gente, conversam assim, mas esse.. Como é que eu falo pra vocês? Esse retorno das pessoas perguntarem como é que foi, não foi? Isso tudo é publicado nos site da Assembleia. Tem uma parte no site da Assembleia em que está lá a proposta, está lá a análise e está lá a resposta, entendeu? O que se faz aqui na Assembleia é indicar a pessoa: "Ah, a proposta que eu fiz está no lugar tal, tal, tal, na internet A pessoa vai lá e tem a resposta. É assim que trabalha. Qual foi a outra pergunta que você falou?

Pesquisadora

Seria sobre o retorno mesmo. Acho que você já meio que respondeu.

Entrevistado H

Com relação à revisão do PPAG, está no site. Cada proposta e cada resposta. Agora, com relação ao que a pessoa pergunta na audiência, é próprio daquela audiência, é próprio dos encaminhamentos daquela audiência e nesse caso vai depender de qual foi o tema que a pessoa tem, mas há o canal de abertura para se saber respostas em relação ao questionamento que a pessoa teve.

Pesquisadora

Sobre o PPAG, quando as pessoas elas escrevem, elas mandam essas propostas via site da assembleia, via internet, tem algum retorno assim por parte da assembleia mesmo dela entrar em contato? Algum e-mail assim falando "Sua proposta foi aprovada, sua proposta.."

Entrevistado H

Não.

Pesquisadora

Não?

Entrevistado H

Não, disponibiliza no site as respostas.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado H

Não há, mas quando a pessoa manda o e-mail para gente, aí a gente responde. Mas nós não mandamos e-mail para a pessoa para "Olha, sua coisa está assim, assim, assado". Não. Eu pelo menos é que eu nunca vi essa história de mandar e-mail para tu, ouvi sim, gente que manda e-mail para gente e a gente responde dizendo o que faz e o que não faz.

Pesquisadora

Perfeito. Bom, para finalizar aqui, quais avanços e desafios podem ser identificados na utilização dessas ferramentas de tais de participação aqui na assembleia para você?

Entrevistado H

Olha, a participação popular sempre é bem-vinda. E ela enriquece as discussões. Na medida em que essas ferramentas disponibilizadas para a população forem, a população tomar conhecimento dessas ferramentas, isso deve crescer. Eu acho que engrandece, desenvolve, enriquece a discussão legislativa. A discussão dos grandes temas de Minas para buscar o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável. Isso é uma tendência da sociedade e a sociedade, e aqui, esse espaço da Assembleia é um espaço para o povo. Cada vez mais eu sinto isso. Nós, nos corredores aqui da Assembleia, diariamente encontramos com os representantes da sociedade aqui, muita participação popular e é isso. Eu acho que a tendência é o crescimento e a tendência é cada vez melhorar mais a discussão dos temas caros ao nosso Estado.

Pesquisadora

Perfeito. Tem algo mais que você queira destacar sobre esse tema?

Entrevistado H

Eu agradeço a sua presença, agradeço a sua atenção em cá pedir a opinião da Comissão de Participação Popular. Eu, como eu sou assessor da Comissão de Participação Popular e do presidente da Comissão. Então, realmente, muito obrigado pela lembrança e é isso aí.

Pesquisadora

Obrigada.

ANEXO D - Transcrição da Entrevista da Gerência do Governo Eletrônico com Rafael Cavalcanti.

Pesquisadora

Ok. Começando, quais foram as principais mudanças que você visualizou depois nesse período do pós pandemia, desde a pandemia? O que foi implementado, o que continuou aqui na casa?

Entrevistado RC

Quando eu entrei aqui na assembleia, já tinha, porque aqui tem os planejamentos estratégicos que são feitos por períodos longos, né? que quando se planeja, se planeja para cinco, dez anos. Então quando eu entrei já tinha uma linha estratégica que era de evolução das ferramentas de participação. Principalmente do lado das ferramentas de participação digitais. Quando comecei mesmo a atuar nessas ferramentas, foi um momento em que a GPI já tinha feito um estudo para analisar tudo que tinha até então, ele já tinha identificado assim, pra cada ferramenta de participação, uma série de pontos de melhorias que eles achavam que era importante ser feito.

Pesquisadora

Legal.

Entrevistado RC

E aí assim, até esse momento, que foi quando a gente começou a atuar, o que eu sinto assim, um ponto que mudou muito é porque cada ferramenta talvez fosse tratada de forma muito isolada, assim, no sentido de implementação, no sentido de lógica ali, algumas regras de funcionamento. Então assim, por mais que às vezes no campo conceitual elas fossem assim distintas, quando você pegava todas elas e analisava em conjunto, dava pra perceber que tinha muita coisa ali que conversavam, sabe? De funcionamento de uma com a outra. Então nesse momento que eles trouxeram pra gente assim, terminamos o nosso estudo aqui, queremos começar então a implementar. Aí eles fizeram algumas apresentações aqui pra gente, isso foi bem depois da pandemia. E aí que a gente começou mesmo a se vão ver. Porque eles trouxeram pra gente assim, o que que eles analisaram, o que que eles achavam que tinha que ter, mas o como que ia ser feito a gente foi fazendo em conjunto. Aí as ferramentas de participação que a gente vem atuando mais fortemente são a parte do opine sobre projeto de lei, E aí isso meio que conversa um pouco com a parte de consulta pública, né?

Sim.

Muito embora, agora que a gente esteja aprofundando mais as questões de consulta pública temática, mas assim, conversa. Então teve o Opine, que foi o primeiro projeto que eles apresentaram pra gente e eles apresentaram juntos também o que eles achavam que era importante de reformular da parte de reuniões interativas. Então assim, esse projeto de reunião interativa é um que quando eu entrei já tinha sido implantado, eu acho que ele foi

muito significativo. Mas eu tenho pouco, eu tenho algum contexto, mas assim, não tão profundo. Porque quando eu cheguei já tava no ar, né? Foi assim, essa barreira de colocar ali a transmissão e ter a participação digital e já tinha sido vencida, né? Então aí eu acho que foi interessante que daí pra frente era melhorar e tentar deixar mais integrado. Então assim, eu acho que o principal ponto de mudança foi que a gente teve a oportunidade de pegar toda a análise que foi feita e melhorar o que já existia. Mas sempre assim, com um foco muito grande na interface com o usuário, facilidade de uso. Eu não diria necessariamente que, assim, para essas ferramentas que já existiram, talvez a gente tenha feito alguma coisa assim que foi muito disruptiva, sabe? Nossa, mudou totalmente. Não, a ideia não era assim, quebrar uma coisa que já tava funcionando, era melhorar e expandir, então por exemplo, tinha reunião interativa que era só pra reunião de comissão aí a gente também expandiu pra ter reunião interativa pra eventos eventos que antes a pessoa pra poder opinar ela teria que ou estar aqui presencialmente ou seria muito complicado ter que mandar pergunta por e-mail, por fórum, então assim... Essa que foi a grande mudança que eu acho que teve pós-pandemia. Foi que a gente conseguiu enxergar todas essas ferramentas de participação, em vez de ser cada uma uma implementação individual, uma coisa separada, ver que tudo ali podia meio que coexistir como uma estrutura quase que única. Que aí foi, que já tá no ar até, inclusive. Não sei se vocês conversaram com vocês desse conceito de painéis, interatividade.

Pesquisadora

Não, eu gostaria de saber.

Entrevistado RC

Porque, mas isso assim, de certa forma é muito interno assim, esse termo com os painéis de interatividade. Foi mais assim, um jeito nosso que a gente conseguiu modelar. É o jeito que a gente modelou as ferramentas de participação Porque a gente foi percebendo que assim, o que que era o opine? Era como se fosse um fórum ali de discussão a respeito dos projetos de lei que estão em andamento. E aí esse fórum de discussão tinha-se uma série de regras, as pessoas tinham como se fosse mesmo um fórum, então assim, as pessoas até então só podiam postar novos comentários, novas mensagens. Era complicado da pessoa da assembleia que estaria no papel de moderação interagir em tempo real, porque só o cidadão que postava. Então era uma demanda, era importante que a GPI, enquanto moderação, conseguisse interagir, dar respostas, dar mensagens. Era interessante que os próprios próprio cidadão pudesse responder outro cidadão, que era uma coisa que não era possível até então, tinha uma série de regras. Aí quando a gente chegou pro, então tá, essas são as demandas aqui do que a gente quer de melhoria pro Opine. Aí a gente foi começar a olhar também quais eram as melhorias que a gente achava que era interessante pra reunião interativa. A gente começou a perceber, muitas são parecidas, a moderação também conseguir responder. É o próprio cidadão também conseguir responder É o cidadão conseguir mandar perguntas antes do início da reunião. Porque, já que é remoto, por que que tem que ser só durante a reunião? Às vezes já tem uma questão que as pessoas têm dúvidas ou querem se manifestar que pode ser errado antes Então a gente começou, por que que a gente está implementando tudo de forma separada, distinta? Por que que a interface do usuário é diferente para cada ferramenta? Se o cidadão tem que aprender a usar essa ferramenta aqui, depois tem que aprender de novo a

usar uma ferramenta? Então aí veio esse projeto aqui que foi de convergir, então assim, hoje a gente criou internamente essa forma de mencionar isso, que são os painéis de interatividade. Que aí esses painéis de interatividade tem regras que são praticamente iguais para todos. Porque então significa que é como se fosse um fórum, é cronológico, o moderador pode mandar mensagens de aviso, um cidadão pode responder o cidadão, a própria moderação pode responder. Só que esses painéis vão estar atrelados a diferentes formas de participação. Então o painel pode estar atrelado a um opine, pode estar atrelado a uma reunião interativa de comissão, a uma reunião de evento, pode estar em breve também na consulta pública. Então, a ideia foi tentar unificar a interface para facilitar para o cidadão.

Pesquisadora

Entendi. Tudo no portal.

Entrevistado RC

Mas facilitar pra gente também, porque aí significa que em vez de a gente ter que gastar recurso implementando quatro vezes a mesma coisa, na verdade a gente tem uma implementação que a gente está lá melhorando. Então a gente quer permitir um jeito fácil que não tenha ainda de um cidadão compartilhar a mensagem dele. Se eu fizer isso, se eu implementei isso, estou implementando para todas ao mesmo tempo, né? Porque é uma implementação única, né? Caso que vai ter regras específicas, mas é uma ideia única já mapeada para todas as ferramentas de participação. Então eu acho que foi muito nessa linha assim de deixar a interface muito intuitiva. A gente trabalhou muito na ideia de que a gente queria que se o cidadão aprendesse a usar o Opine, ele ia saber usar o a reunião interativa. E também a gente teve uma preocupação muito grande de que a interface fosse muito boa pro uso também no mobile. Porque a gente diz em análise aqui e sabe que a maior parte de acesso é via celular, entendeu?

Pesquisadora

Sim, com certeza.

Entrevistado RC

E versões antigas das ferramentas não eram tão boas assim no celular. A interface era mais pro desktop. Acho que assim, o principal grosso que a gente vem fazendo é essa ideia, sabe?

Pesquisadora

Com certeza. Essa questão que você falou, por exemplo, do Opini, de ser fácil para as pessoas usarem, principalmente pessoas que às vezes não tem muito letramento mesmo tecnológico, né? Teve uma comunicação da GTI assim, com a galera da comunicação pra poder explicar as orientações pra população?

Entrevistado RC

Então, todo esse projeto, ele envolveu muitas áreas aqui da Assembleia, né? A parte da comunicação lá, a diretoria, tem diversas outras gerências abaixo deles. Então assim, diversas dessas gerências estiveram envolvidas também no projeto em diferentes momentos. Quando a

gente pega aqui pra implementar, principalmente quando é uma coisa muito, uma interface muito específica que nem essa, né? que tem muito recurso, muita coisa acontecendo ali, então é importante que seja claro. A gente começa até fazendo um esboço inicial né em alguns casos, outros casos nem isso, mas esse desenvolvimento anda lado a lado com uma outra gerência que chama GCMD que é uma gerência de mídias digitais que está abaixo da dívida de comunicação e eles que estão responsáveis principalmente pra essa parte de prototipação, layout. Então nesse desenvolvimento eles fizeram propostas de layout, a gente implementou, aí pra eles eles faziam teste com o usuário, teste de usabilidade. Aí teste de usabilidade envolve eles conversarem com diversos perfis diferentes que eles no...têm nas teorias, não sei exatamente qual que foi a o que que eles seguiram, mas eles meio que definem personas, né? Então, e tentam trazer pessoas que se enquadrem nessas personas para usar a ferramenta. Então, pra ver se ela está suficientemente intuitiva. E aí, baseado nesses testes, eles propuseram diversos ajustes que a gente fez. Então assim, foi um projeto bem assim, andando junto, né? A gente desenvolvendo, eles também. mandando essas prototipações, as sugestões, a GPI usando para poder ver se estava o fluxo todo sendo atendido. Então, uma vez concluído isso, beleza, aí a gente tinha a ferramenta. Aí fazia parte também do plano de comunicação comunicar a mudança. Mas que nem eu tinha dito, assim, não foi uma ferramenta, nesse caso, foi sim, disruptiva do que tinha antes assim, porque já existia uma ferramenta antes que era o app. Então não foi tanto uma comunicação de contar, não uma ferramenta nova. Assim, é uma versão melhorada, uma evolução do que tinha antes.

Pesquisadora

Justo.

Entrevistado RC

Aí isso acompanhado de todo esse processo de teste.

Pesquisadora

Nessa mesma linha assim de pensamento de evolução, vocês chegaram a pensar em algum momento em ter um retorno assim para o cidadão, por exemplo, que usa o Opine? Qual que é o retorno que o cidadão tem do Opine? Tem algum retorno?

Entrevistado RC

Então, tem uma série de vias de retorno, né? De imediato, o que a gente naquele momento que a gente vai assim, de melhorias que já eram fáceis de serem feitas. Uma vez que o cidadão se interessa por um projeto, ele consegue seguir esse projeto lá pela página do Opine. Aí se ele segue esse projeto de lei, ele vai receber e-mails sempre que tiver alguma movimentação.

Pesquisadora

É isso que eu queria saber.

Entrevistado RC

Mas isso aí não é nem tanto sobre o Opine exatamente. Isso tem mais a ver com o projeto em si. Pela tela do Opine ele faz isso mas também pela tela do projeto de lei que não é ele também conseguiria fazer.

Pesquisadora

Sim.

Entrevistado RC

Quando alguém responde um comentário dele, ele também recebe um e-mail.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

E uma evolução significativa que a gente fez pro Opine é que a gente abriu a possibilidade dos próprios gabinetes responderem usando um perfil do gabinete. Então o gabinete consegue também entrar lá pelo sistema do gabinete e ver as discussões dos projetos de lei que são de interesse ali do gabinete. E aí o próprio gabinete, assim, uma manifestação de um cidadão, ele consegue responder.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

E aí se ele manda essa resposta, aí o cidadão recebe por e-mail também uma notificação.

Pesquisadora

Bacana.

Entrevistado RC

Antes isso não era possível de forma

Pesquisadora

Em que ano que isso foi implementado?

Entrevistado RC

Isso entrou no ar foi ano passado Ano passado? É, essa parte do gabinete responder foi no ano passado

Pesquisadora

E a parte do e-mail pro cidadão também?

Entrevistado RC

Isso de acompanhar já tem desde antes da pandemia

Pesquisadora

Desde antes da pandemia?

Entrevistado RC

É, e tem outras evoluções que assim, a gente... Agora que a gente tá passando do principal que era assim, pôr no ar cada ferramenta de participação, né? A gente pôs no ar o Opine, pôs no ar a reunião interativa de evento, que era nova, foi inédita. Pôs no ar a reunião interativa de comissão reformulada. Aí a gente agora está trabalhando para implementação de outras que são meio que bem diferentes, que é a reunião, a consulta pública, que pode ser temática ou são dois tipos de consulta pública, consulta pública, temática e de proposição.

Pesquisadora

Tem uma específica também que é pra.. Ah, esqueci o nome, ambiental, né?

Entrevistado RC

Ou é de proposição ou é temática. A consulta pública de proposição é muito parecida com o Opine, entendeu? Então, é mais regras internas assim que afetam de certa forma a importância do Opine durante um certo período. Só que aí tem a consulta pública temática que ela já é realmente uma coisa bem nova assim, que a gente também vai usar o, esse arcabouço do painel pra implementar. Já existe consulta pública temática, só que hoje em dia é feita de um jeito que é muito manual assim. Pra cada consulta tem que ter uma série de artefatos que têm que ser criados, e aí acaba que se você tiver muitas consultas é difícil ter muitas consultas simultâneas né. E a gente vai fazer algo justamente pra que fique mais fácil todo o processo significa mais parecido com as duas ferramentas também.

Pesquisadora

Vocês têm avanços agora em mente para em um futuro próximo para poder aplicar?

Entrevistado RC

Então, a gente é esse. O que está atualmente em execução, que é o próximo que a gente vai, que deve ser lançado assim pelo planejamento é a consulta pública temática.

Pesquisadora

Ah, entendi.

Entrevistado RC

Reformulada.

Pesquisadora

No Opine, ali nas outras categorias tem avanços também programados?

Entrevistado RC

Então, eles foram entregues já a reformulação. Aí vai ter melhorias assim, que são mais questões pontuais que vão sendo identificadas. Por exemplo, a facilidade no compartilhamento de um comentário que eu tinha citado. Isso é um requisito importante na consulta pública temática. Aí a gente implementando isso, a gente viu que também é importante para o resto. Então vai melhorar para tudo. Só que assim, nesse meio tempo também foram surgindo outras coisas que tem a ver com participação digital, mas nem tanto. Que, por exemplo, esses poucos meses atrás, dois meses atrás, a gente fez uma implantação que também foi bem importante que é a participação presencial digitalizada, de certa forma.

Pesquisadora

O QR Code?

Entrevistado RC

Exatamente, a questão do QR Code. Que isso também tá integrado nesse arcabouço.. Então assim, é tudo conversa entre si, entendeu? Que com isso o cidadão que vem presencialmente aqui na assembleia agora consegue pegar a ferramenta, o QR Code, mandar pergunta, inscrever para fala e consegue também se inscrever pra receber atualizações a respeito daquela reunião né. E assim, o que já se tem em mente é que sim, uma vez que a gente coloque todas essas ferramentas de formulários no ar, a gente comece a melhorias nessas questões do depois, né? Então assim, o cidadão se interessou por uma reunião. Então o que ele pode querer receber de relevância a respeito daquela reunião depois? Então é meio que amarrar o que vem depois que ele participa.

Pesquisadora

Perfeito!

Entrevistado RC

Mas aí nesse momento a gente está fechando o círculo agora nas ferramentas todas, reformulando assim para ficarem todas padronizadas.

Pesquisadora

Na minha entrevista com a GPI, elas mostraram uns dados para mim no relatório que elas tinham e que falava mesmo sobre o uso de cada tipo das ferramentas digitais que a galera lá eles controlam né, de certa forma. Só que esses estudos eles eram mais voltados para essa questão de moderar, não era tanto do uso geral. E aí alguns dados eles estavam mais, eles não contavam, por exemplo, projetos de lei que não tinham opinião nenhuma, contavam só os que tinham a partir de um e também tinham, por exemplo, de reuniões interativas sem comentário nenhum, não estava incluso esses dados, sabe? Então o dado que tinha lá estava meio complicado de eu conseguir trazer isso para a pesquisa justamente porque eu não sei se fica tão preciso se eu for fazer numa metodologia mesmo, né? E eu gostaria de saber talvez se vocês teriam esses dados assim, tipo de quantos usuários, quantos acessos, quantos comentários, quantitativo mesmo, para poder às vezes fazer uns gráficos, algumas coisas assim, para poder analisar ao longo desses anos, principalmente depois da pandemia, sabe? O avanço se teve um aumento do uso, se teve um decréscimo, assim, o que você tem acesso a

esses dados e se não tiver, você acha que teve um aumento, você acha que teve, como que está?

Entrevistado RC

A gente tem esses dados naturalmente só que eu acho que o ideal nesse caso era fazer aquilo que eu sugeri conversar na GPI porque eles que são os donos dos dados e explicar para eles exatamente o que você quer então assim por exemplo eu quero do jeito que você falou assim porque não adianta mostrar só o que teve né mostrar também o que não teve né poder comparar

Pesquisadora

Assim é que elas falaram para mim que não tinha

Entrevistado RC

Deve ser que não tem no sistema deles.

Pesquisadora

Sim.

Entrevistado RC

Eu não sei de onde que eles tiraram.

Pesquisadora

Mas assim, se vocês tiverem, se não tiver problema em compartilhar, eu posso esperar, eu vou escrever o desenvolvimento do projeto agora.

Entrevistado RC

Mas então, a sugestão é essa sim, conversar com eles, explicar exatamente o formato e o período que você deseja e aí pedir pra eles encaminharem pra gente aqui uma solicitação da gente gerar, entendeu?

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

Porque aí está vindo deles. Assim, você confirmou e se está vindo deles, você pediu e se está vindo deles é porque eles deram o ok de que está tudo certo da gente mandar.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

O que eu acho que não é possível é a gente gerar o dado sem eles terem solicitado assim, sabe? Então o dado existe. Então assim, a gente sabe quanto, quantos painéis existem, quantos foram criados, quantos..

Pesquisadora

Aqui na entrevista você pode falar pra mim tipo Uma percepção? Uma percepção, um contexto mais ou menos?

Entrevistado RC

Então, eu não sei comparativamente realmente, porque até meu envolvimento no projeto foi mais pós-pandemia.

Pesquisadora

Mas durante o pós-pandemia nesses anos agora se nota que tem um aumento do uso ou não?

Entrevistado RC

Tudo pode vir de um sentimento, né? Meu sentimento é que tem projetos que têm tido uma participação muito grande. É isso assim, eu não sei falar assim todos os projetos, mas assim, eu percebo que às vezes de um dia para o outro um projeto, mil comentários, entendeu? Então assim, isso é algo que pelo menos antes eu não percebia acontecer, mas não posso nem dizer que não acontecia, né? Mas eu tenho, meu sentimento é de que sim, parece que quanto mais está passando, mais às vezes meus sentimentos tem determinados projetos tido muito, muita repercussão e essa repercussão tem refletido na ferramenta. Mas eu acho que o melhor mesmo seria pra poder realmente assim gerar gráfico né, poder comparar até por fins de pesquisa, eu acho que é relevante verificar se isso que a gente vem fazendo também também a digitalização como um todo, né? Tem muito mais gente com o celular ali. Se realmente, como que tem sido essa evolução, né? E tentar comparar isso com priorizar a respeito exatamente isso.

Pesquisadora

Sim. É porque justamente eu conversei e elas parecem que já tinham se preparado pra reunião com os documentos impressos e tudo mais e me mostraram o que elas tinham, entendeu?

Entrevistado RC

Não, mas eu acho que assim, você pode chegar pra elas e falar. O que eu preciso é isso. Não necessariamente é o que elas tinham lá.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

E o que eu preciso é isso. Aí você pode falar assim, eu conversei com o Rafael na TI e ele falou se não tiver aí, eles podem gerar, mas para gerar preciso que a GPI solicite.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

E aí a gente fica no aguardo da chegada desse chamado aqui. Não é incomum eles pedirem pra gente gerar relatórios com regras específicas assim, entendeu? Eu acho que é mais assim, que é até bom que você também para pra ver exatamente o que você quer gerar de relatório. Porque qual que é o escopo ali que você tá querendo? O que você tá querendo retratar exatamente?

Pesquisadora

Perfeito. É, deixa eu só ver se tem mais algumas questões aqui.

Entrevistado RC

Porque são ferramentas distintas também.

Pesquisadora

Tem essa daqui que é quais “Existem mecanismos de monitoramento ou avaliação do uso das ferramentas digitais pelos cidadãos? E como que funciona?”

Entrevistado RC

Monitoramento e avaliação pelo cidadão? Uhum.

Pesquisadora

Pelo cidadão. Por exemplo, você tem as ferramentas digitais.

Entrevistado RC

Como um todo? Tipo um painel? Hoje em dia não tem uma página no portal que mostra como está o projetos mais populares, ou faz mais populares. Hoje isso não existe no portal. É uma das coisas que existe, tipo, pensamento que eu citei.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

Mas assim, eu queria muito ver qual que é o projeto que tá mais gente comentando hoje. Hoje não tem.

Pesquisadora

Entendi.

Entrevistado RC

Até assim, acho que tudo. Tudo que, de novo, que coloca? Tem que... Tem que ter uma análise assim

Pesquisadora

Do processo, né?

Entrevistado RC

É, do tipo "ah, porque ou não, se você coloca lá o mais comentado, você também vai estar dando uma visibilidade para aquele projeto, né? Então assim tudo tem que ser muito pensado. Então assim, nada é tão simples assim, do tipo, só vou por ali porque, tipo, não é nem sobre a complexidade de colocar ou não, é mais sobre como se pode repercutir. Então hoje não tem, mas é uma das coisas que assim, uma vez que a gente finaliza essa etapa principal agora que é que todas as ferramentas foram atualizadas, tudo está consistente. Aí assim, a ideia é realmente pegar isso agora como um todo e ver como que a gente agora consegue destacar certas coisas que estão acontecendo ali dentro Hoje em dia a gente não está destacando talvez da forma que mereça, né?

Pesquisadora

Perfeito. Sobre essa parte, assim, sobre as dificuldades técnicas mesmo, sabe? Quais foram as principais dificuldades que vocês tiveram aqui nas adaptações? Quais limitações tecnológicas, elas dificultam esse aprimoramento da participação, na sua opinião?

Entrevistado RC

Dificuldades lógicas. Eu não diria que não sei se é uma dificuldade assim, mas assim, a gente teve um esforço muito grande na questão do layout, na questão da interface de ser uma interface que fosse boa tanto no mobile quanto no desktop. Se você pegar para usar lá, se você vai ver que no mobile eu fiz um jeito, o desktop superior. A gente tem uma preocupação muito grande de que as ferramentas de participação, mesmo sendo distintas, elas tivessem ali um parecer que tem que ser a mesma coisa, que o usuário aprendendo a usar, o Opine ele conseguisse usar a outra. Não chega a ser assim uma dificuldade tecnológica.

Pesquisadora

E acessibilidade assim?

Entrevistado RC

Então é isso, justamente essa parte da usabilidade, sabe? Eu acho que teve principalmente no início ali, que foi o Opine, que foi o primeiro que foi para lá, teve um investimento muito grande nisso. É uma preocupação muito grande. E nesse processo, acho que a gente lembra da minha percepção de que a gente teve sucesso, ao menos vendo feedbacks que a gente recebe, parece que foi bem sucedido assim, a gente... Aquilo assim, não é... Não é como um cidadão mandar um elogio assim, tipo, mas assim, quando não está funcionando a gente fica sabendo.

Pesquisadora

O problema sempre chega, né?

Entrevistado RC

Então assim, pelo tempo que já está no ar, assim, tem sido muito, sabe? E eu realmente tenho tido esse sentimento de que tem melhoras, tá aumentando, tá aumentando, sabe? Eu acho que tem a ver com isso também.

Pesquisadora

Justo. Deixa eu ver se tem mais alguma pergunta aqui. Como é que é esse monitoramento? A outra pergunta era mais sobre se teve aumento do uso das plataformas e como que isso foi percebido pela equipe técnica.

Entrevistado RC

É porque assim, eu acho que quem compara, quem monitora muito audiência assim é o pessoal da GCMD. Aqueles que monitoram o Google Analytics, essas coisas, sabe?

Pesquisadora

Até mesmo do site.

Entrevistado RC

Sim.

Pesquisadora

Interessante.

Entrevistado RC

O que está dentro do portal é eles que monitoram.

Pesquisadora

Como que é o nome da gerência?

Entrevistado RC

GCMD.

Pesquisadora

GCMD. Gestão de mídias?

Entrevistado RC

Mídias digitais, digitam no andar de cima aqui.

Pesquisadora

Interessante.

Entrevistado RC

Então essa parte de engajamento, porque eles não mexem só com as mídias digitais, tipo o Instagram, eles também mexem com Instagram, Youtube, eles que tomam conta.

Pesquisadora

Perfeito

Entrevistado RC

Só que também o portal é eles que monitoram Então toda a página nossa tem Google Analytics E eles que sempre estão lá observando assim.

Pesquisadora

Interessante

Entrevistado RC

Se alguém quiser saber assim ah tal coisa que repercutiu teve muito acesso aí eles que que acompanham isso Porque assim não necessariamente uma página que teve pouca participação não foi muito acessada né ela pode ter sido acessada muito Não mandaram muitos comentários, né?

Pesquisadora

Sim, sim.

Entrevistado RC

Então do nosso lado aqui a gente até consegue ver assim, ah teve muito comentário? Teve? Porque às vezes o projeto é polêmico, né?

Pesquisadora

Verdade.

Entrevistado RC

Quanto mais polêmico, mais comentário vai ter, não necessariamente. Mas assim, pra ver se tá sendo muito acessado, eles conseguem.

Pesquisadora

Tem mais alguma coisa que eu gostaria de destacar?

Entrevistado RC

Não, eu acho que assim, realmente uma evolução muito grande que teve dessas informações foi essa preocupação, assim, a gente ter essa estrutura central que a gente agora tem o mesmo sistema assim mesmo que essa estrutura. O cidadão está acessando pelo portal, a GPI está acessando com a moderação. O pessoal lá das comissões está conseguindo acessar também uma interface que as comissões têm. Não é nem o BI, a gente tem no próprio sistema, tem uma interface que é das comissões. Na própria mesa, a mesa lá da comissão tem uma interface que a mesa acessa, então assim, perguntas, comentários vão perceber...

Pesquisadora

É sim, aquele, aquela telinha que fica lá na mesa, né?

Entrevistado RC

É, agora tem uma interface, então assim, tá tudo integrado, não tinha essa tela da mesa, não tinha, então assim, agora todo esse caminho tá integrado. A gente tem agora um braço no sistema de de no sistema que as que os gabinetes usam, então pro Opine eles conseguem também interagir. Então assim, do jeito que tá agora, assim, a gente tem basicamente essa coisa toda muito bem amarradinha, tanto que agora quando a gente tá colocando uma ferramenta nova, né? Que é o, que por exemplo, no caso é da consulta pública temática, a gente assim, tem uma série de coisas que você especifica delas, tem uma série de réguas que são dela, mas assim, a gente só tem que acoplar ela nisso daqui, então não é fazer do zero.

Pesquisadora

Até porque a casa aqui tem um histórico de evolução de muitos anos, né? Que vai avançando, vai avançando e sempre num gancho.

Entrevistado RC

Não é assim, é ferramenta nova, então vamos fazer tudo de novo. Não, a gente já fez uma coisa muito amarradinha assim e tem funcionado bem, sabe? Então assim, eu tenho achado muito positivo tudo que foi feito depois.

Pesquisadora

Justo.

Entrevistado RC

Eu tenho do meu lado até gostar. É, mas eu acho que vale a pena pedir para a GPI o que dá para gerar de número.

Pesquisadora

Você tem alguma recomendação de dado que eu possa pedir? Porque assim, como eu estou de fora, eu tenho uma noção do que eu quero, mas você quer

Entrevistado RC

Comparar o que aconteceu?

Pesquisadora

É porque eu quero ver ao longo dos anos, do pós pandemia, se teve um aumento ou não do uso do opine, da utilização das reuniões, é dessa Aba de participação digital, entendeu?

Entrevistado RC

Eu acho que são duas coisas que você pode pegar pra pedir pra eles pra não ficar complexo demais, né? Talvez focar nas duas ferramentas que é que estão já há algum tempo

reformuladas e que são que existiam antes também, né? Porque tipo consultem, a participação interativa e reunião de evento não existia, então é difícil comparar. Eu acho que eu focaria, então se for fazendo tudo numa comparação, só no Opine e na reunião interativa de comissão. E aí pediria pra eles assim, ah, desde um ano antes da pandemia até agora. É, talvez duas coisas assim. É quantidade de mensagens enviadas por mês ou, e quantidade de... É isso assim, isso no total, né? Quantidade de mensagens no total. enviadas para aquela ferramenta de participação no mês, mas também talvez assim na média dos projetos?

Pesquisadora

Sim.

Entrevistado RC

Pra você saber da quantidade de projetos ativos naquele mês.

Pesquisadora

Interessante, sim.

Entrevistado RC

Pra você poder comparar, você tava querendo, porque tem alguns que teve zero, outros que teve muito, né?

Pesquisadora

Sim.

Entrevistado RC

Sim. Se é algo relevante, eu não sei se assim, na média

Pesquisadora

É porque, por exemplo, se as pessoas entram somente por projetos polêmicos ou se elas têm o costume de usar a ferramenta para outros projetos também que sejam de interesse. É interessante saber assim da quantidade de projetos

Entrevistado RC

E a mesma coisa para reuniões interativas de comissão assim, no total e também assim, na média, né?

Pesquisadora

Eu vou ver certinho então com a minha orientadora

Entrevistado RC

É assim, é uma ideia, não sei se isso também é o que você acha interessante.

Pesquisadora

Tranquilo. Mas obrigada, eu agradeço demais. Eu vou ver certinho com meu orientador, porque como eu tenho que, agora que eu peguei as entrevistas, eu tenho que escrever esse desenvolvimento agora dessa parte, que eu estou da reta final, né? As entrevistas fazem parte dessa reta final. Não estou com muito prazo assim, eu imagino que vocês também devem ter o tempo de vocês para poder reunir essa quantidade de dados então eu imagino

Entrevistado RC

Quanto mais objetivo for menos mais rápido vai ser o ideal é é isso vê direitinho o que você quer para ficar também muito

Pesquisadora

Se for só focando ali no opine aqui e na

Entrevistado RC

Ideal acho que é focar nesses dois você quer comparar porque senão

Pesquisadora

Quanto tempo você acha que deve levar a partir do pedido da GPI para poder ficar pronto se for algo

Entrevistado RC

Simples, assim é na mesma semana gente.

Pesquisadora

Ah é tranquilo então, ok, muito obrigada.

Entrevistado RC

O ideal é o quanto antes chegar melhor esse pedido, então se alguém tirar férias, não sei.

Pesquisadora

Sim, mas agora acho que já tá um pouco, já tá um pouco tarde.

Entrevistado RC

E se você quiser coisas específicas de audiência assim, de acesso, aí talvez vale a pena conversar com a GCMD também.

Pesquisadora

Eu acho que vou passar ali para ver se tem alguém ali ainda para poder combinar.

Entrevistado RC

Tá, é aqui lá de cima.

Pesquisadora

Perfeito. Você me ajudou muito, muito obrigada. Muitas informações.

Entrevistado RC

Tomara que tenha sido útil.

Pesquisadora

Deu para dar um panorama geral das coisas, muito bom, das ferramentas dessa parte de participação. Tá ótimo.

Entrevistado RC

Legal, qualquer outra coisa que você precisar também, você pode voltar aqui. Geralmente eu tô, com certeza, a minha acha aqui é depois das três. E de manhã cedo também.

Pesquisadora

Tá bom.

Entrevistado RC

Esse meio que é

Pesquisadora

O Humberto me passou seus horários.

Entrevistado RC

Cada dia é de que eu chego.

